UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Organizadores:
Pedro Paulo Pinto Maia Filho
Sirius Oliveira Souza

Anais da 3ª Semana de Geografia- UNIVASF

GEOGRAFIA DA UNIVASF (2015-2025): UMA DÉCADA DE DESAFIOS E AVANÇOS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.



Realização:
CGE
Proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Organizadores:
Pedro Paulo Pinto Maia Filho
Sirius Oliveira Souza

Anais da 3ª Semana de Geografia- UNIVASF

GEOGRAFIA DA UNIVASF (2015-2025): UMA DÉCADA DE DESAFIOS E AVANÇOS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.



Realização:
CGE
Proex
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Ficha Técnica

Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF

Prof. Dr. Télio Nobre Leite - REITOR

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira - VICE-REITORA

Colegiado de Geografia

Prof. Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega – Coordenador do CGEO

Profa. Dra. Lorena Ferreira de Souza Almeida -– Vice coordenadora do CGEO

Arte da Capa e Diagramação via Canva®

Prof. Dr. Sirius Oliveira Souza

Endereço

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Campus Senhor do Bonfim

Rua Tomás Guimarães, 45. Derba, Senhor do Bonfim - BA: 48970-000

Site Colegiado: https://portais.univasf.edu.br/geografia

Site evento: https://semanageounivasf.wordpress.com/

Anais da 3ª Semana de Geografia - UNIVASF (3.: 2025: Senhor do Bonfim).

A532g Geografia da Univasf (2015-2025): uma década de desafios e avanços no semiárido brasileiro [recurso eletrônico]/ Organizado por: Pedro Paulo Pinto Maia Filho; Sírius Oliveira Souza – Senhor do Bonfim - BA, Univasf, 2025.

108 p.: il. ; PDF.

ISBN: 978-85-5322-348-0

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Semiárido brasileiro – Desertificação - Estudo. 3. Trabalho e Conflitos – Análise. 4. Território – Estudo. 5. Educação ambiental - Geografia I. Título. II. Maia Filho, Pedro Paulo Pinto. II. Souza, Sirius Oliveira. V. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 910.7

Catalogação na Publicação elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Univasf
Bibliotecário: Fábio Santiago

CRB5/1785

Comissões

Coordenação Geral e Secretaria

Prof. Dr. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

Profa. Dra. Lorena Ferreira de Souza Almeida

Comissão Científica

Prof. Dr. Átila de Menezes Lima

Prof. Dr. Gustavo Hees de Negreiros

Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues

Profa. Dra. Natália Micheli T. do N. Silva Mendes

Prof. Dr. Pedro Paulo Pinto Maia Filho

Prof. Dr. Sirius Oliveira Souza

Comissão de Infraestrutura, Monitores e Decoração

Prof. Me. Fredson Rodrigues de Araujo

Prof. Dr. José Victor Alves da Silva

Profa. Ma. Juliana Custodia de Carvalho Lemos

Prof. Dr. Pedro Paulo Pinto Maia Filho

Esp. Raquel Silva Leal

Comissão de identidade visual e página do evento.

Prof. Dr. Sirius Oliveira Souza

Comissão Cultural

Prof. Dr. Átila de Menezes Lima

Representantes do CAGEO

Comissão de Monitores

Adriele Miranda de Souza Pereira

Clecio de Melo Santos

Elzeni de Souza Nascimento

Jamille Timóteo de Oliveira Serqueira

Júlia de Carvalho Rodrigues

Julia Souza e Souza

Juliana Alves da Silva

Luiz Paulo Conceição da Silva

Madian Maria de Carvalho

Mateus Silva Souza

Michela dos Santos Bispo

Michele Souza da Silva

Milena Lopes de Souza

Naara Melo Vieira Caetano

Raiane Santana dos Santos

Wesley da Silva Souza

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos os **Anais da 3ª Semana de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)**, realizada entre os dias 14 e 17 de outubro de 2025, no Campus Senhor do Bonfim – BA, em comemoração aos 10 anos do Curso de Geografia. Com o tema central "Geografia da UNIVASF (2015–2025): Uma década de desafios e avanços no semiárido brasileiro", a 3ª Semana de Geografia propôs uma reflexão sobre as transformações territoriais, sociais e ambientais vivenciadas ao longo da última década, destacando as especificidades, potencialidades e desafios presentes na região semiárida baiana, com destaque para o Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI).

Esta edição representa um avanço significativo em relação ao evento anterior, sobretudo pela adoção do formato de resumos expandido, que elevou a profundidade analítica e a qualidade científica dos trabalhos submetidos e aqui publicados. Trata-se de um passo importante para a consolidação da produção geográfica desenvolvida na UNIVASF e para o fortalecimento do debate acadêmico no semiárido.

Os textos publicados neste volume refletem a diversidade de debates promovidos durante o evento e foram organizados a partir de três eixos temáticos. O primeiro deles reuniu discussões voltadas à educação geográfica, privilegiando reflexões sobre práticas de ensino, processos formativos e os desafios que se impõem diante das imposições normativas. O segundo eixo integrou estudos dedicados às interações entre sociedade, natureza e território, incluindo análises sobre paleoclima, uso e gestão de recursos naturais, além de abordagens relacionadas ao planejamento e à representação cartográfica. Já o terceiro eixo reuniu investigações que tratam das transformações no mundo do trabalho, das disputas territoriais e das desigualdades socioeconômicas, evidenciando como esses fenômenos se complexificam em um cenário marcado por reconfigurações ambientais e sociais.

Dessa forma, os Anais da 3ª Semana de Geografia da UNIVASF constituem um registro robusto e significativo da produção acadêmica apresentada no evento, reafirmando o compromisso do Colegiado de Geografia com a pesquisa, a formação crítica e a promoção de debates que contribuam para sociedades mais sustentáveis, justas e resilientes.

Agradecemos a todas, todos e todes, incluindo docentes, participantes, monitores, estudantes e demais colaboradores, pela dedicação que possibilitou a realização do evento e a construção deste material. Esperamos que esta publicação estimule novas reflexões, investigações e iniciativas voltadas ao fortalecimento da ciência geográfica, ao entendimento do semiárido brasileiro e à promoção da equidade ambiental.

Desejamos a todas, todos e todes uma excelente leitura!

Organizadores.

Sumário

EIXO 1 : EDUCAÇÃO E ENSINO 9

EROSÃO DA ESCOLA PÚBLICA E DO TRABALHO DOCENTE: A PEDAGOGIA DA MÉTRICA NO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL 10

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA 16

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA NO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM ESTUDO DE CASO 20

A EXCLUSÃO DE ALUNOS DA COMUNIDADE LGBTI+ EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL (BA): UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERSECCIONAL. 23

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E REFLORESTAMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: COMO PAUTA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM SENHOR DO BONFIM – BA RELATO DE EXPERIÊNCIA 28

ENSINO CONTEXTUALIZADO EM GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL DIDÁTICO VOLTADO A REALIDADE DE MIGUEL CALMON. 41

A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA. 46

DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: UM ESTUDO NO COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSORA ALICE LOPES MAIA – FILADÉLFIA/BA 49

EIXO 2 : NATUREZA E SOCIEDADE ..... Erro! Indicador não definido.

A LEITURA DO RELEVO COMO CHAVE PARA O PLANEJAMENTO EM ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO EM CURAÇÁ – BA 54

TRANSFORMAÇÕES DO RELEVO EM AMBIENTES SEMIÁRIDOS: DINÂMICAS ANTROPOGEOMORFOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS NA ÁREA DE MINERAÇÃO DO TRECHO LESTE DE ANDORINHA (BA). 59

INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS NO BATE FACHO, IMBUÍ, SALVADOR. 65

RIOS URBANOS, ENCHENTES E INUNDAÇÕES 70

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PERCEPÇÕES POPULARES EM SENHOR DO BONFIM (BA): UM ESTUDO A PARTIR DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS NA ARÉA CENTRAL DA CIDADE 73

IMAGENS QUE REVELAM A CAATINGA: MUDANÇAS NA VEGETAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS ENTRE ESTIAGEM E CHUVA 78

PANORAMA DA DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. 82

EIXO 3 : CAPITAL, TRABALHO E CONFLITOS **87**

O PAPEL DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA GESTÃO ASSOCIATIVISTA E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMUNITARIO: UMA PESQUISA PARTICIPANTE NO QUILOMBO URBANO ALTO DA MARAVILHA E ADJACÊNCIAS - SENHOR DO BONFIM BA. 88

URBANIZAÇÃO FRAGMENTADA E RURALIDADES PERSISTENTES: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO DE BAIXIO-CE 91

O USO DAS TECNOLOGIAS DOS SUJEITOS VELHOS SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM - BA..... 95

A APICULTURA COMO COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA DOS MORADORES DO POVOADO DO LIMOEIRO NO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO/BA..... 98

A CLT, O ESPAÇO-TEMPO E A SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO TRABALHO PÓS-PANDEMIA 104

FOTOGRAFIAS, REPRESENTAÇÕES E REALIDADE: UM OLHAR DAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM-BA DE 1940 A 2020: ELEMENTOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA 106

EIXO 1

EDUCAÇÃO E ENSINO





EROSÃO DA ESCOLA PÚBLICA E DO TRABALHO DOCENTE: A PEDAGOGIA DA MÉTRICA NO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

ALVES, Cleisson de Morais[1]; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza[2]
[1]Universidade do Estado da Bahia; [2]Universidade do Estado da Bahia
Contato do autor principal: cleissonmoraisgeo50@gmail.com

RESUMO: A crise estrutural do capital, aprofundada a partir de 1970, vem provocando diversas transformações em todas as esferas da sociedade, sobretudo, na educação. Frente a isso, o presente trabalho problematiza como as políticas neoliberais de avaliação-qualidade tem alterado o trabalho docente e os contextos escolares. Para tanto, à luz do materialismo histórico-dialético, adotou-se a abordagem qualitativa e o tipo de revisão bibliográfica narrativa. Os resultados apontam a reconfiguração da escola pública e as novas materialidades do trabalho docente no contexto de recomposição burguesa do capital e do avanço das políticas (ultra) neoliberais. À guisa de conclusão, pauta-se a defesa coletiva de uma qualidade educacional socialmente referenciada, de uma perspectiva pedagógica a serviço da classe trabalhadora e a superação radical da sociedade dividida em classes.

PALAVRAS-CHAVE: Reestruturação produtiva do capital; Educação; Trabalho Docente.

1. INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital, intensificada a partir da década de 1970, marcou o início de intensas transformações na relação capital-trabalho, reverberando em todas as esferas da sociedade (Alves, 2008). Diante da crise, o processo de recomposição burguesa do capital materializa intensas disputas no campo educacional. Nesse cenário, o capital demanda a formação de novos sujeitos e novas subjetividades frente à intensificação, à desregulamentação e à precarização do trabalho.

Nessa conjuntura, as formas escolares e os processos educacionais se alteram conforme as condições materiais concretas como a sociedade está organizada (Freitas, 2018). Exemplo disso é o avanço das perspectivas neoliberais na educação no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1990, com a Conferência Mundial Educação Para Todos, realizada em Jomtien na Tailândia pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Desde então, o capital, por meio da ideo-política neoliberal, consubstanciada com a Reforma do Estado, molda a educação e a formação da classe trabalhadora, historicamente explorada pela classe burguesa.

As finalidades educativas neoliberais instauram o projeto de preparar os indivíduos para inserção no mercado de trabalho, altamente fragmentado e instável. Nessa perspectiva, a educação por competências é central para produzir sujeitos adaptáveis e adaptados às necessidades da economia globalizada e do mercado no cenário de crise estrutural do capital. Tais finalidades repercutem no currículo, no trabalho dos professores, na gestão e, sobremodo, na avaliação educacional.



Diante dessas determinações, a presente pesquisa tem por objetivo problematizar como as políticas neoliberais de avaliação-qualidade tem alterado o trabalho docente e os contextos escolares. O estudo legitima-se frente à necessidade de compreensão da realidade educacional de forma concreta, para além das representações e ideologizações que ocultam o real.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A realidade aparece, inicialmente, como um todo caótico marcado pela mediação da ideologia dominante, que oculta o entendimento das relações sociais e a gênese das formas de exploração econômica e dominação política (Costa; Pereira, 2025).

Os autores supracitados apontam o avanço do obscurantismo, do negacionismo, da pseudociência e da má ciência, que coloca a necessidade de clareza acerca dos fundamentos epistemológicos e teóricos que consubstanciam as pesquisas científicas. Frente a esses apontamentos, destaca-se a aderência do trabalho em tela aos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético (MHD). Para o MHD é central a emergência do concreto-pensado, no qual, através do abstrato (teorias, reflexões) realiza-se aproximações para compreensão da realidade para além da aparência e das representações que, muitas vezes, escondem as múltiplas determinações (Tozoni-Reis, 2020).

Ancorados no Método supracitado, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa, construída por meio de revisão narrativa. A revisão do tipo narrativa é conhecida por sua flexibilidade na busca e análise crítica dos textos disponíveis, já que não segue critérios rígidos e explícitos como outros tipos de revisão (Rother, 2007). Por isso, na elaboração do referencial teórico deste trabalho, foram utilizados livros, artigos e matérias jornalísticas relacionados ao objeto, especialmente as discussões vinculadas à perspectiva crítico-dialética.

3. O QUE IMPORTA SÃO OS RESULTADOS: A PEDAGOGIA DA MÉTRICA E A EDUCAÇÃO FRENTE À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O campo educacional representa cenário de intensas disputas. As políticas educacionais evidenciam os interesses de classe. Por um lado há o projeto neoliberal de formação de sujeitos e subjetividades flexíveis e adaptadas ao momento histórico de aprofundamento da desregulamentação do trabalho. A incerteza e as rápidas transformações sob a lógica do capital instaura a necessidade de formar sujeitos inovadores, empreendedores, polivalentes, flexíveis, dotados de competências sociemocionais para suportar as mazelas materiais na sociabilidade capitalista.

Por outra via, há movimentos de fissuras e resistências a essas políticas, com a defesa da educação enquanto direito, tratando uma perspectiva para além do capital. Nesse segundo grupo, destaca-se aqui o coletivo da Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP), formada por professores-pesquisadores com propósito de investigar, denunciar e contrapor as políticas neoliberais no campo da educação.

Nessa conjuntura neoliberal, o discurso da qualidade educacional vinculadas às políticas de avaliação se expande, naturalizando a transformação da educação em um negócio e



aproximando a escola da forma empresarial. As investigações no âmbito da REDAP evidenciam que estes instrumentos são construídos pelas frações da classe burguesa. Fundações, institutos e organizações empresariais, para além de atores e autores das políticas educacionais, funcionam como aparelhos privados de hegemonia, arquitetos de consensos em favor do projeto societal que defendem (Sena; Santos; Rios, 2025). Portanto, o conceito chave na disputa é o de qualidade educacional, para os reformadores, a falta dela. Todavia, indaga-se sobre: qual qualidade defendem? para quê? para quem? em quais condições?

As mediações para as indagações levantadas passam pelo entendimento de que a qualidade educacional representa, hodiernamente, uma concepção polissêmica e profundamente em disputa. Os representantes do capital na educação definem a qualidade como sinônimo de resultados desejáveis em avaliações padronizadas de larga escala, edificadas sob orientações do Banco Mundial, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros organismos multilaterais/internacionais. Estes organismos, por meio de concessões de empréstimos aos países da periferia do capital, regulam os sistemas educativos através do ensino para competências e habilidades, da gestão educacional a partir de resultados e do controle do trabalho das escolas e dos professores (Freitas, 2018).

Ao atuar para criação de consenso, através da mídia burguesa e de aparelhos a favor da ideologia dominante, as frações de classe do capital na educação estabelecem: não importam os meios, o que importa são os resultados. Introduzem a lógica do setor privado no campo educacional. Por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarias (APH) - como Todos pela Educação - disputam a concepção de homem, sociedade, natureza e educação (Sena; Santos; Rios, 2025). Os APH atravessam as realidades escolares com a pedagogia da métrica. A materialização desse processo se deu, consideravelmente, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB (1990) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2007).

Costa (2025) denomina o processo de esmagamento da escola pública como *pedagogia da métrica*, fazendo referências ao limbo dos testes, metas, índices e prazos que envolvem as realidades escolares na atual conjuntura. Tal termo diz respeito a um categoria e teoria ainda em processo de construção com gênese na realidade educacional brasileira hodierna. De acordo com o autor, o termo serve de denúncia contra a racionalidade tecnocrata que subjuga a educação à lógica empresarial.

Aponta ainda:

> Esse modelo desloca o centro da ação pedagógica para o campo do controle. As metas, indicadores e estatísticas se tornam o norte, eclipsando as realidades concretas do cotidiano escolar, suas contradições, e o trabalho de base com os estudantes. Não se trata de combater as avaliações, mas de denunciar o seu uso distorcido. [...] Essa política, centrada na produção de números positivos, exerce pressão crescente sobre os professores, que são cobrados como máquinas, adoecem, pedem exoneração e, aos poucos, deixam de educar de fato. [...]É uma engrenagem que opera nas sombras da política educacional, legitimada por discursos meritocráticos e vendida como solução eficiente e neutra. Mas nada há de neutro no modo como se gerencia a educação (Costa, 2025, n. p).



As políticas educacionais em ascensão, conforme Freitas (2018), têm contribuído para a reconfiguração da escola pública e do trabalho docente. No atual contexto, esses instrumentos têm funcionado para criar a cultura neoliberal de controle, individualismo, competição e meritocracia como faces da crise estrutural na qual estamos inseridos. Soma-se a isso, a presença dos aparelhos privados de hegemonia na formação dos profissionais da educação. Esses grupos têm influenciado sobremodo a educação brasileira, sendo considerados autoridades no tocante à elaboração e à implementação de políticas no campo da educação, como argumentam Sena, Santos e Rios (2025).

4. TODOS EM BUSCA DE RESULTADOS: A CORROSÃO DA ESCOLA E DO TRABALHO DOCENTE

A lógica tecnicista e utilitarista do conhecimento invade as realidades escolares e modificam o sentido, a natureza e a especificidade da educação e da escola. As políticas de *accountability* (responsabilização) pressionam os professores para consolidarem resultados positivos - para a perspectiva do capital - nas avaliações externas. Sob tais condições, redes de ensino instauram políticas de responsabilização cruzadas, cenários de pressões, cobranças e culpabilização em cadeia.

Desconsiderando os fatores intra e extra-escolas que envolvem o processo pedagógico, as políticas neoliberais de avaliação promovem a corrosão e erosão da escola pública. A destruição da escola pública se materializa por meio dos usos das avaliações para fins de: a) ranqueamento, comparação e competição entre redes, escolas, professores e estudantes; b) redução e condicionalidade do financiamento e dos recursos para instituições; c) desenvolvimento de prêmios, certificados e fetichização das escolas; d) controle do trabalho docente; e) responsabilização verticalizada; e) diminuição da presença dos conhecimentos historicamente construídos, priorizando as habilidades e competências cobradas nos testes e presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros usos (Freitas, 2018).

Há, assim, transformações na função social e pedagógica do professor. A identidade profissional é esmagada, pois é resumida a lógica tecnicista enquanto produtor e controlador de resultados em testes padronizados. Os efeitos concretos dessas determinações podem ser representados pelo adoecimento em massa dos profissionais da educação. Não bastasse a destruição da autonomia intelectual e pedagógica, os professores estão envolvidos na necropolítica neoliberal, que, para além de pressionar, funcionam para aniquilar suas vidas. O infarto fulminante de uma professora de Redação no Estado do Paraná, em maio de 2025, após pressões para cumprir metas em plataformas, evidencia o controle total do trabalho professoral (Ramires, 2025). Nesse dilema, Costa (2025, n. p) reitera que:

> A pedagogia da métrica transforma essa utopia em pesadelo: o professor deixa de ser sujeito histórico e vira engrenagem de uma máquina que ele não construiu. Essa pedagogia se impõe não apenas como método, mas como regime de verdade. Controla o discurso, padroniza a ação, avalia a emoção e sufoca a dissidência. É uma forma de disciplinar corpos e domesticar mentes.



Subsumida à lógica privada da eficiência-eficácia-efetividade, a escola pública erode num processo de destruição simbólica e material, escancarando as contradições entre capital-trabalho. Essa realidade não pode ser considerada um acaso, trata-se de projeto. Diante de sua crise orgânica, o capital revela sua face altamente predatória e destrutiva. A expropriação e degradação da natureza e do humano tornam-se ainda mais evidentes na atual conjuntura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se uma realidade preocupante dentro dos estabelecimentos de ensino, impactando a cultura escolar, aprofundando o mal-estar docente, a precarização das relações de trabalho, a intensificação do trabalho, a competitividade, a responsabilização, a pressão sobre os currículos, o esvaziamento dos conhecimentos produzidos pela humanidade e o aumento de problemas psicológicos entre gestores, coordenadores e professores.

Sob tais circunstâncias, é crucial a reflexão sobre qual concepção de homem, natureza, sociedade e educação defendemos. Essa tarefa torna-se central frente ao avanço de perspectivas epistemológicas educacionais hegemônicas que tomam as aparências como real, descartando a teoria, essas correntes resumem a realidade às representações. De grande serventia para a reprodução do capital, tais perspectivas, marcadas por ecletismos e irracionalismo teóricos, fragilizam a compreensão da realidade concreta em suas contradições. Para desvelar a ideologia do capital é central ir para além do fenomênico.

A compreensão da realidade deve estar articulada com sua transformação, tendo em vista que os problemas da esfera educacional são insanáveis sem a superação do capitalismo. A mudança radical passa, notadamente, pela contraposição à lógica (ultra) neoliberal que invade todas as esferas de nossas vidas. Passa pela defesa de uma qualidade educacional socialmente referenciada, por uma perspectiva pedagógica a serviço da classe trabalhadora. Em resumo, devemos caminhar também na organização e construção de outra forma de sociabilidade, onde os privilégios da minoria não representem a miséria da maioria. Urge a superação da sociedade estruturada em classes, a superação da democracia formal. A defesa de uma nova sociabilidade para além do capital é inegociável.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília, 2008.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira; PEREIRA, Karla Raphaella Costa. Questões sobre ciência e conhecimento científico: elementos exploratórios para a pedagogia histórico-crítica. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 22, n. 66, p. 147–164, 2025. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/7255. Acesso em: 22 ago. 2025.

COSTA, Valter Mattos da. Afinal, professor, o que é a pedagogia da métrica? **ICL Notícias**, São Paulo, 31 jul. 2025. Disponível em: https://iclnoticias.com.br/afinal-professor-o-que-e-a-pedagogia-da-metrica/. Acesso em: 20 ago. 2025.



FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAMIRES, Manoel. Sindicato inicia 'greve de plataforma' após morte de professora dentro de escola em Curitiba. **Brasil de Fato**, Curitiba, 02 jun. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/06/02/sindicato-inicia-greve-de-plataforma-apos-morte-de-professora-dentro-de-escola/. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROTHER, Edna Therezinha. Revisão sistemática versus revisão narrativa. Editorial. **Acta Paul Enferm**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: https://acta-ape.org/en/article/systematic-literature-review-x-narrative-review/. Acesso em: 22 jun. 2025.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza; SANTOS, Valéria Prazeres dos Santos; RIOS, Roseane Oliveira. A atuação dos aparelhos privados de hegemonia para controle da educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 21, n. 52, p. e14891, 2025. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/16851. Acesso em: 21 ago. 2025.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbiologias**, v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.



A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA

SILVA, Adriano Borges Vieira da[1]; COSTA, Kamylly Thauany Araujo[2]; SILVA, Amanda Conceição da[3]; ALMEIDA, Lorena Ferreira de Souza[4]

[1]Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[2]Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[3]Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[4]Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Contato do autor principal: adriano.borgesv@discente.univasf.edu.br

RESUMO: Este trabalho analisa a importância da relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia, a partir de uma experiência desenvolvida durante o Estágio Supervisionado II, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Senhor do Bonfim – BA. A pesquisa fundamenta-se em autores como Serpa (2006) e Lacoste (2006), que ressaltam a necessidade de unir teoria e prática no ensino geográfico, superando metodologias tradicionais que limitam a aprendizagem dos alunos por décadas nos ambientes escolares. O estudo envolveu levantamento bibliográfico, observação em sala de aula, regência e aplicação de uma aula de campo na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, campus Senhor do Bonfim. Os resultados evidenciam que a prática potencializa a aprendizagem significativa, desperta o interesse dos alunos e desenvolve o pensamento crítico, contribuindo para a valorização da Geografia escolar. Conclui-se que a prática deve ser incorporada como eixo estruturante no ensino de Geografia, pois fortalece a relação entre teoria e vivência dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria; Prática; Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

O ensino é um processo dinâmico de transmissão e construção de saberes, essencial para a formação crítica e social dos indivíduos. Na disciplina de Geografia, a compreensão do espaço geográfico como totalidade implica na necessidade de metodologias que articulem teoria e prática, favorecendo a aprendizagem significativa.

Entretanto, a realidade da educação brasileira, sobretudo nas escolas públicas, ainda está fortemente marcada por práticas tradicionais, centradas na memorização de conteúdos, sem explorar a criticidade e a vivência concreta dos estudantes (Vesentini, 2008, Luckesi, 2011). Nesse cenário, a prática – especialmente na forma de aulas de campo e atividades investigativas – se apresenta como ferramenta metodológica fundamental para potencializar o ensino da Geografia, estimulando a percepção crítica do espaço vivido.

A problemática que norteia este trabalho questiona: qual a importância da relação teoria e prática no ensino da Geografia e como a sua ausência prejudica o processo de ensino-aprendizagem? O objetivo geral consiste em analisar a relevância da prática no ensino da Geografia, discutindo seus impactos na formação dos alunos e contrapondo-a as limitações da “Geografia tradicional”.



2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrando-se na compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais e das experiências dos participantes. Nesse contexto, os procedimentos metodológicos foram estruturados em três etapas principais:

1. **Levantamento bibliográfico**: revisão de autores que discutem a prática pedagógica no ensino da Geografia, como Serpa (2006) e Lacoste (2006).
2. **Observação e intervenção em sala de aula**: desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado II, no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Senhor do Bonfim – BA, com turmas do 1º ano do ensino médio.
3. **Aula de campo**: realizada na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), campus Senhor do Bonfim, envolvendo laboratórios de Biologia, Química, Didática e Informática, nos quais os alunos puderam vivenciar conteúdos de forma prática.

A amostragem contemplou três turmas (1º A, C e E), além de alunos voluntários do 1º B e D. O critério de seleção priorizou o desempenho nas provas aplicadas durante o estágio.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados da experiência evidenciaram que a prática, articulada à teoria, promove uma aprendizagem mais significativa dos estudantes. Durante a regência, observou-se que atividades tradicionais – como leitura de textos e exposição oral – despertavam baixa participação. Contudo, no desenvolver do estágio, quando foram propostas dinâmicas práticas, como elaboração de mapas mentais, pesquisas e investigações da realidade local dos estudantes, a participação e o interesse dos alunos foram significativamente maiores.

A culminância das atividades ocorreu com a aula de campo na UNIVASF, campus Senhor do Bonfim. Nessa ocasião, os alunos participaram de experimentos nos laboratórios, além de participação ativa com atividades desenvolvidas para os mesmos, como no Laboratório de Informática, onde tiveram uma apresentação inicial da ferramenta de geoprocessamento QGIS. Essas práticas despertaram o interesse e instigou a participação dos alunos nas atividades, como ver-se na Figura 1.

Nessa atividade observou-se que a experiência prática reduziu a resistência inicial dos estudantes à disciplina de Geografia. Antes da intervenção, muitos relatavam se “conectar” com a disciplina, pois o ambiente formal de ensino, a sala de aula, não os instigava o interesse dos mesmos, mas, após a experiência em diversos espaços da universidade, perceberam a aplicabilidade do conhecimento geográfico no cotidiano, confirmando o que Vesentini (2008) destaca sobre a necessidade de um ensino contextualizado e crítico.

Figura 1: **(a)** Experimento realizado no Laboratório de Química; **(b)** Apresentação dos recursos; **(c)** Amostra dos equipamentos; **(d)** Apresentação dos experimentos; **(e)** Alunas da turma 1° C visualizando os microscópios; **(f)** Amostra de espécies coletadas do laboratório; **(g) e (h)** Alunas da turma 1° E visualizando os microscópios.



Fonte: Autoria própria.

Nos laboratórios de Biologia e Química (figura 1), os alunos perceberam como os fenômenos naturais e sociais se inter-relacionam com os conteúdos geográficos. Essa experiência contribuiu para apresentar à interdisciplinaridade, fazendo-os comparar o que foi apreendido na Geografia com o conhecimento das demais ciências.

Em seguida, em outra etapa da atividade, os estudantes visitaram o laboratório de Didática, sendo apresentadas diversas metodologias de ensino-aprendizagem com atividades práticas, como se observa na figura 2:

Figura 2: **(a)** e **(b)** Alunos visualizando maquetes no laboratório de Didática; **(c)** Registro da observação dos minerais em exposição.



Fonte: Autoria própria.

Ademais, durante as atividades no laboratório de informática, ao explorar o software QGIS, os estudantes demonstraram curiosidade pela cartografia, esse movimento espontâneo de busca pelo saber mostra o potencial da prática em despertar a investigação científica (SERPA, 2006).

Por fim, constatou-se que as atividades práticas funcionam como estratégias de inclusão, pois alunos com diferentes perfis de aprendizagem conseguiram participar de forma ativa. Enquanto alguns se destacaram na execução técnica, outros contribuíram com observações críticas e reflexões sobre os conteúdos. Isso confirma a ideia de Lacoste (2006), de que a prática abre espaço para diferentes formas de aprender, tornando o ensino mais democrático e participativo.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a prática é uma metodologia essencial para o ensino da Geografia, pois permite a vivência concreta dos conceitos trabalhados em sala de aula, estimula a criticidade e aproxima o conhecimento escolar da realidade dos alunos.

A experiência de estágio mostrou que a ausência de práticas pedagógicas reduz a aprendizagem à simples reprodução de conteúdos, o que desestimula os estudantes. Já a inclusão de atividades práticas, como a aula de campo, amplia o interesse, fortalece o vínculo com a disciplina e contribui para a formação dos mesmos. Sendo assim, concluir-se que a prática, como metodologia do processo de ensino-aprendizagem, se faz como essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes.

REFERÊNCIAS

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. *Boletim Paulista de Geografia,* n. 84, p. 83-92, 2006. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/729?utm. Acesso em: 22 de setembro de 2025.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 978-85-249-1622-9. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/filosofia-da-educacao-17504-1.pdf. Acesso em 22 de setembro de 2025.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. *Boletim Paulista De Geografia,* (84), 7–24. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725. Acesso em 22 de setembro de 2025.

VESENTINI, José William. O ensino da geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2008. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/580346198/Livro-O-ensino-da-Geografia-no-seculo-XXI-textos-de-Vania-Vlach-e-Jose-William-Vesentini?. Acesso em 22 de setembro de 2025.



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA NO NONO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: UM ESTUDO DE CASO

NETA, Cláudia Odilon[1]; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha[2]

[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco, Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf;
[2]Universidade Federal do Vale do São Francisco, Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE/CNPq-Univasf

Contato do autor principal: claudia.neta@discente.univasf.edu.br

RESUMO: Este trabalho consiste na elaboração de uma pesquisa onde será abordado no desenvolvimento o processo de dificuldades na aprendizagem do aluno na disciplina de Geografia no Ensino Fundamental II no nono ano em uma escola no município de Filadélfia-Ba, pois sabemos que esses alunos quando terminam o Fundamental II devem estarem prontos para ser um discente que não tem dificuldade em fazer o Enem, uma prova de concurso, saber interpretar o que leu e saber lidar com a leitura de maneira adequada. Com isso a pesquisa foi feita com base na BNCC, no PPP da escola, plano de aula do professor, alguns estudos em livros, artigos de autores que abordam tema que falam sobre esse assunto e também para saber como é que a preparação desses alunos vem ocorrendo e como os profissionais e a família são de grande importância para que esse desenvolvimento seja trabalhado de uma forma que o adolescente venha superar suas dificuldades e consigam alcançar objetivos como um cidadão, crítico e consciente.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia; Ensino fundamental II; Dificuldades de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ensino da Geografia é muito importante para aprimorarmos o conhecimento do que está a nossa volta e também do que nos esta distante, e sendo assim esse ensino também faz parte da educação geográfica, pois sobre a Educação Geográfica, Castellar (2017) diz que ela cumpre uma função social importante como conhecimento que possibilita a compreensão da realidade, dos lugares onde se vive e das relações entre a sociedade e a natureza. (...) E, portanto, constituindo um conhecimento que estrutura a leitura do mundo na compreensão da formação especial e do desenvolvimento do pensamento espacial cujo qual promove a formação de cidadãos críticos. E assim o ensino didático de modo geral, desde a algumas décadas atrás, já vem sofrendo para transmitir e ensinar os conhecimentos que os alunos precisam para darem continuidade na sua aprendizagem, seja em qualquer matéria, mas, iremos relatar objetivamente sobre Geográfia.

Sendo assim, este trabalho consiste na análise de uma pesquisa no qual serão abordadas as dificuldades dos educandos na disciplina de Geografia no nono ano do ensino fundamental do Colégio Municipal Professora Alice Lopes Maia, localizado no município de Filadélfia (BA); com o objetivo de refletir sobre as dificuldades de aprendizagem diante das práticas pedagógicas no processo de aprimoramento dos educandos do nono ano e avaliar a prática dos professores de Geografia na sala de aula, principalmente a diversidade de metodologias e atividades envolvidas.



2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através de estudos bibliográficos como a consulta em livros, artigos, que dizem respeito ao ensino de Geografia no ensino fundamental II para aprimorar sobre à temática das dificuldades de aprendizagem dos alunos em Geografia; Como: Identificando os conteúdos a serem trabalhados no nono ano de acordo com a BNCC, analisando o material didático utilizado na escola e as abordagens sugeridas no mesmo e comparando se o material didático está de acordo com o apresentado na BNCC, estudando os planos de ensino dos professores de Geografia da escola e o PPP. Foi feito alguns questionamentos por escrito com professores sobre as dificuldades de ensino em relação aos conteúdos levantados; refletindo sobre as metodologias de ensino utilizadas nas aulas de geografia, relatando os motivos da dificuldade nos alunos. E assim realizado um diagnóstico das dificuldades de aprendizagens dos educandos do nono ano.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os materiais bibliográficos e métodos analisados estão todos alinhados, pois seguem o Plano Político Pedagógico da escola (PPP) que respalda-se na Constituição Federal de 1988; LDB nº 9.394/1996 e através do Ministério da Educação (MEC), articula-se com o Plano Nacional da Educação (PNE); com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs) e, mais ultimamente, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E no campo do município, articula-se com o Plano Municipal de Educação (PME); Referencial Curricular Municipal (RCM); Regimento Comum das Escolas Municipais e Regimento Escolar da Instituição. A fim de que todos possam honrar o compromisso com uma educação de qualidade. Sobre o espaço escolar, alguns elementos identificados como merecedores de atenção como: investimentos, mudanças, intervenções, reorientação para a qualidade da educação.

Em relação à docência e prática pedagógica: Necessidade de oficinas e/ou cursos em TDICs, autoformação docente e formação continuada para aprofundar o conhecimento sobre metodologias ativas e outros referenciais teóricos/pedagógicos para planejamento e realização de aulas criativas, dinâmicas e prazerosas, com o protagonismo de professores e alunos.
Em relação família: ainda existem casos da falta de participação efetiva da família no processo educacional, deixando a cargo da escola a formação do indivíduo em seus vários aspectos.

Em relação aos discentes: Lentidão para concluir atividades, Dificuldade para focar, Falta de comunicação com a turma e os professores, Problemas para entender enunciados e instruções. Ocasionadas pelo cansaço ao chegar na aula por se deslocarem de comunidades distantes, ás vezes por falta de tempo saem sem conseguir fazer as refeições, se deslocam para comunidades que não dialogam com sua realidade.

É esperado, portanto, que, ao ingressarem no Ensino Médio, os estudantes já tenham consolidado todo o processo de alfabetização inicial e sejam leitores fluentes, capazes de se relacionar de modo autônomo com textos pertencentes aos campos artístico-literário e jornalístico midiático, assim como ao campo das práticas de estudo e pesquisa e ao campo de atuação na vida pública. Neste cenário no intuito de superar as barreiras que dificultam a aprendizagem, é importante que a família e os profissionais da educação se apoiem buscando sempre: a) Respeitar a individualidade de cada aluno, e das comunidades oriundos; b) Impulsionem a desenvolver a autonomia; c) Motivem cada aluno a encontrar sentido no processo ensino aprendizagem e atingir seus objetivos d) Requer também a construção coletiva de um currículo que tome como referência



e valorize as diferentes experiências, saberes, valores e especificidades culturais das populações do campo e da cede.

E assim os saberes da experiência cotidiana no diálogo com os conhecimentos selecionados pela escola propiciarão o avanço na construção disciplinar de conhecimentos, ou seja, políticas públicas voltadas para o campo e para a realidade de todos alunos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso percebemos que conceituar os problemas no âmbito escolar só terá sentido se for para traçar estratégias de ação que busquem metodologias e recursos que objetivem colaborar com a aprendizagem de cada aluno. Portanto, o conhecimento, a cooperação, a criatividade e a criticidade trazem liberdade e coragem para transformar, sendo que o aluno se torne um ser capaz também de ter sua própria história, compreendendo que ela é socialmente construída, a partir de seu conhecimento para um desempenho melhor na sociedade em que ele vive. E a partir dos resultados observados, é possível acompanhar o progresso dos estudantes ao longo de um período letivo, e em momentos de planejamento desenvolver intervenções pedagógicas individualizadas, ou seja, intervenções mais eficazes, voltadas para as dificuldades de aprendizagens reveladas. Tais ações, realizadas no tempo certo ao longo do ano letivo, contribuirão para que as dificuldades sejam vencidas sem que ocorra um acúmulo de defasagens de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CASTELLAR, Sônia M. V.; JULIASZ, Paula Cristiane S. **Educação geográfica e pensamento espacial: conceitos e representações**. Acta Geográfica, v. 1, p. 1-225, 2017.



A EXCLUSÃO DE ALUNOS DA COMUNIDADE LGBTI+ EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL (BA): UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERSECCIONAL.

SANTOS, Clécio de Melo[1]; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha[2]
[1]Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[2] Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Contato do autor principal: clecio.santos@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O trabalho discute o papel ambíguo da escola, que, ao mesmo tempo em que deveria ser espaço de inclusão, também reproduz práticas de exclusão e discriminação. A pesquisa foi realizada em um colégio de ensino médio em Campo Formoso (BA), com abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas, fundamentadas na análise de conteúdo de Bardin (1977). O objetivo foi compreender como fatores como orientação sexual, identidade de gênero, raça, classe e corpo se cruzam para produzir exclusões, a partir da interseccionalidade. Os relatos dos estudantes indicam que a inclusão escolar é tratada de modo superficial, reduzida a discursos genéricos, sem contemplar especificidades da comunidade LGBTI+ e de outros grupos vulnerabilizados. Além disso, o despreparo docente, evidenciado no uso de termos inadequados, e a ausência de enfrentamento de práticas discriminatórias reforçam a exclusão e o silenciamento, comprometendo o potencial da escola como espaço de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão escolar; Comunidade LGBTI+; Interseccionalidade; Formação docente.

1. INTRODUÇÃO

O espaço escolar desempenha papel central na formação cidadã, no desenvolvimento do conhecimento e na interação entre sujeitos opostos. No entanto, esse mesmo espaço, que deveria promover igualdade e inclusão, revela-se ambíguo, pois também se transforma em palco de exclusões e práticas discriminatórias**.** Como destaca Candau (2012), o ambiente escolar é, por natureza, multicultural, pois reúne uma gama de sujeitos distintos e, enquanto espaço de socialização e de produção cultural, deveria promover políticas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão de toda essa diversidade, de modo a reduzir desigualdades e proporcionar equidade. Nesse contexto, a exclusão escolar não se limita à orientação sexual ou à identidade de gênero, mas se constrói a partir da interseção de múltiplos fatores sociais, como raça, classe, condição socioeconômica, religião, entre outros. Segundo Akotirene (2018), Machado *et al.* (2024) e Kyrillos (2017), essas dimensões interagem e se sobrepõem, ampliando a vulnerabilidade de determinados grupos, tornando a experiência de exclusão mais complexa, o que chamamos de interseccionalidade.

Entende-se exclusão como o processo pelo qual determinados sujeitos ou grupos são sistematicamente silenciados, invisibilizados ou marginalizados no espaço escolar, seja pela ausência de representatividade curricular, pelo preconceito cotidiano ou por práticas institucionais que reforçam padrões heteronormativos e excludentes. Nesse sentido, excluir não significa apenas marginalizar, mas desconsiderar a própria existência humana e criar condições sociais que tornam permanente a desigualdade, como destaca Boneti (1988, *apud* Mattos, 2012). Tal dinâmica não se restringe à identidade de gênero ou à orientação sexual, mas abarca diferentes dimensões sociais que operam de forma sobreposta. É nesse ponto que a interseccionalidade, conceito cunhado por Crenshaw (1989) e aprofundado por autoras como Akotirene (2018),



Machado et al. (2024) e Kyrillos (2017), torna-se fundamental, ao evidenciar que raça, classe, gênero, religião e outras categorias não atuam isoladamente, mas se cruzam e se intensificam, ampliando as vulnerabilidades e complexificando as experiências de exclusão vividas pelos sujeitos LGBTI+ no ambiente escolar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Professora Hilda Monteiro Menezes, em Campo Formoso (BA), instituição que oferece ensino médio para todos os estudantes que residem na cidade, o que reflete a diversidade social, econômica e cultural da juventude local. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, adequada para investigar dimensões da realidade que não podem ser quantificadas, como significados, valores, crenças, motivações e atitudes dos indivíduos, permitindo acessar aspectos profundos das relações e dos fenômenos sociais, Minayo et al. (2002).

A coleta de dados iniciou-se com o contato com a gestão escolar, no qual foram apresentados o projeto de pesquisa, seus objetivos, a relevância do estudo e uma introdução ao conceito de interseccionalidade, assim como a relação entre a Geografia e a diversidade social. A gestão escolar autorizou a divulgação do projeto no mural da instituição, permitindo que os estudantes interessados entrassem em contato, porém não foi permitido realizar entrevistas no interior da escola, sendo necessário conduzi-las em espaços externos.

Em seguida, ocorreu o diálogo com os estudantes, que incluiu a apresentação do pesquisador, da instituição, do curso de Geografia e do grupo de pesquisa vinculado ao estudo, visando criar proximidade e confiança. Foram discutidos conceitos de diversidade e interseccionalidade, fundamentados no multiculturalismo de Candau (2012) e na perspectiva de Crenshaw (2002), destacando como diferentes formas de opressão, para além da LGBTfobia, articulam e impactam a vida dos indivíduos. Os estudantes foram convidados a refletir sobre suas próprias experiências e a compreender como múltiplos fatores podem influenciar sua vivência escolar.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito alunos que se identificaram como participantes, registradas por meio de gravação de voz em aparelho celular, mediante consentimento prévio. Os encontros ocorreram em locais escolhidos pelos entrevistados, priorizando a confidencialidade e o bem-estar dos mesmos, aspecto fundamental para a construção da relação entre entrevistador e entrevistado (Bauer; Gaskel, 2008). A pesquisa seguiu os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a privacidade dos participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para o tratamento dos dados, adotou-se a análise de conteúdo, reconhecida como um conjunto de técnicas flexíveis que possibilitam organizar, categorizar e interpretar os discursos de forma sistemática (BARDIN, 1977), permitindo identificar a exclusão como categoria central.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na categoria exclusão**,** as falas dos participantes evidenciam como a escola, enquanto espaço central de formação e convivência, pode tanto potencializar processos de reconhecimento quanto reforçar mecanismos de silenciamento. Embora o discurso institucional afirme promover a inclusão, essa abordagem se apresenta muitas vezes de forma superficial e generalizada, sem contemplar as especificidades das identidades LGBTI, isso fica evidente quando o Sujeito 3



aponta para uma compreensão generalizada do conceito de inclusão e para a ausência de conhecimento dos discentes no uso adequado de terminologias relacionadas à comunidade LGBT+. demonstrando o distanciamento da escola em tratar adequadamente a diversidade sexual e de gênero. A limitação das ações inclusivas também se revela em outras dimensões da identidade, como aponta o Sujeito 7, ao relatar experiências em que seu corpo foi alvo de violações, evidenciando a permanência de práticas discriminatórias no espaço escolar.

Ao ser questionado se, durante o tempo em que esteve na escola, já foram discutidos temas voltados à comunidade LGBTI+, seja em sala, palestras ou outros espaços, o Sujeito 3 afirma: “Normalmente é só aquela questão da inclusão também de pessoas PCDs, aquela inclusão generalizada, as últimas vezes que eu me lembro que falaram de homossexualidade, foram as professoras usando o termo homossexualismo, que é um termo errado”. A resposta acima aponta, primeiramente, para uma compreensão de que a inclusão promovida pela escola é superficial e padronizada, muitas vezes limitada ao discurso genérico de diversidade, ignorando as especificidades de grupos como a população LGBTI+, reforçando uma falsa neutralidade que opera como silenciamento. A ausência de debates sobre orientação sexual e identidade de gênero contribui para a perpetuação da LGBTfobia e exclusão, como destaca Abreu et al. (2021).

Essa omissão compromete o potencial da escola como espaço de pertencimento e transformação social. Embora os educadores tenham um papel fundamental na mediação crítica do conhecimento, o relato aponta despreparo, quando o sujeito cita o uso inadequado do termo “homossexualismo” por professores, termo que carrega uma carga patologizante histórica, que foi substituído por “homossexualidade”, conforme ressalta Carvalho (2023). Curiosamente, foram os próprios estudantes que identificaram o erro, evidenciando uma inversão entre quem detém o conhecimento crítico: os alunos revelam maior sensibilidade e atualização sobre o tema do que os profissionais da educação. Tal descompasso indica a necessidade urgente de formação docente que contemple a diversidade de forma crítica, atualizada e efetiva.

Esse cenário de exclusão não se restringe às questões de sexualidade e identidade de gênero, mas se estende a outras dimensões da diferença e da vulnerabilidade social. Nesse sentido, a fala do Sujeito 7 amplia a compreensão sobre os múltiplos marcadores de exclusão presentes no ambiente escolar, ao afirmar: “Gordofobia, sofri gordofobia por alunos, no pátio”. Essa fala evidencia que as violências no contexto escolar extrapolam a dimensão da sexualidade e identidade de gênero, atingindo também padrões corporais socialmente construídos.

Ao observar o relato sob uma perspectiva interseccional, percebe-se que o sujeito vivencia múltiplas camadas de marginalização: além de sofrer LGBTfobia, também enfrenta a gordofobia, o que potencializa o impacto das discriminações em seu cotidiano escolar. Conforme aponta Collins (2021), embora as estruturas interseccionais pareçam abrigar sujeitos sob um “grande guarda-chuva”, seu uso analítico revela formas diversas de opressão que se entrelaçam e se manifestam de maneira única: “O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais” (Collins, 2021, p. 19–20).

Assim, as especificidades pertencentes ao Sujeito 7 não podem ser diluídas em categorias amplas, pois suas experiências são atravessadas por diferentes sistemas de opressão que não se somam de forma linear, mas se sobrepõem e interagem, gerando condições particulares de exclusão no ambiente escolar. A interseccionalidade, portanto, torna-se essencial para compreender as complexidades dessas vivências e evidenciar como a escola ainda falha em reconhecer e enfrentar essas múltiplas formas de violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O estudo mostra que a escola, embora seja um espaço central para a formação cidadã e a convivência social, ainda falha em reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de violência e exclusão que atravessam seus estudantes. A análise interseccional revela que as discriminações não ocorrem de maneira isolada, mas se sobrepõem e se intensificam, afetando de modo particular aqueles que carregam múltiplos marcadores sociais. Assim, torna-se urgente investir em formação docente crítica e atualizada, além de políticas pedagógicas efetivas que não apenas proclamem a inclusão, mas que de fato promovam práticas educativas comprometidas com a diversidade e a equidade no ambiente escolar.

AGRADECIMENTOS: Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa e ao Laboratório de Geografia Humana pelo suporte acadêmico e institucional indispensável à realização do estudo.

REFERÊNCIAS

Abreu, Thiago Ferreira et al. *Vozes cruciais:* diálogos libertadores na luta contra a LGBTfobia institucionalizada na escola. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Miami, v. 13, n. 10, p. 1–23, 2024.

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Polém, 2019.

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

Bauer, Martin W.; Gaskell, George. **PESQUISA QUALITATIVA COM TEXTO, IMAGEM E SOM: um manual prático.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Candau, Vera, M**. Didática crítica intercultural, aproximações.** 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Crenshaw, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p 175, 2002. Disponível em: DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO | Revista Estudos Feministas (ufsc.br). Acesso em: 11 ago. 2025.

Carvalho, J. C. O estigma sobre o sufixo “ismo”: “homossexualismo” onde está a LGBTfobia?. **COR LGBTQIA+**, *[S. l.]*, v. 1, n. 4, p. 20–36, 2023. DOI: 10.56579/cor.v1i4.568. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/568. Acesso em: 23 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasilia, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 22 ago. 2025.

Collins, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

Kyrillos, Gabriela M. Uma análise interseccional de gênero e etnia sobre as limitações na eficácia da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) no Brasil. In: **Mundos de Mulheres MIM & Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões, Deslocamentos**, Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499459809_ARQUIVO_Kyrillos_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 23 ago. 2025.

Machado, Layze Aparecida; Negreiros, Eduardo Corrêa de. Teoria da interseccionalidade e feminismo contemporâneo: uma análise crítica das complexas experiências das mulheres.



Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 5, n. 1, p. 142-162, jan./jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/57686/33029. Acesso em: 11 ago. 2025.

Mattos, Sandra Maria Nascimento de. INCLUSÃO/EXCLUSÃO ESCOLAR E AFETIVIDADE: REPENSANDO O FRACASSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DE CLASSES POPULARES. ***Educar em Revista***, Curitiba, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/bxzbkp57YmNzqQQvhMjd4Xp/?format=html&lang=pt. Acesso em: 2 out. 2025.

Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.); Deslandes, Suely Ferreira; Otávio, Cruz Neto; Gomes, Romeu. PESQUISA SOCIAL: Teoria, Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E REFLORESTAMENTO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: COMO PAUTA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO COLÉGIO MODELO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES EM SENHOR DO BONFIM – BA RELATO DE EXPERIÊNCIA

OLIVEIRA, Diana Silva de[1]; SANTOS, Luís Felipe do Nascimento[2]; ZUZA, Sara Caroline do Nascimento Mendes; SOUZA, Iêda da Silva; MENDES, Natália Michele Tavares do Nascimento Silva[3]

[1]Universidade Federal da Bahia; [2]Universidade Federal de Sergipe; [3]Universidade Federal de Pernambuco
Contato do autor principal: diana.silva@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O seguinte resumo apresenta as experiências do subprojeto PIBID Geografia, desenvolvido no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, em Senhor do Bonfim-BA, no primeiro semestre de 2025, centradas na educação ambiental e, na prática do reflorestamento no semiárido nordestino. O trabalho surge a partir do reconhecimento dos desafios socioambientais da região, como o desmatamento e o risco de desertificação, que afeta a vida de inúmeros moradores do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), com o objetivo de promover uma educação crítica e centrada na participação dos estudantes em importantes causas sociais e ambientais por meio da integração entre ensino, pesquisa e ação social. A metodologia inclui atividades práticas como oficinas de cartografia, visita técnica e a confecção de mapas temáticos pelos estudantes, aproximando-os da realidade local. Como resultado do diagnóstico inicial, constatou-se as lacunas conceituais no conhecimento dos estudantes, o que direciona quais os caminhos a serem percorridos nas próximas etapas do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica; Educação Ambiental; Semiárido; Reflorestamento; PIBID.

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo tem como objetivo apresentar as atividades e vivências do PIBID subprojeto geografia, desenvolvidas no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães no primeiro semestre de 2025, situado no município de Senhor do Bonfim – BA, cidade que está a 389 km da capital do Estado Salvador. Senhor do Bonfim se encontra no extremo norte do estado da Bahia, pertencendo ao Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, o clima da região é classificado como tropical semiárido, caracterizado pela escassez e irregularidades nas precipitações pluviométricas, que não ultrapassam 800 mm/ano. As temperaturas médias estão em torno de 27 °C e a amplitude térmica média anual é em torno de 5° C (IBGE, 2007).

As questões ambientais estão em ascensão na contemporaneidade, o desmatamento de áreas, a intensificação de processos degradadores como a desertificação, problemas esses causados principalmente pela ação antrópica. No que diz respeito ao semiárido brasileiro, já existem inúmeros estudos, que apontam áreas intensamente degradadas e outras suscetíveis ao processo de desertificação. Segundo um estudo realizado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2023), aponta que entre os anos de 2001 e 2018 o semiárido perdeu 26,96% de sua cobertura vegetal, equivalente a uma área de 60.769,39 km², o que corresponde a um tamanho superior ao do Estado da Paraíba. Silva (2025) pontua que na Bahia observou-se uma perda proporcional de 44,85% da área florestada no semiárido. Outras pesquisas ainda apontam que



cerca de 13% de toda a cobertura vegetal do semiárido brasileiro já se encontra em estado de desertificação, o que corresponde a uma área de 126.336 km², que caminham rapidamente para se tornar um deserto (UFAL, 2019). Ademais, a Caatinga, bioma predominante no semiárido nordestino, já perdeu 53,62% de sua cobertura original, evidenciando a gravidade do desmatamento na região.

Conforme Santos (2020), o desmatamento em Senhor do Bonfim entre os anos de 2014 e 2018 também evidencia a pressão sobre os recursos naturais. Nesse período, foram identificados 37 pontos de desmatamento, totalizando 106 hectares, sendo o segundo maior índice registrado no Território Piemonte Norte do Itapicuru. A expansão urbana foi responsável por 11 pontos de desmatamento, principalmente para a abertura de loteamentos irregulares em zonas urbanas. A agropecuária foi a principal causa, com 26 pontos de desmate voltados à formação de pastagens e cultivo de cana-de-açúcar. Além disso, as queimadas continuam sendo prática recorrente após a supressão da vegetação, inclusive em Áreas de Preservação Permanente (APPS).

Neste sentido, Leff (2005) aponta para a importância de os alunos desenvolverem uma formação ambiental desde a educação básica, para que dessa maneira desenvolvam uma racionalidade ambiental, sobretudo pautada nas especificidades do meio no qual estão inseridos. Ainda segundo Leff (2005), essa formação ambiental é um processo de construção social, que propicia ao aluno a formação de um pensamento crítico e prospectivo, fazendo-o capaz de analisar as complexas relações naturais sociais. Portanto, a escola se configura como um espaço plural e essencial para haver a promoção desse debate, conscientizando os alunos, e a sociedade sobre a emergência das questões ambientais, dentre eles o processo de desertificação, e sobre a prática do reflorestamento como agente transformador da paisagem, sendo esse capaz de mitigar os efeitos oriundos da ação antrópica. Possibilitando assim um entendimento crítico das questões relacionadas a sociedade e natureza, principal objeto de estudo da geografia.

Promovendo uma formação complementar aos alunos acerca dos problemas ambientais emergentes, tendo como destaque a degradação de áreas naturais, que ocorrem principalmente por intermédio do desmatamento, dando ênfase ao semiárido brasileiro. Mostrando como a prática do reflorestamento se constitui enquanto uma solução viável, que está ao alcance de todos, dando ao aluno a capacidade de desenvolver uma consciência ambiental e, portanto, contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

Pretende-se alcançar os seguintes objetivos: incentivar uma reflexão crítica sobre as contradições entre crescimento econômico e preservação ambiental, desenvolver habilidades técnicas e críticas sobre a diversidade e sustentabilidade ambiental no contexto econômico contemporâneo, estimular a participação dos alunos em soluções práticas para preservação e/ou restauração ambiental, fortalecer a conexão entre teoria e prática e entender como o uso dos aplicativos de geoprocessamento, como o Google Earth potencializa o aprendizado dos alunos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este projeto está sendo desenvolvido no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães Senhor do Bonfim-BA, no âmbito do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência), com estudantes do 2º ano do Ensino Médio nas turmas A, B, C, D e E. A primeira etapa consistiu na aplicação dos questionários diagnósticos, sendo realizada entre os dias 06 e 07 de agosto de 2025 em todas as turmas envolvidas.

O diagnóstico inicial foi realizado através da aplicação presencial do questionário, com o objetivo estratégico de identificar o conhecimento prévio sobre educação ambiental, desafios do semiárido e desertificação. Sua importância reside em: entender a evolução da aprendizagem após a intervenção do projeto, identificar lacunas conceituais na aprendizagem, e principalmente,



orientar o planejamento das oficinas teóricas e práticas conforme as necessidades detectadas. A tabulação dos questionários e interpretação dos resultados iniciais do diagnóstico ocorreu entre os dias 11 e 13 de agosto. A tabulação foi realizada manualmente com apoio de planilhas eletrônicas (Excel), categorizando respostas objetivas (alternativas a/b/c) e analisando qualitativamente as dissertações, buscando palavras-chave e subdividindo as interpretações em grupos/categorias.

As próximas etapas, serão aulas teóricas interativas, serão planejadas a partir dos resultados do diagnóstico inicial, tornam-se estratégicas para superar lacunas críticas identificadas nos questionários. Serão utilizadas plataformas como Google Earth para visualizar áreas degradadas do município, como APPS ocupadas por agropecuária, por exemplo, infográficos que contrastam dados locais, criando pontes entre a teoria e a realidade do território.

A interatividade, portanto, resgata o protagonismo dos alunos, convertendo os alunos que acreditam no reflorestamento como solução em agentes de mudança prática, conforme previsto na pedagogia freiriana. Para isso, será essencial o uso de slides com dados locais e o Google

A prática reforçará o papel da escola como espaço de leitura do território, onde a geografia transforma alunos em cidadãos políticos e conscientes do seu papel na transformação social.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados iniciais revelaram que os alunos apresentam conhecimento sobre educação ambiental e reconhecem seu potencial transformador. Todavia, embora a maioria identificasse problemas ambientais concretos (perda de biodiversidade, escassez hídrica), não vinculavam a degradação a estruturas econômicas mais amplas, relacionando-a à prática de modelos econômicos subversivos nos quais estamos inseridos, e não compreendendo a desertificação como resultado da ação humana associada ao clima.

Brevemente, notou-se que boa parte dos discentes descreveram o semiárido com precisão (seca, vegetação adaptada), mas poucos identificaram a Caatinga como bioma exclusivo do Brasil, outros a confundiram com cerrado ou desertos, fazendo priorizar na próxima etapa a contextualização da Caatinga, suas espécies nativas, suas características e os estigmas que a cercam.

Análise das turmas:

Turma - A:

A maior parte dos alunos entende a importância da educação ambiental na formação de cidadãos conscientes e acreditam que o incentivo de práticas de reflorestamento, conscientização e uso racional dos recursos naturais pode contribuir para a preservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais na caatinga. Todavia, em uma visão estereotipada, reconhecem que a principal problemática do semiárido está relacionada a escassez de água e pobreza rural, essa afirmação compreende à 94,70 das afirmações válidas, mas afirmam que o problema está centralizado na degradação ambiental, entendendo-a está como perda de biodiversidade no solo, redução da biodiversidade e escassez hídrica-, perda de diversidade biológica e risco de desertificação devido ao desmatamento e práticas agrícolas inadequadas frequente na região.

Ao longo de todas as respostas é possível inúmeras lacunas conceituais e críticas relacionadas ao processo de degradação ambiental e ao papel humano.

Turma - B:

Os dados do Grupo B, revelam uma visão limitada sobre o semiárido e caatinga, descrevendo-os como ambiente quente e seco, com pouca vegetação e ignorando sua sazonalidade, confundindo-os e caracterizando-os como áridos. Demonstrando carências relacionadas a conceitos básicos.



No questionário inicial, 100% dos alunos erraram a definição de desertificação, atribuindo-a a "ciclos naturais" e naturalizando a degradação e os impactos ambientais causados pelo homem, sem vínculo de conhecimento crítico à ação prática humana de degradar/recuperar áreas afetadas por ação antrópica.

Os dados expõem um pensamento reducionista, que inferiorizam o clima semiárido e reforçam estereótipos.

Turma - C:

O diagnóstico das respostas do 2° ano C revelam que os alunos possuem conhecimento básico sobre os temas abordados no questionário, mas ainda de forma superficial e fragmentada, com equívocos conceituais e significativos. Cerca de 20% dos estudantes afirmaram equivocadamente que o semiárido possui “várias chuvas ao longo do ano”, demonstrando desconhecimento sobre a irregularidade pluviométrica, sendo esse justamente um dos traços centrais desse clima. Além disso, 25% limitaram-se a definições vagas, como “clima seco” ou “região caracterizada pela seca”. Somente 15% foram capazes de apresentar uma definição mais completa, incluindo alta temperatura, baixa umidade e chuvas mal distribuídas, o que evidencia que a maioria não consegue articular adequadamente os fatores que definem o clima semiárido.

Em síntese, a principal dificuldade nesse tema foi de ordem conceitual: os alunos não distinguem claramente a diferença entre escassez total de chuvas e distribuição irregular ao longo do ano, por exemplo.

No caso da Caatinga, os alunos apresentaram maior familiaridade, mas ainda com limitações. Aproximadamente 65% identificaram corretamente a Caatinga como um bioma exclusivo do Brasil, localizado sobretudo no Nordeste, e 70% mencionaram o clima quente e seco associado ao semiárido. Apesar disso, cerca de 30% das respostas foram superficiais, reduzindo o bioma a descrições simplistas como “mata seca” ou “bioma seco”, o que reforça a ideia de que a Caatinga é vista como um espaço de limitações.

Turma - D:

A análise dos dados obtidos a partir do diagnóstico aplicado ao grupo revela alguns pontos centrais sobre o conhecimento prévio dos estudantes em relação ao Semiárido e à Caatinga, mas com pouca discussão temática e fraco conhecimento conceitual.

Ademais, é possível observar que, ao longo da análise dos questionários do grupo D, surgem erros pontuais e certas confusões relacionadas a relação homem-natureza e confundem problemáticas estruturais com consequências ambientais relacionadas a ação antrópica, nas questões que tratavam das consequências da degradação e das causas da desertificação: parte do grupo optou por respostas incompletas ou imprecisas, revelando dificuldade em diferenciar causas, problemáticas e impactos.

A maior fragilidade, no entanto, foi a ausência total de resposta na questão que solicitava a definição de semiárido, um conceito fundamental para sustentar todo o restante do questionário.

O grupo demonstra uma aprendizagem fragmentada: acerta quando o conteúdo é apresentado de forma direta, mas não consegue expandir esse conhecimento para situações mais complexas ou discursivas. Mas, apresenta-se como um dos pontos fortes o reconhecimento de conceitos básicos sobre educação ambiental e desertificação, para avançar, é fundamental reforçar os conceitos estruturantes que diferenciam clima e bioma, ampliar a discussão sobre biodiversidade.

Turma - E:

O 2° ano E apresenta um conhecimento inicial sobre o Semiárido e a Caatinga, mas ainda pouco preciso. 40% das respostas apresentaram características climáticas do semiárido como baixa pluviosidade, longos períodos de seca, distribuição irregular das chuvas e altas temperaturas. Algumas respostas, no entanto, focaram apenas no solo seco e arenoso, enquanto outras apresentaram equívocos graves, como confundir o semiárido com um clima frio.



Em relação à Caatinga, cerca de 50% dos alunos reconheceram corretamente que se trata de um bioma exclusivamente brasileiro, localizado principalmente no Nordeste. Cerca de 40% mencionaram o clima seco e períodos prolongados de seca, e apenas 30% citaram plantas adaptadas à seca, como cactos e mandacaru. Entre os problemas, destacam-se a visão negativa do bioma — “sem vida”, “solo rachado” ou “ambiente sem valor”. Ignorando a importância ecológica e cultural do bioma, incluindo desertificação, agricultura de subsistência e comunidades tradicionais.

As respostas sobre desertificação expõem contradições. Enquanto 63,2% vinculam a degradação da vegetação à erosão, perda de solo fértil e escassez de água, um terço dos participantes (36,8%) acredita que tal degradação "reduz impactos ambientais e favorece o crescimento urbano", uma visão distorcida e equivocada das reais consequências do problema.

A turma E apresenta noções básicas corretas, mas requer reforço direcionado para consolidar o conhecimento e desenvolver uma visão mais crítica, completa e contextualizada sobre o Semiárido e a Caatinga, diminuindo lacunas relacionadas à conexão da ação humana com o meio em que vive.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e tendo como base os resultados e as vivências apresentadas, verificou-se que os alunos do 2º ano do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães, apresentam um déficit de aprendizagem, no que diz respeito às temáticas que lhes foram apresentadas na aplicação dos questionários. Observamos que alguns alunos até apresentaram um conhecimento mínimo, todavia não possuem um conhecimento pleno e sistemático, sobre o que seria, por exemplo, o semiárido, caatinga ou o processo de desertificação, sempre atrelando essa temas a uma visão estereotipada.

O início do projeto mostrou-se como um desafio e uma oportunidade, os alunos têm até algum entendimento sobre meio ambiente, semiárido e Caatinga, porém esse conhecimento é muito superficial, repleto de variações e confusões. Em defesa, isso cria oportunidades para que a escola se transforme em um real espaço de mudança, no qual a teoria e a prática se unem para questionar a ideia de que a desertificação é um fenômeno natural ou que a Caatinga é uma região sem valor.

É evidente a necessidade de uma educação ambiental crítica que ultrapasse os limites da sala de aula e revele como o reflorestamento e o cuidado com a natureza são fundamentais para transformar as realidades locais. Além de assimilar conceitos, os estudantes devem se enxergar como protagonistas dessa mudança, compreendendo que cada árvore plantada e olhar mais atento ao território pode ser o início de uma transformação significativa.

Enquanto principal contribuição deste momento inicial de desenvolvimento do projeto, destacamos, que ficaram em evidência os caminhos que devemos percorrer, tendo em vista que identificamos as lacunas de conhecimento dos alunos, e posteriormente desenvolveremos atividades com o intuito de preencher tais lacunas.

O trajeto está definido. Existem muitas falhas a serem solucionadas, mas o início do projeto evidenciou que, por meio do diálogo, prática e senso de colaboração, é viável reconsiderar a relação da comunidade escolar com o semiárido, convertendo dificuldades em oportunidades e alunos como participantes para a mudança.

AGRADECIMENTOS: O presente trabalho foi realizado com apoio do PIBID subprojeto Geografia e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS



LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder.** 4ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2005.

SILVA, Maria Vitória de Melo. **O desmatamento no semiárido nordestino e o risco de desertificação: uma revisão narrativa.** Orientadora: Eliane Maria de Souza Nogueira. 2023. 48f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Departamento de Educação, Campus VIII, a Universidade do Estado da Bahia. Paulo Afonso–BA. 2023. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/6171. Acesso em: 29 de jul. 2025.

SANTOS, J. E. **Estudo Documental do Desmatamento no Piemonte Norte do Itapicuru.** Senhor do Bonfim - BA. 2020. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/815397b22ce74418b1baaadb7ad53944/content. Acesso em: 30 de jul. 2025.

INEMA (2014–2018). Relatórios de Fiscalização Ambiental. Disponível em: https://www.oeco.org.br/wpcontent/uploads/2018/03/AUTOSINFRAC%CC%A7A%CC%83O_INEMA-BA_CARLOS-TADEU.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Climas do Brasil, 2007**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br Acesso em: 29 jul. 2025.



LITERATURA E GEOGRAFIA: A LEITURA DE "A MORTE E A MORTE DE QUINCAS BERRO D'ÁGUA" COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO CRÍTICA NO SEMIÁRIDO

SILVA, Emanuela Carneiro[1]; SOUZA, Katiurce Santos[1]; RODRIGUES, Lucas da Silva[1]; FRAGA, Arthur de Oliveira[2]; MENDES, Natália Micheli Tavares do Nascimento Silva[3]
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2] Colégio Estadual do Campo Professora Hilda Monteiro Menezes; [3] Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: emanuela.carneiro@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O projeto de leitura desenvolvido no Colégio Estadual do Campo Professora Hilda Monteiro Menezes, em parceria com a UNIVASF e o PIBID, buscou fortalecer a prática leitora por meio da obra A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água, de Jorge Amado. Utilizando a metodologia da leitura fruitiva, as turmas de 1º e 3º ano participaram de rodas de leitura na biblioteca, com acompanhamento dos bolsistas e do professor supervisor. As atividades incluíram resumos e sínteses avaliativas, estimulando a reflexão crítica. A proposta interdisciplinar uniu Literatura e Geografia, possibilitando discussões sobre identidade, cultura e semiárido. Os resultados apontaram maior engajamento, participação ativa e produção crítica dos estudantes, que se mostraram motivados pela leitura coletiva e pela troca de interpretações. Conclui-se que o projeto alcançou seus objetivos, consolidando a leitura como prática significativa e formadora de cidadãos críticos e reflexivos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; PIBID; semiárido; Geografia.

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da educação brasileira é efetivar a prática da leitura nas escolas, essencial para a construção do saber e da cidadania. O hábito perdeu espaço com a modernização da sociedade, marcada pela instantaneidade e pela tecnologia. Para Silva (2015, p. 21), o professor tem papel central ao estimular a participação dos alunos e a construção coletiva de significados, embora a leitura seja muitas vezes vista como obrigação desinteressante. Ainda assim, ela é fundamental para ampliar vocabulário, repertório cultural, senso crítico e capacidade analítica.

A Literatura e a Geografia, embora distintas, podem se complementar em sala de aula. A Geografia, por sua abrangência, permite múltiplas abordagens, incluindo a cultural, que, segundo Olanda (2008), utiliza a cultura como ferramenta para compreender as relações humanas e a organização do espaço. Assim, a literatura possibilita perceber a interação do homem com o meio e suas relações sociais ao longo do tempo.

Nesse contexto, o projeto de leitura realizado por discentes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em parceria com o Colégio Estadual do Campo Professora Hilda Monteiro Menezes, no âmbito do PIBID, busca trabalhar o semiárido brasileiro de forma interdisciplinar, lúdica e significativa. O objetivo é incentivar a leitura e formar cidadãos críticos, questionadores e ativos na sociedade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS



O projeto foi desenvolvido no Colégio Estadual do Campo Professora Hilda Monteiro Menezes, em Campo Formoso, no âmbito do PIBID, com foco na formação de leitores por meio da obra A Morte e a Morte de Quincas Berro d'Água, de Jorge Amado (2008). Adotou-se a metodologia da leitura fruitiva, buscando aproximar os estudantes da literatura de forma dialógica e reflexiva (Neitzel, 2013). As turmas de 1º e 3º ano participaram de leituras coletivas na biblioteca, organizadas em círculos, com acompanhamento do professor supervisor e dos pibidianos. A atividade contou com avaliação da participação e resumos individuais dos capítulos, que também compuseram parte da nota bimestral.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A leitura da obra de Jorge Amado proporcionou reflexões sobre identidade, relações sociais e aspectos culturais do semiárido, permitindo conexões entre Literatura e Geografia. Os alunos relataram maior interesse em atividades que uniram diálogo e interpretação coletiva, demonstrando participação ativa durante os encontros. Tanto no 1º quanto no 3º ano, observou-se empenho na elaboração dos resumos e sínteses solicitadas, que revelaram não apenas compreensão da narrativa, mas também análises críticas sobre os personagens e o contexto social retratado. O exercício de leitura coletiva reduziu a sensação de obrigatoriedade, favorecendo o engajamento e a troca de impressões pessoais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto alcançou seus objetivos ao incentivar a leitura de forma significativa e interdisciplinar. A participação dos alunos foi efetiva, com destaque para a elaboração dos resumos e a disposição em compartilhar interpretações durante as rodas de leitura. A experiência demonstrou o potencial da literatura como recurso pedagógico para a Geografia e contribuiu para a formação de leitores mais críticos, reflexivos e autônomos.

AGRADECIMENTOS: À Capes, pelo fortalecimento e incentivo à formação docente, ao proporcionar aos licenciandos a experiência em sala de aula; ao Colégio Estadual do Campo Professora Hilda Monteiro Menezes, pela assistência e apoio ao disponibilizar, junto ao professor e supervisor Arthur de Oliveira Fraga, o ambiente escolar como espaço de formação e de crescimento profissional para os futuros professores de Geografia formados pela UNIVASF. Por fim, à Universidade Federal do Vale do São Francisco, em especial ao Colegiado de Geografia, pelo apoio à formação e à luta docente em meio à barbárie do desmonte e enfraquecimento das licenciaturas, reafirmando seu compromisso com os estudantes dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. A morte e a morte de Quincas Berro d'Água. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

NEITZEL, Adair Aguiar et al. Práticas de leitura no ensino médio: o Pibid de Letras. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 94, n. 238, p. 770-794, set./dez. 2013.

OLANDA, Diva Aparecida Machado. A geografia e a literatura: uma reflexão. **Geosul**, v. 23, n. 46, p. 7-32, 2008.

SILVA, Geraldine Thomas da. Interação entre leitura e escrita: o impacto dos hábitos de leitura e da mediação em leitura na escrita de alunos do Ensino Médio. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUCRS**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2211/1/466238.pdf.



O LUGAR NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE DO ENSINO EM UMA CLASSE MULTISSERIADA

FERREIRA, Glicia Lorena Souza [1]; LIMA, Átila de Menezes[2]; SENA, Ivania Paula Freitas de Souza[3]
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [3]Universidade do Estado da Bahia
Contato do autor principal: glicia.ferreira@discente.univasf.edu.br

RESUMO: A Educação do Campo é fruto das lutas e reivindicações dos movimentos sociais ligados à população camponesa. Uma característica marcante dessas escolas é a multisseriação, realidade que exige práticas pedagógicas diferenciadas e contextualizadas. Nesse contexto, o lugar de vivência dos alunos se configura como elemento fundamental para promover um ensino que respeite as especificidades de cada comunidade. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar de que forma a categoria geográfica Lugar, enquanto espaço vivido pelos discentes, é empregado como estratégia pedagógica em uma sala multisseriada. Foi realizada análise documental dos registros pedagógicos produzidos pela docente da turma, e a investigação teve cunho qualitativo, com aporte metodológico por meio de pesquisa de campo em uma escola do município de Ponto Novo-BA. Os resultados evidenciam que a reflexão sobre o lugar pode subsidiar professores na construção de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas, promovendo aprendizagens conectadas à realidade dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar; Prática Pedagógica; Multisseriada

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, ao analisarmos a construção territorial do Brasil, é fundamental destacar que sua formação teve início a partir de um processo colonizador, escravocrata e marcado pela concentração de terras, ou seja, pela constituição dos grandes latifúndios (Pinto; Germani, 2013). Esse contexto explica a perpetuação da concentração fundiária e os subsequentes conflitos territoriais. Nesse sentido, Moraes (2005) destaca que o processo de colonização foi mais do que um simples assentamento de pessoas; tratou-se de uma conquista violenta que subjuga as populações locais para atender aos interesses de potências colonizadoras.

No contexto histórico brasileiro, camponeses, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais lutam pelo acesso à terra e pela garantia de direitos territoriais. Oliveira (2001) destaca que grande parte dos camponeses é historicamente excluída e desterrada, dando origem aos movimentos sociais que resistem à omissão do Estado e à violência estrutural do capital agrário.

Desse modo, o campo deixa de ser apenas um espaço rural, adquirindo novas conotações e uma intensa carga simbólica. Ele se configura como um espaço social e político, marcado por disputas e pela resistência do campesinato, isto é, a luta de classe.

Nesse cenário, a Educação do Campo se configura como uma forma de resistência e transformação, originada a partir da própria luta pela terra. Ela propõe uma nova consciência educacional, voltada para as realidades, saberes e necessidades dos sujeitos do campo, rompendo com modelos hegemônicos de ensino (Caldart, 2012). O principal objetivo desse modelo educacional é formar sujeitos críticos, conscientes de sua cultura, território e história. Assim, a escola do campo surge e se alicerça no próprio movimento social de luta pelos direitos dos povos do campo, integrando educação e resistência social (Molina e Sá, 2012).



Tendo em vista o que já foi mencionado, reconhece-se que a Educação do Campo representa um movimento essencial para a valorização cultural dos sujeitos do meio rural, sendo a multisseriação uma característica marcante dessa realidade. Cada comunidade inserida nesse contexto possui suas próprias especificidades e peculiaridades. Posto isso, o conceito de lugar torna-se fundamental, pois possibilita a valorização dessas identidades e o aprofundamento do conhecimento sobre as realidades locais.

Segundo Carlos (2007), é por meio do lugar que se pode entender a produção do espaço na atualidade, especialmente no contexto da mundialização, em que as transformações globais impactam diretamente as dinâmicas locais. No campo, essas mudanças se manifestam nas formas de viver, cultivar, consumir e resistir. O lugar, nesse sentido, é um espaço de vida, carregado de significados e de experiências cotidianas, mas também atravessado por pressões e coações externas — políticas, econômicas e sociais — que afetam a realidade das comunidades rurais. Assim, refletir sobre o lugar, no contexto da Educação do Campo, é essencial para valorizar os saberes locais, fortalecer a identidade dos sujeitos do campo e construir práticas pedagógicas mais enraizadas em seus territórios.

Posto isto, a pesquisa tem origem em minha experiência docente (2022–2023) em quatro classes multisseriadas no município de Ponto Novo-BA. Dessa vivência emergiram inquietações centrais: como contextualizar o currículo para refletir as especificidades do lugar e promover uma aprendizagem significativa em turmas multisseriadas? e de que forma o conceito de lugar, central para a Geografia, pode ser incorporado como estratégia pedagógica nesses espaços escolares?

A questão central do estudo, portanto, é: De que maneira o conceito de lugar é incorporado na prática pedagógica de uma docente em uma escola do campo, especificamente em uma turma multisseriada? O objetivo geral consiste em analisar de que forma a categoria geográfica Lugar, enquanto espaço vivido pelos discentes, é empregado como estratégia pedagógica no contexto de uma sala multisseriada.Os objetivos específicos incluem: observar como o lugar é abordado nas práticas pedagógicas; e investigar , por meio da análise documental, em quais disciplinas a vivência dos educandos e a noção de lugar são contempladas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

No tocante às características dessa pesquisa, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, que se desenvolveu por meio de visitas a uma turma específica , com o objetivo principal de observar a prática docente. Além da observação, foram analisados documentos institucionais, como planos de aula e planos de curso, a fim de compreender a organização do trabalho pedagógico. As estratégias metodológicas buscaram compreender a prática docente em sua relação com o contexto do campo e suas especificidades. Seguindo a perspectiva da pesquisa qualitativa (Minayo, 2001), o estudo assumiu caráter exploratório, tendo como lócus uma escola multisseriada, no campo, de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, no município de Ponto Novo-BA.

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os dados coletados, por meio das observações, indicaram que a articulação da docente com o contexto local ainda é parcial e pouco intencional. As práticas observadas não evidenciaram uma relação direta com o lugar de vivência dos alunos nem com os princípios da Educação do Campo.

Considerando o conceito de lugar sob duas perspectivas complementares, o distanciamento observado se torna mais evidente. Na perspectiva fenomenológica (Yi-fu Tuan,



1980), o lugar é construído a partir de significados gerados pelas experiências, percepções e sentimentos dos indivíduos. Já na perspectiva da materialidade dialética (Carlos, 2007), o lugar é mais que um espaço físico, sendo constantemente construído pelas interações e práticas cotidianas. Assim, por meio da tríade habitante–identidade–lugar, o espaço habitado se torna uma extensão do ser, sentido e vivido de forma única por cada pessoa.

Dessa forma, observa-se um distanciamento entre os conceitos de lugar e a prática docente, evidenciando a necessidade de maior aproximação entre a pedagogia e as especificidades do contexto. Além disso, não se identificou articulação significativa entre as práticas observadas e os ideais da Educação do Campo.

Sobre isso, Freire (1989), em seu livro A importância do ato de ler: em três artigos que se completam, reforça a importância de compreender a realidade circundante, destacando que o aprendizado não deve ser dissociado da vivência cotidiana: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (p. 9). As perspectivas freireanas dialogam diretamente com as concepções de lugar, pois o espaço vivido pelos sujeitos assume papel central no processo educativo. Assim, o lugar deixa de ser apenas o cenário da educação e se torna parte funcional do processo formativo.

Em complemento às observações realizadas, a docente disponibilizou alguns de seus planos anuais. Tanto esses documentos quanto os planos semanais estavam fundamentados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, considerando os princípios da Educação do Campo, que busca romper com os modelos impostos pela lógica do capital e valorizar os saberes e modos de vida das populações rurais, a adoção da BNCC nesse contexto revela-se contraditória. Isso porque a referida base orienta-se por concepções mercadológicas e tecnicistas, distanciando-se das especificidades e necessidades da educação voltada para o campo (Santana, 2022). Sob esse cenário, ainda foi possível realizar algumas considerações com base nos planos referentes ao primeiro trimestre letivo.

A análise dos planos do primeiro ano do Ensino Fundamental evidencia diferenças na relação das disciplinas com o conceito de lugar e a realidade dos alunos da zona rural. Os conteúdos de Língua Portuguesa observados concentram-se principalmente no processo de alfabetização, abordando alfabeto, vogais, escrita e sons das palavras, com destaque para o gênero textual parlenda, amplamente utilizado nas atividades em sala. Na Matemática, os conteúdos e metodologias têm pouca conexão com o lugar e a vivência dos discentes, sendo restritos e pouco detalhados. Já em História e Geografia, o conceito de lugar aparece de forma mais significativa: em História, os conteúdos adotam perspectiva comunitária, favorecendo a compreensão das relações sociais e históricas, embora faltem atividades concretas; em Geografia, o lugar é central, e a metodologia aproxima o ensino da realidade cotidiana dos alunos, promovendo aprendizagem contextualizada e crítica sobre o espaço. Vale destacar que, durante o período de observação, não foi possível acompanhar diretamente as dimensões metodológicas previstas nos planos para Geografia e História, nem observar as aulas correspondentes, limitando a análise da aplicação prática dessas estratégias.

Ao analisar os planos de curso do segundo ano do ensino fundamental, observa-se que as disciplinas apresentam diferentes níveis de articulação com o objeto de estudo, o conceito de lugar. A disciplina de Português concentra-se principalmente na alfabetização, sem estabelecer uma relação direta com o tema da pesquisa. Em Matemática, os conteúdos incluem ordem crescente dos números, leitura, escrita e ordenação, características dos números decimais e sistema monetário, também sem conexão explícita com a realidade local.

Por outro lado, Ciências aborda temas como os sentidos, os componentes do meio ambiente, flores e plantas, a estrutura da Terra, a reprodução dos vegetais e plantas nativas, contribuindo de forma mais ampla para a compreensão do espaço natural e social. Em Geografia, os conteúdos se relacionam diretamente com a dimensão do lugar, tratando de tipos de moradia,



transformações no bairro e na cidade, organização do espaço escolar, interação com a comunidade, além das diferenças entre campo e cidade, incluindo aspectos da agricultura e da pecuária. Já a História foca no entendimento do contexto familiar e da noção de “eu”, destacando os profissionais da comunidade e a importância de cada profissão, articulando o ensino à realidade social e cultural dos alunos.

Apesar de alguns conteúdos, especialmente na disciplina de Geografia, indicarem uma aproximação com a dimensão do lugar, observa-se um distanciamento em relação aos princípios da Educação do Campo. Idealmente, esses princípios deveriam estar respaldados pela legislação educacional vigente, em especial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), cujo artigo 28 garante o direito a uma educação contextualizada, permitindo adaptações necessárias às especificidades das realidades do campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da minha experiência docente nos anos de 2022 e 2023 em classes multisseriadas, foi possível perceber o distanciamento existente entre o currículo e a realidade do lugar, evidenciando a necessidade de contextualização para promover uma aprendizagem significativa, a partir dessa vivência pessoal foi que me surgiu a curiosidade em pesquisar o tema desenvolvido neste trabalho.

O objetivo principal deste estudo foi analisar de que forma o lugar, enquanto espaço vivido pelos discentes, é empregado como estratégia pedagógica no contexto de uma sala multisseriada. A partir das análises realizadas, foi possível perceber que esse elemento é tratado de forma superficial e esporádica. Observações e análises documentais indicaram que tanto as aulas quanto os planos pedagógicos não contemplam de maneira consistente o conceito de lugar, evidenciando sua utilização limitada no processo de ensino-aprendizagem.

Ademais, os principais achados revelam uma lacuna curricular nas escolas do campo com organização multisseriada, marcada pelo distanciamento entre o ideal da Educação do Campo e a realidade observada. Nessa perspectiva, o lugar permanece como um ideal pedagógico ainda não efetivado na prática docente

Portanto, esta pesquisa pode promover uma reflexão sobre a realidade de uma classe multisseriada, evidenciando a possibilidade de articular o conceito de lugar à prática pedagógica. Compreender a importância de trabalhar o lugar em turmas multisseriadas, especialmente em escolas do campo, pode fornecer subsídios para que os professores aprimorem suas estratégias de ensino, tornando-as mais significativas e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CALDART, Roseli Salete (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 2007.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão; CALDART, Roseli Salete (Org.). Escola do Campo. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert . Território e história no Brasil. 3º Edição. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

PINTO, Manuela Pereira de; GERMANI, Maria da Graça. A formação do Brasil: colonização, trabalho escravo, ocupação de terra e latifúndio. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.

SANTANA, Rosimeiry Souza (Org.). A Educação do Campo e o fechamento das escolas em áreas rurais no Brasil (2010–2020). 1. ed. [Local não informado]: Revista Polígésima, 2022.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores em relação ao meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.



ENSINO CONTEXTUALIZADO EM GEOGRAFIA: A CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL DIDÁTICO VOLTADO A REALIDADE DE MIGUEL CALMON.

SERQUEIRA, Jamille Timóteo de Oliveira[1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2].
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: jamille.serqueira@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O ensino de Geografia é essencial para desenvolver o pensamento crítico e a cidadania, ao relacionar o espaço geográfico às ações humanas. Contudo, práticas tradicionais e a falta de recursos dificultam a contextualização do ensino. Nesse cenário, as Cartilhas surgem como instrumentos pedagógicos eficazes, por sua linguagem acessível e caráter interativo. Este trabalho propõe a criação de uma Cartilha Educativa voltada aos estudantes do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental de Miguel Calmon (BA), suprindo a carência de materiais contextualizados. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, envolveu revisão bibliográfica, análises cartográficas e produção de mapas no QGIS® e Google Earth Pro®, além de atividades de campo. O material, elaborado no Canva, reúne textos, ilustrações, tabelas e atividades que valorizam aspectos naturais, históricos e culturais locais. A Cartilha fortalece o vínculo com o território e promove uma educação crítica e significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Cartilha Educativa; Ensino Contextualizado; Geografia local.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania o explorar as relações entre o espaço geográfico e as ações humanas, Milton Santos (1996), integra reflexões que podem ajudar a entender essas relações, conectando diversos elementos que compõe o espaço para buscar superar os desafios educacionais na Geografia. Para Castrogiovanni (2007), o ensino de Geografia deve abordar o espaço em suas múltiplas dimensões, sendo indispensável para a construção de uma educação crítica, reflexiva e inclusiva. Contudo, práticas tradicionais, precarização do trabalho docente (Nunes, 2004) e entraves estruturais (Neto e Barbosa, 2010) dificultam a inovação metodológica.

Cartilhas aparecem como recursos facilitadores, por sua linguagem lúdica e acessível (Mortatti, 2000; Jesus e Oliveira, 2018; Saruksuk et al., 2024). No ensino de conteúdos geográficos, é comum o uso de cartilhas educativas. Mortatti (2000) as define como materiais didáticos em formato de livro ou livreto, destinados a facilitar a aprendizagem. Segundo a autora, essas cartilhas foram tradicionalmente utilizadas na alfabetização, organizando de modo simples e sequencial letras, sílabas, palavras e frases. Dentro dessa perspectiva, Sant'Anna e Sant'Anna (2004) destacam que os professores podem recorrer a diversos recursos no ensino, incluindo variedades linguísticas como gêneros textuais e jornais, materiais audiovisuais, linguagem cartográfica, elementos naturais (rochas, água, areia) e recursos pedagógicos variados, como cartazes, flanelógrafos, maquetes, slides, álbuns seriados e tecnologias. Experiências como o Atlas Escolar de Campo Formoso (Silva, 2024) reforçam a relevância de materiais que valorizem a realidade local.

Nesse contexto, entende-se que a criação de uma cartilha educativa pode então servir como ferramenta contextualizada para o ensino da Geografia local, contribuindo para uma educação mais integrada à realidade da região. Perante o exposto, diante da necessidade de compreender como as práticas pedagógicas influenciam no ensino de Geografia, este trabalho



objetiva propor uma Cartilha Educativa como recurso didático para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em Miguel Calmon, Bahia.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter descritivo (Gil, 2008), direcionada à produção da Cartilha para estudantes do 6º ao 8º ano. Miguel Calmon, no centro-norte da Bahia, integra o Piemonte da Chapada Diamantina e apresenta dinâmicas socioeconômicas e culturais específicas (IBGE, 2022). O trabalho envolveu levantamento bibliográfico, análise de dados no Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento, confecção da cartilha no Canva com mapas elaborados no QGIS® e Google Earth Pro®, atividades de campo e análise documental.

Buscando valorizar as especificidades locais e promover uma educação mais plural e inclusiva, a produção da Cartilha incluiu os seguintes temas fundamentais da Geografia para o Ensino Fundamental Anos Finais: Espaço geográfico calmonense; Conceitos geográficos fundamentais; Elementos naturais; Regionalização e formação histórica de Miguel Calmon.

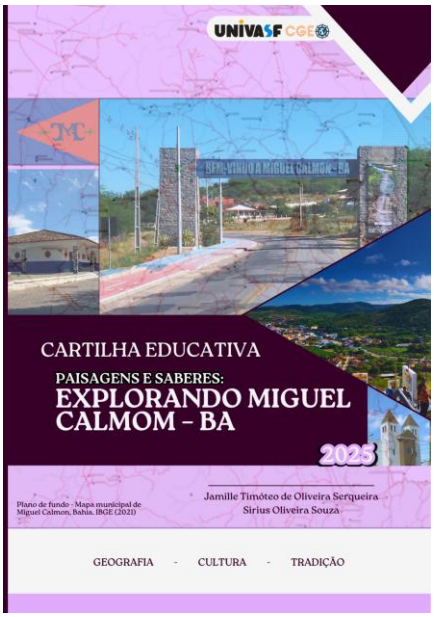
Por fim, o material final foi organizado em formato didático, sintetizando os principais resultados atribuído à confecção da Cartilha, construída com conteúdos e ilustrações sobre o município de Miguel Calmon. O documento foi produzido utilizando a plataforma Canva, com dados extraídos por meio do software QGIS® versão 3.34, Google Earth Pro®. Para contribuir, realizou-se atividades em campo para adquirir registros fotográficos, conhecimento geral da área de estudo e agregar à pesquisa uma demarcação de pontos e descrição dos ambientes e contribuindo para a disseminação do conhecimento sistematizado e contextualizado na produção da Cartilha Educativa**.**

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados estão apresentados na Cartilha Educativa municipal, desenvolvida como proposta para o ensino de Geografia em Miguel Calmon (BA). A Cartilha reúne textos, imagens, tabelas, mapas e atividades ao final de cada capítulo, com propostas dinâmicas como visitas de campo e observações geográficas, aproximando o aprendizado do cotidiano dos estudantes. Criada para estimular o pensamento crítico e compreender a realidade local de forma prática e reflexiva, integra dados históricos, culturais, populacionais, econômicos e naturais, tornando o ensino mais envolvente e acessível. Observe a capa do material abaixo (Figura 1):



FIGURA 1- Capa da Cartilha Educativa de Miguel Calmon.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O produto final reúne textos, mapas, tabelas, ilustrações e atividades contextualizadas. A capa (Figura 1) traz elementos visuais como paisagens urbanas e o pórtico “Bem-vindo a Miguel Calmon – BA”, reforçando a identidade local. Personagens lúdicos (Figura 2) guiam cada capítulo, tornando o aprendizado interativo, como representado abaixo:

FIGURA 2 - Apresentação dos personagens da Cartilha.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O sumário organiza quatro capítulos: Paisagens e Espaços Geográficos; Conceitos Geográficos Fundamentais; Elementos Naturais; e Regionalização e Formação Histórica de Miguel Calmon. Além de clima, relevo, solos e hidrografia, a cartilha valoriza aspectos históricos,



culturais e populacionais, como o São João e a Cavalgada, e destaca o papel regional do município em saúde, cultura e economia.

Ao final de cada capítulo, há atividades práticas e reflexivas, favorecendo aprendizagem significativa (Campos, 2018). O primeiro capítulo da Cartilha apresenta os personagens criados como estratégia pedagógica para promover um diálogo lúdico com os estudantes, conduzindo conteúdos e atividades de forma atrativa. Silva (2022) aponta que a ludicidade possibilita superar a visão conteudista no ensino de Geografia, aproximando o conteúdo do universo do aluno e tornando a disciplina mais significativa. Assim, cada capítulo é guiado por um personagem, facilitando a compreensão das informações e atividades geográficas.

O encerramento da Cartilha ocorreu de forma acolhedora, com agradecimentos pela participação e incentivo à continuidade do aprendizado. Foram incluídos recursos complementares, como mapas e atividades, que os professores poderão usar para tornar as aulas mais dinâmicas e facilitar a compreensão dos conteúdos. Esses materiais podem auxiliar a contextualizar o conhecimento, tornando o estudo do território mais atraente e significativo. Assim, a cartilha se configura como um instrumento pedagógico completo, que apoia tanto o professor quanto o aluno na construção do saber.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cartilha Educativa de Miguel Calmon possibilitou uma ampla visualização do município e contribuiu para diversos setores de interesse, fortalecendo a identidade local por meio do mapeamento e caracterização de suas peculiaridades. Entre as dificuldades, destacaram-se a falta de mapeamento preciso, a necessidade de estudos aprofundados e o desafio de equilibrar linguagem acessível com conteúdo informativo de qualidade. A inserção dos personagens lúdicos exigiu criatividade para manter a coerência e clareza do material. A conclusão do recurso representou a realização dos objetivos do trabalho, promovendo a valorização das potencialidades locais e o fortalecimento da educação geográfica. Recomenda-se seu uso como base para futuras pesquisas e práticas pedagógicas, consolidando-o como um registro histórico e instrumento de apoio à gestão e compreensão territorial.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **Por uma outra geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Ensino da Geografia: caminhos e encantos.** Porto Alegre: EdiPUCRS, 2007.

NETO, Francisco Otávio Landim; BARBOSA, Maria Edivani Silva. **O ensino de Geografia na educação básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia escolar.** Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais, v. 1, n. 2, p. 160-179, 2010.

NUNES, Adão Cícero Ferreira. **As dificuldades de ensinar Geografia.** Geografia (Londrina), v. 13, n. 1, p. 151-162, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História das Cartilhas de Alfabetização no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2000.

JESUS, Marcus Henrique Oliveira de; OLIVEIRA, Anízia Conceição Cabral de Assunção. **Cartilha educativa como recurso para o ensino de Geografia.** In: I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade, 2018, Maceió (AL). Anais [...]. Maceió: [s.n.], 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



SARUKSUK, Torang; PAMBUDI, Didik; SYAFRINA, Eka; FITRIA, Novita; WULANDARI, Wulandari. **Android-Based E-Booklet Development: To Improve Learning Outcomes in Geography Subjects. Jurnal Ilmu Pendidikan (JIP),** v. 16, n. 1, p. 35-49, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Introdução à Cartografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

SILVA, Vanessa Pereira. **Proposta de atlas escolar digital enquanto estratégia ao ensino de geografia: estudo no município de Campo Formoso - BA.** 2024. Disponível em: http://www.univasf.edu.br/~tcc/000045/000045a0.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.



A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA.

SOUSA, João Leonardo[1];
[1]Universidade Estadual do Maranhão
Contato do autor principal: joaocarvalholeonardo@gmail.com

RESUMO: A educação ambiental é essencial no ensino da Geografia, pois permite aos estudantes compreenderem as interações entre sociedade e natureza e os impactos causados pelas ações humanas no meio ambiente. Este trabalho tem como objetivo destacar a relevância da inserção da educação ambiental nas práticas pedagógicas da Geografia, promovendo a formação de uma consciência crítica e ecológica. A justificativa baseia-se na necessidade de preparar cidadãos capazes de enfrentar os desafios ambientais de forma ética e responsável, utilizando a Geografia como instrumento de reflexão sobre as dinâmicas socioespaciais e a sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental, Geografia, Sustentabilidade, Consciência crítica.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um componente essencial na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente. No contexto do ensino da Geografia, essa abordagem ganha ainda mais relevância, pois permite aos estudantes compreenderem as interações entre sociedade e natureza, bem como os impactos das ações humanas sobre os ecossistemas. Dessa forma, a Geografia torna-se uma disciplina estratégica para promover reflexões críticas sobre os problemas ambientais contemporâneos.

O principal objetivo deste trabalho é destacar a importância da inserção da educação ambiental no ensino da Geografia, evidenciando como essa integração pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência ecológica entre os alunos. Por meio de conteúdos e metodologias que estimulem o pensamento crítico, busca-se fortalecer o papel da escola como agente transformador na construção de uma sociedade mais sustentável.

Justifica-se esta abordagem pela urgência em formar indivíduos capazes de compreender e enfrentar os desafios ambientais que afetam o planeta. A Geografia, ao tratar de temas como uso dos recursos naturais, mudanças climáticas e desigualdade socioespacial, oferece um campo fértil para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que conectem teoria e realidade, preparando os estudantes para atuarem de forma responsável e ética diante das questões ambientais.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo sobre a importância da educação ambiental no ensino da Geografia, será adotada uma abordagem qualitativa, com foco na análise bibliográfica e documental. Essa metodologia permite compreender as contribuições teóricas e práticas que sustentam a integração entre os conteúdos geográficos e os princípios da educação ambiental no contexto escolar.

A pesquisa bibliográfica será realizada a partir da leitura e interpretação de autores que discutem a temática da educação ambiental e sua aplicação no ensino da Geografia, como



Loureiro (2012), Reigota (2010) e Sauvé (2005). Esses estudiosos oferecem subsídios relevantes para refletir sobre práticas pedagógicas críticas e transformadoras, que vão além da simples transmissão de conteúdos e buscam promover a conscientização e o engajamento dos estudantes frente às questões ambientais.

Além disso, serão analisados documentos curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a inserção da temática ambiental de forma transversal e interdisciplinar no currículo escolar. Segundo a BNCC (BRASIL, 2018), a Geografia deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade das relações socioambientais, sendo, portanto, um campo privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à sustentabilidade.

RESULTADOS

Com base na revisão bibliográfica e na análise dos documentos curriculares, os resultados deste estudo apontam que a integração da educação ambiental no ensino da Geografia potencializa a formação de estudantes mais críticos e conscientes quanto às questões socioambientais. Os autores consultados, como Loureiro (2012) e Reigota (2010), destacam que a abordagem ambiental na Geografia não deve se restringir à exposição de conteúdos, mas sim promover a problematização da realidade e o desenvolvimento de atitudes responsáveis frente aos desafios ambientais.

Verificou-se também que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da temática ambiental como um eixo transversal que perpassa todas as áreas do conhecimento, sendo a Geografia uma das disciplinas mais apropriadas para abordar as relações entre sociedade e natureza. Ao propor competências que envolvem a compreensão dos territórios, dos recursos naturais e das dinâmicas socioespaciais, o documento reafirma o papel da Geografia como ferramenta fundamental na formação cidadã e ambiental dos alunos (BRASIL, 2018).

Outro resultado relevante refere-se à necessidade de práticas pedagógicas inovadoras, que envolvam os estudantes em atividades investigativas, interdisciplinares e contextualizadas. A pesquisa indica que quando a educação ambiental é tratada de forma crítica e reflexiva nas aulas de Geografia, os alunos demonstram maior interesse e engajamento, além de desenvolverem uma visão mais ampla sobre os impactos de suas ações no meio ambiente e na sociedade.

Outro aspecto observado é a relação entre educação ambiental e justiça social. No Brasil, os impactos ambientais afetam desproporcionalmente as populações mais pobres, que vivem em áreas de risco, com acesso limitado a serviços básicos e sujeitos à degradação ambiental. A Geografia, ao trabalhar essas desigualdades, pode contribuir para que os estudantes compreendam os vínculos entre ambiente, território e exclusão social, fortalecendo a dimensão política da educação ambiental.

A partir das leituras realizadas, identificou-se que práticas pedagógicas baseadas em projetos, estudos do meio, uso de mapas e tecnologias digitais contribuem para uma abordagem mais significativa da educação ambiental no ensino da Geografia. Essas estratégias favorecem a construção do conhecimento a partir da realidade local dos alunos, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento de valores voltados para a sustentabilidade.

Verificou-se também que a formação continuada de professores é um fator essencial para o fortalecimento da educação ambiental nas escolas. Muitos docentes demonstram interesse em trabalhar a temática, mas carecem de recursos, tempo e apoio institucional. Programas de capacitação e incentivo à pesquisa docente podem ampliar a qualidade do ensino e a integração entre teoria e prática ambiental nas aulas de Geografia.

Por fim, os resultados indicam que, apesar dos desafios, há um movimento crescente em direção a uma educação ambiental mais crítica e transformadora no Brasil. Projetos desenvolvidos



por ONGs, universidades e redes de ensino têm contribuído para ampliar a consciência ecológica e o protagonismo juvenil. A Geografia, como disciplina que articula conhecimentos naturais e sociais, tem papel estratégico nesse processo, promovendo reflexões sobre as interações entre natureza, sociedade e território, e formando sujeitos capazes de atuar na construção de um futuro mais justo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a educação ambiental desempenha um papel fundamental no ensino da Geografia, especialmente quando orientada por uma perspectiva crítica e interdisciplinar. A análise evidenciou que, embora existam avanços legais e teóricos significativos no Brasil, a prática pedagógica ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à falta de recursos e à predominância de abordagens pontuais e pouco integradas ao currículo.

A Geografia, por sua natureza, oferece um campo privilegiado para o desenvolvimento de uma consciência ambiental que vá além do conhecimento técnico e alcance a reflexão sobre as desigualdades socioambientais, o consumo consciente e a relação entre território e qualidade de vida. Para isso, é essencial que as escolas promovam práticas contextualizadas, participativas e conectadas à realidade dos estudantes, valorizando o saber local e estimulando o protagonismo juvenil.

Portanto, fortalecer a educação ambiental no ensino da Geografia não é apenas uma demanda curricular, mas uma necessidade urgente diante dos desafios ambientais e sociais do século XXI. Investir na formação continuada dos professores, ampliar os espaços de discussão e implementar políticas públicas efetivas são caminhos indispensáveis para que a educação contribua, de fato, para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ***Base Nacional Comum Curricular*****.** Brasília: MEC, 2018**.**

LOUREIRO, C. **F. B.** ***Educação ambiental: repensando o espaço da formação*****.** São Paulo: Cortez, 2012.

REIGOTA, M. ***O que é educação ambiental*****.** São Paulo: Brasiliense, 2010.

SAUVÉ, L. ***Uma cartografia das correntes em educação ambiental*****.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 2, n. 1, p. 43–65, 2005.4o



DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: UM ESTUDO NO COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSORA ALICE LOPES MAIA – FILADÉLFIA/BA

COSTA, Kamylly Thauany Araujo1; SILVA, Adriano Borges Vieira da2; ALMEIDA, Lorena Ferreira de Souza3

1Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
2Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
3Professora Doutora do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Contato do autor principal: kamyllythauany@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho analisa os desafios do processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia no Colégio Municipal Professora Alice Lopes Maia, em Filadélfia – BA. A pesquisa foi realizada com 40 alunos do 9º ano do ensino fundamental II e o docente responsável, por meio de questionários e entrevistas qualitativas. Os resultados apontaram que metodologias tradicionais, carga horária reduzida e ausência de práticas pedagógicas inovadoras estão entre os principais fatores que comprometem a aprendizagem dos alunos. Verificou-se ainda que o livro didático, frequentemente utilizado como recurso central, é considerado superficial e pouco atrativo, gerando desinteresse e dificuldades de compreensão. Entre as alternativas sugeridas pelos estudantes, destacam-se a ampliação da carga horária, o uso de metodologias ativas, como jogos, debates, tecnologias digitais e a realização de aulas de campo. Conclui-se que o ensino de Geografia nas escolas públicas necessita de reformulação metodológica, valorizando estratégias que aproximem teoria e realidade e favoreçam a formação crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios; Aprendizagem; Ensino da Geografia.

INTRODUÇÃO

A Geografia escolar desempenha papel fundamental na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e intervir na realidade em que estão inseridos. Entretanto, a realidade vivenciada em muitas instituições de ensino, principalmente em escolas públicas, enfrenta desafios estruturais e metodológicos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e limitam a Geografia e sua relação sociedade e natureza.

Segundo Libâneo (1994), a didática exerce a função de conectar os objetivos do ensino às estratégias pedagógicas, sendo indispensável para que o aluno consiga construir conhecimentos de forma significativa. Contudo, na prática escolar cotidiana, ainda prevalece uma concepção tradicional, centrada na transmissão de informações, com pouco espaço para a participação ativa dos estudantes.

No município de Filadélfia – BA, a situação torna-se ainda mais complexa devido à carga horária reduzida da disciplina, que varia entre uma e duas aulas semanais no ensino fundamental II. Essa limitação prejudica o aprofundamento dos conteúdos e dificulta a adoção de novas práticas, restringindo a atuação docente a aulas expositivas e uso quase exclusivo do livro didático.

Neste contexto, surge à problemática que norteia este estudo: quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem da Geografia no Colégio Municipal Professora Alice Lopes Maia? Tendo como objetivo geral analisar tais dificuldades, discutindo de que maneira afetam a aprendizagem dos estudantes.



2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado no Colégio Municipal Professor Alice Lopes Maia, situado no município de Filadélfia – BA, instituição considerada central no atendimento ao ensino fundamental II no município. Participaram da pesquisa 40 estudantes das turmas 9º A e 9º B e o professor responsável pela disciplina de Geografia.

A coleta ocorreu no mês de novembro de 2023, por meio da aplicação de questionários com perguntas objetivas e discursivas, além de entrevistas semiestruturadas. O intuito foi compreender tanto a percepção dos alunos sobre a disciplina quanto às dificuldades enfrentadas pelo docente.

Os dados foram organizados em tabelas, que permitiram identificar a frequência das respostas, e interpretados à luz do referencial teórico que discute ensino, aprendizagem e metodologia em Geografia. Embora neste resumo expandido as tabelas não sejam apresentadas integralmente, seus títulos foram mantidos como referência.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados mostraram que 65% dos alunos declararam gostar da disciplina de Geografia, o que demonstra interesse potencial. Contudo, os 35% que afirmaram não gostar justificaram a falta de atratividade das aulas, classificadas como repetitivas e centradas apenas na leitura do livro didático, conforma a tabela 1:

Tabela 1: Apreciação da disciplina de Geografia

Apreciação	Frequência	Total
Gosta	26	65%
Não gosta	14	35%

Fonte: Autoria própria.

Quando questionados sobre a facilidade de compreender os conteúdos, 55% afirmaram ter dificuldades, contra 45% que disseram aprender satisfatoriamente. Os principais motivos elencados foram: metodologia pouco dinâmica, desatenção dos colegas em sala e insuficiência de tempo destinado às aulas, como se observa na tabela 2 e 3.

De acordo com os dados das tabelas 2 e 3, observa-se que mais da metade dos estudantes (55%) afirmaram ter dificuldades em aprender Geografia, recorrendo frequentemente à internet ou a outros meios externos para complementar os conteúdos. Entre os principais fatores apontados estão à metodologia monótona, a desatenção em sala de aula, a falta de tempo para os estudos e a fragilidade do material didático, considerada “rasa” pelos alunos. O docente também reforçou que os livros utilizados estão defasados e desatualizados, o que compromete o aprofundamento dos conteúdos.

Tabela 2: Dificuldades de aprender os conteúdos da disciplina na sala de aula.

Respostas	Frequência	Total
Consegue aprender	18	45%
Não consegue aprender	22	55%

Fonte: Autoria própria.



Tabela 3: Principais dificuldades em aprender os conteúdos da disciplina.

Respostas	Frequência	Total
Metodologia	33	82,5%
Desatenção	17	42,5%
Falta de tempo	30	75%

Fonte: Autoria própria.

Ademais, a desatenção dos alunos em sala de aula foi destacada como uma das dificuldades centrais, associada tanto ao desinteresse pela disciplina quanto à ausência de disciplina e respeito no ambiente escolar. Parte dos estudantes atribuiu essa situação à forma como as aulas são conduzidas, mas também ressaltaram a influência da educação familiar.

Além disso, 75% dos estudantes afirmaram que a carga horária destinada à Geografia é insuficiente, uma vez que há apenas uma ou duas aulas semanais, com duração reduzida. Dessa forma, as tabelas 2 e 3 evidenciam que as dificuldades no ensino de Geografia estão relacionadas não apenas a fatores pedagógicos, mas também a questões estruturais e comportamentais que impactam diretamente a aprendizagem.

Diante das respostas, revelou se que os alunos necessitam de uma metodologia diferente da "tradicional", trazendo elementos dinâmicos, como mapas, jogos, e também a aplicação de slides, o que segundo eles "chama mais atenção e abre mais a mente para aprender". Outra prática bastante requerida, citada também pelo docente, foi as aulas de campo, que ajudam muito a compreender os conteúdos da Geografia, presenciando-os em vez de aprender dentro de uma sala de aula, o que ajudaria significativamente no ensino-aprendizagem na disciplina de Geografia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que as maiores dificuldades no ensino-aprendizagem da Geografia no Colégio Municipal Professora Alice Lopes Maia estão relacionadas à metodologia tradicional, à baixa carga horária e à ausência de práticas pedagógicas inovadoras.

Para Castrogiovanni (2000), o processo de ensino e aprendizagem no ensino de Geografia possui muitas dificuldades partindo dos discentes e docentes, mas para que o objeto de estudo se forme é preciso que o docente crie condições de trabalho que vá favorecer as diferentes estratégias cognitivas e ritmos de aprendizagem, para assim o aluno aprender de forma significativa e crítica.

A realidade exposta não se encontra apenas no colégio pesquisado ou no município de Filadélfia/BA, mas sim em grande parte do território nacional. A pesquisa reforça a necessidade de investir em metodologias participativas e em maior tempo destinado à disciplina, de modo a aproximar o conteúdo da realidade dos alunos e estimular sua formação crítica. Sugere-se que projetos interdisciplinares, aulas de campo e uso de recursos tecnológicos sejam incorporados como práticas permanentes, possibilitando maior engajamento discente e melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Ensino de Geografia*. Práticas e Textualizações no Cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. Disponível em:



https://scispace.com/pdf/ensino-de-geografia-praticas-e-textualizacoes-no-cotidiano-grcueajbv7.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2025.

CAVALCANTI. Lana de Souza. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

EIXO 2

NATUREZA E SOCIEDADE





A LEITURA DO RELEVO COMO CHAVE PARA O PLANEJAMENTO EM ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO EM CURAÇÁ – BA

CAETANO, Naara Melo Vieira[1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2];
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco;
Contato do autor principal: naara.caetano@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo propor uma compartimentação geomorfológica para a sede do município de Curaçá (BA), relacionando os processos geomorfológicos às áreas suscetíveis à desertificação. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise de fotografias aéreas da CBPM (1975), geoprocessamento em ambiente SIG, interpretação cartográfica com base na taxonomia do IBGE (2009) e validação em campo com uso de GPS e aeronave remotamente pilotada. Os resultados apontaram que a sede municipal está predominantemente situada sobre o pediplano de Curaçá, unidade de aplainamento que ocupa 63,6% do território e favorece a ocupação urbana e agrícola, mas apresenta elevada vulnerabilidade ambiental. A pressão antrópica, marcada por práticas agrícolas inadequadas e pela proximidade do cemitério municipal ao rio São Francisco, intensifica os riscos de erosão, contaminação hídrica e desertificação. Assim, o estudo reforça a necessidade de estratégias de manejo sustentável, ordenamento territorial e monitoramento contínuo da área.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia; Semiárido; Geomorfologia; Desertificação.

1. INTRODUÇÃO

O relevo da superfície terrestre resulta de constantes processos de troca de energia e matéria que se desenvolvem de forma dinâmica no tempo e no espaço, sendo objeto central da Geomorfologia, ciência que investiga sua gênese, composição material e os processos que nele atuam (Florenzano, 2008). Nesse sentido, a avaliação criteriosa das características e da evolução do relevo configura-se como um conhecimento científico essencial para compreender a interação entre a dinâmica natural e as ações antrópicas, fornecendo bases consistentes para estratégias de conservação e preservação das condições ambientais (Simon; Lupinacci 2019). Nesse contexto, a cartografia geomorfológica desempenha papel fundamental ao interpretar e representar de forma abrangente os sistemas geomorfológicos segundo sua gênese, estrutura e dinâmica. Além de classificá-los conforme sua formação ou espacialidade, possibilitando análises mais precisas dos diferentes tipos e compartimentos de relevo (Neto, 2020).

A compreensão dos processos geomorfológicos e de sua representação cartográfica também se mostra essencial para analisar fenômenos de degradação ambiental em escala global e regional. Nesse sentido, a comunidade internacional, por meio da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, 1994; Brasil, 2004), definiu a desertificação como a degradação das terras em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, um processo diretamente associado à intervenção humana, considerada o principal agente responsável pela degradação ambiental nessas regiões (Suertegaray, 1996). Diante dessa realidade, as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) representam regiões particularmente vulneráveis a esse processo, sendo identificadas com base nos critérios estabelecidos pela UNCCD, que considera, entre outros fatores, o índice de aridez (IA), fundamentado na classificação climática de



Thornthwaite, como instrumento para delimitar as áreas mais vulneráveis à degradação do solo e orientar ações de prevenção e manejo sustentável (Brasil, 2007).

Sob essa perspectiva, a cartografia geomorfológica desempenha papel estratégico em análises interdisciplinares, servindo não apenas para a organização do território e o planejamento agrícola, mas também como instrumento crucial na identificação e manejo de áreas vulneráveis à desertificação (Florenzano, 2008; Coltrinari, 2012).

Através do exposto, o presente estudo tem como objetivo propor uma compartimentação geomorfológica para a Sede do município de Curaçá, Bahia, com foco na análise dos processos geomorfológicos e sua relação com áreas suscetíveis à desertificação. Ademais, a pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a degradação das terras no semiárido brasileiro (Buriti; Barbosa, 2022) e contribui para as ações do Programa de Combate à Desertificação (Bahia, 2009) e da Política Nacional de Combate à Desertificação (Brasil, 2015), oferecendo subsídios para estratégias de mitigação dos efeitos da degradação ambiental e da seca, fortalecendo iniciativas de sustentabilidade regional.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

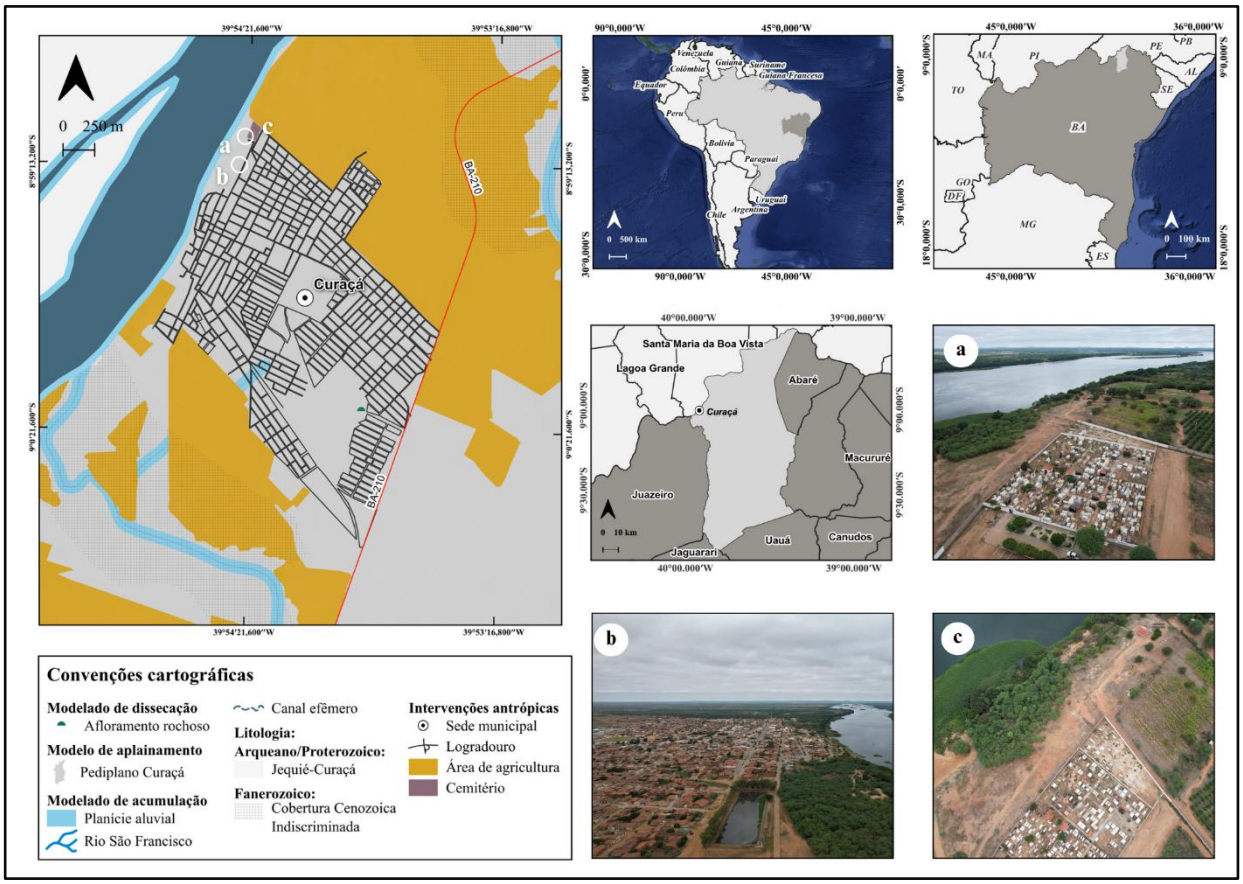
A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas integradas. Inicialmente, realizou-se revisão bibliográfica sistemática sobre Geomorfologia em áreas semiáridas, com o objetivo de estabelecer a base teórico-metodológica. Em seguida, na etapa de aquisição de dados, foram utilizadas fotografias aéreas da CBPM (1975), em escala 1:70.000, para geração de pares estereoscópicos no StereoPhoto Maker (v. 6.03) e posterior análise em ambiente SIG. Essas informações foram, ainda, complementadas pelo georreferenciamento com base na cartografia digital da SEI (2015). A análise morfométrica foi realizada em 45 pontos de amostragem, selecionados de acordo com a representatividade das formas de dissecação. Nesses pontos, foram avaliadas a dissecação horizontal e vertical, com base nos referenciais metodológicos do IBGE (2009), RADAMBRASIL (1983), Ross (2003) e Lima e Lupinacci (2019).

O mapeamento geomorfológico fundamentou-se na interpretação visual apoiada pela taxonomia do IBGE (2009), possibilitando a delimitação de unidades de aplainamento, dissecação, acumulação e formas antrópicas. As feições foram digitalizadas no QGIS 3.40.5 e integradas a dados complementares de imagens de satélite, curvas de nível e relevo sombreado. Por fim, a validação ocorreu em campo, com registro de pontos via GPS e aquisição de imagens de alta resolução por Aeronave Remotamente Pilotada (DJI AIR S2), assegurando maior precisão e detalhamento das unidades mapeadas.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na área da sede municipal de Curaçá, a aplicação das metodologias propostas resultou na representação detalhada das principais unidades geomorfológicas (Figura 01). A combinação entre informações cartográficas, imagens de satélite e verificações em campo possibilitou reconhecer as feições dominantes e relacioná-las aos processos responsáveis pela configuração atual da paisagem.

Figura 1: Mapa geomorfológico da sede de Curaçá (BA).



A sede municipal de Curaçá está predominantemente situada sobre o pediplano de nome homônimo, uma unidade geomorfológica de aplainamento que ocupa cerca de 63,6% do território municipal. Essa superfície ampla e suavemente inclinada favorece tanto a ocupação urbana quanto a instalação de atividades agrícolas, ambas observadas na área de estudo. Contudo, a favorabilidade à ocupação não elimina as vulnerabilidades ambientais associadas à região.

A proximidade entre áreas agrícolas e a zona urbana (Figura 1b) evidencia intensa pressão antrópica sobre o pediplano. Nesse contexto, é imperioso destacar que práticas inadequadas de manejo aumentam a vulnerabilidade à erosão e aceleram a degradação dos solos, situação particularmente crítica em regiões semiáridas, onde a susceptibilidade à desertificação é elevada (Araújo & Sousa, 2011; Guerra, Souza & Lustosa, 2012). Esse processo compromete a fertilidade do solo, altera os padrões de escoamento superficial e impacta simultaneamente a sustentabilidade agrícola e a manutenção dos serviços ecossistêmicos.

A problemática se agrava com a presença do cemitério municipal, localizado próximo a canais efêmeros e planícies aluviais adjacentes à sede municipal, conforme exposto na Figura 1b e 1c. Estudos indicam que o necrochorume, líquido resultante da decomposição de cadáveres, apresenta alto potencial de infiltração no solo e transporte para corpos hídricos superficiais e subterrâneos, contaminando águas utilizadas para consumo humano e irrigação (Silva et al., 2006;



Bacigalupo, 2012). A proximidade do cemitério ao Rio São Francisco intensifica esses riscos, sobretudo durante períodos chuvosos, quando a conexão entre fluxos superficiais e subsuperficiais facilita a disseminação de patógenos e poluentes. Tal situação representa uma vulnerabilidade significativa à saúde pública, potencializada pela proximidade do cemitério em relação às áreas agrícolas (Figura 1a), onde frutas, hortaliças e outros produtos podem ser expostos a contaminantes (Jesus et al., 2024).

Dessa forma, a sobreposição de ocupação urbana, agricultura intensiva, cemitérios e outros impactos antrópicos evidenciam a fragilidade do ordenamento territorial da sede de Curaçá. A análise geomorfológica demonstra que, mesmo em uma unidade relativamente favorável à ocupação, a interação entre fatores naturais e humanos cria um cenário de elevada vulnerabilidade ambiental e socioeconômica. A situação reforça a necessidade de estratégias de manejo sustentável do solo, proteção hídrica e ordenamento urbano que considerem a conservação do pediplano, a redução da erosão e a prevenção da contaminação dos corpos hídricos, alinhando ocupação e uso do solo às limitações ecológicas do semiárido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o pediplano Curaçá domina a sede municipal, configurando a principal unidade de aplainamento e influenciando a ocupação urbana e agrícola. As práticas de manejo inadequadas e a pressão antrópica sobre essa unidade intensificam processos de erosão e contribuem para a vulnerabilidade à desertificação.

A análise geomorfológica identificou feições naturais e antrópicas que modulam a dinâmica do relevo e do escoamento superficial, indicando riscos potenciais à sustentabilidade ambiental e à qualidade do solo. Frente a esse cenário, torna-se evidente a necessidade de ampliar pesquisas na região, com enfoque em monitoramento contínuo, avaliação dos processos erosivos, gestão de recursos hídricos e uso sustentável do solo. Os resultados obtidos constituem uma base inicial para futuros estudos e planejamento territorial no contexto semiárido, contribuindo para estratégias de conservação e mitigação da degradação ambiental.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio, incentivo e investimento fornecidos ao longo deste trabalho, via processo 408197/2021-8.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cristina de Sousa Felizola; SOUSA, Antonio Nóbrega de. Estudo do processo de desertificação na Caatinga: uma proposta de educação ambiental. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 17, n. 4, p. 975–986, out./dez. 2011.

BACIGALUPO, R. Cémitérios: fontes potenciais de impactos ambientais. **Revista História**, Natureza e Espaço, Vol 1, p. 1-8, 2012.

BRASIL. **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 134 p, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando com-vida: construindo Agenda 21 na escola**. Brasília: MEC, 2004

CBPM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Curaçá, estado da Bahia**. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.

COLTRINARI, L. Z. D. CARTOGRAFIA GEOMORFOLÓGICA DETALHADA: A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO RELEVO ENTRE 1950-1970. **Revista Brasileira de**



Geomorfologia, [S. l.], v. 12, 2012. Disponível em: https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/265. Acesso em: 12 nov. 2024.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GUERRA, M. D. F.; SOUZA, M. J. N.; LUSTOSA, J. P. G. A pecuária, o algodão e a desertificação nos sertões do Médio Jaguaribe - Ceará/Brasil. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 11, n. 25, p. 103-112, maio/ago. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de geomorfologia.** Coordenação de Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2009.

JESUS, Rosângela Santos de; SOARES, Micheli Dantas; ANDRADE, Thaise dos Santos; VIANA, Ana Carolina Cavalcante; VITORIANO, Anarah Suellen Queiroz Conserva; PINHEIRO, Helen; BANDEIRA, Ana Ligia da Silva; GUEDES, Maria Ricarte. Cultivo de frutas e hortaliças em cemitérios: uma inusitada prática observada em municípios do interior baiano. **Nutrição Brasil**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 936–943, 2024. DOI: https://doi.org/10.62827/nb.v23i3.3025. Disponível em: https://ojs.atlanticaeditora.com.br/index.php/Nutricao-Brasil/article/view/257. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, K. C.; LUPINACCI, C. M. Fragilidades e Potencialidades dos Compartimentos Geomorfológicos da Bacia Hidrográfica do Rio Bom Sucesso – Semiárido da Bahia/Brasil. **Revista Equador**, v. 8, n. 2, p. 503-520, 2019.

NETO, R. M. **Cartografia geomorfológica: revisões, aplicações e proposições**. Curitiba: CRV, 2020.

RADAMBRASIL, PROJETO. **Folha SC. 24/25 Aracajú/Recife**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Produção Mineral, 1983.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. - 4ª.São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, V. T. *et al*. **Um olhar as necrópoles e seus impactos ambientais**. In: III ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília-DF, 2006.

SIMON, L. A. H.; LUPINACCI, C. M. **Cartografia geomorfológica como instrumento para o planejamento**. Pelotas: Editora da UFPel, 2019.

SUERTEGARAY, D. M. A. Desertificação: recuperação e desenvolvimento sustentável. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. (Org.). **Geomorfologia e ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 249-290, 1996.

UNCCD – **United Nations Convention to Combat Desertification**: Edição Brasileira. 3ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1994.



TRANSFORMAÇÕES DO RELEVO EM AMBIENTES SEMIÁRIDOS: DINÂMICAS ANTROPOGEOMORFOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DE PAISAGENS NA ÁREA DE MINERAÇÃO DO TRECHO LESTE DE ANDORINHA (BA).

ALMEIDA, Matheus Alencar de[1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2]
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: matheusalencarlattes@gmail.com

RESUMO: A Geomorfologia, ciência dedicada ao estudo das formas do relevo e dos processos que moldam a superfície terrestre, é essencial para compreender e ordenar o espaço. Nesse contexto, a Cartografia Geomorfológica representa de forma sistemática as feições do relevo e sua gênese. Este trabalho tem o objetivo propor uma compartimentação geomorfológica do município de Andorinha (BA), visando subsidiar o planejamento do uso e ocupação da terra. A metodologia estruturou-se em cinco etapas principais: (I) revisão de literatura; (II) realização da estereoscopia digital (III) cálculo do Índice de Dissecação; (IV) realização do mapeamento das feições antrópicas em ambiente SIG pelo software QGIS versão 3.42.2; e (V) trabalho de campo para validação das informações previamente obtidas na etapa de gabinete. Os resultados evidenciaram o predomínio das atividades minerárias, permitindo identificar formas associadas ao relevo antropogênico, como patamares em cava, colinas residuais e áreas de rejeitos, que podem aumentar os riscos de instabilidade e alterar a dinâmica das paisagens naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Geomorfologia; Mapeamento; Relevo Antropogênico.

1. INTRODUÇÃO

O relevo antropogênico corresponde às formas e feições resultantes da ação direta ou indireta das atividades humanas sobre a superfície terrestre, modificando significativamente a morfologia natural (Ab'Sáber, 2003). Essas alterações podem ocorrer por meio de processos como urbanização, construção de infraestruturas, agricultura intensiva e, de forma expressiva, pela atividade mineradora, que transforma a paisagem por meio da extração de recursos, movimentação de solo e construção de estruturas para o armazenamento de rejeitos (Goudie, 1990; Nir, 1983; Peloggia & Oliveira, 2005). Tais intervenções não apenas modificam as formas originais do relevo, mas também geram novos compartimentos e influenciam a dinâmica dos ecossistemas (Trentin, Santos e Robaina, 2012).

No contexto do semiárido brasileiro, essas transformações ganham relevância devido à fragilidade ambiental e à complexidade do relevo, que demandam planejamento criterioso (Mechi e Sanches, 2010). A mineração, em especial, altera a morfologia natural, modifica processos geomorfológicos e cria novas formas artificiais, impactando diretamente a funcionalidade ambiental e o uso do solo (Pontes, 2023).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar as alterações do relevo decorrentes da atividade mineradora no trecho leste da área de mineração do município de Andorinha (BA), por meio da abordagem antropogeomorfológica e do uso da cartografia geomorfológica como instrumento de diagnóstico e interpretação das transformações espaciais (Saadi, 1997; Queiroz, 2012).

Este trabalho justifica-se pelo seu caráter inovador e pela escassez de estudos sobre o relevo antropogeomorfológico em áreas de mineração no semiárido baiano, buscando preencher



uma lacuna existente na literatura para compreender as transformações no relevo resultantes das atividades antrópicas. Além disso, legitima-se pela sua relevância social, alinhando-se aos princípios da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecida pela Lei Federal 12.608 (BRASIL, 2012), que reflete a integração de políticas setoriais, como as de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi estruturado em cinco etapas principais, que, articuladas, permitiram uma análise detalhada da cartografia geomorfológica em ambientes semiáridos tropicais. A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica, a qual forneceu o embasamento teórico necessário para orientar os procedimentos metodológicos adotados. A segunda etapa correspondeu à análise do relevo a partir de fotografias aéreas digitais da CBPM (1975), processadas por meio de estereoscopia digital no software StereoPhoto Maker. Esse procedimento possibilitou a visualização tridimensional do relevo e a geração de arquivos em formato *.tiff*, posteriormente integrados ao QGIS 3.36.0 e georreferenciados com base em dados cartográficos da SEI (2015).

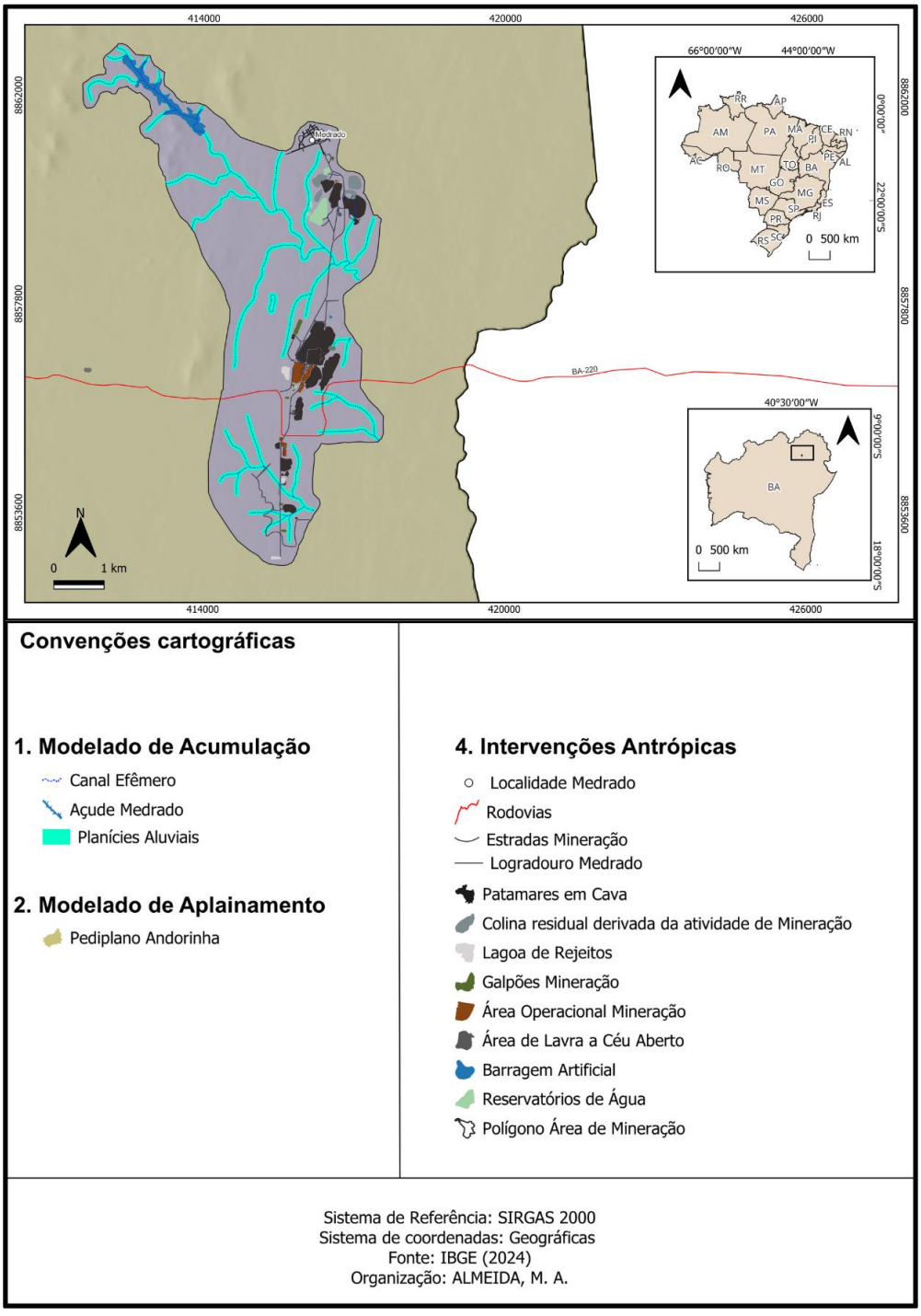
Na terceira etapa, aplicou-se a metodologia proposta pelo Projeto RADAMBRASIL (1983), Ross (2003), IBGE (2009) e Lima e Lupinacci (2019), voltada para a mensuração do grau de dissecação horizontal e vertical do relevo, resultando no cálculo do Índice de Dissecação do Relevo (IDR). Para essa análise, foram utilizados dados de curvas de nível, modelos de relevo sombreado (Copernicus), imagens de satélite de alta resolução e informações disponibilizadas pela CPRM (2005) e pelo RADAMBRASIL (1983). A quarta etapa incorporou o uso do MDE Copernicus DEM GLO-30 (AIRBUS, 2020), processado no QGIS, com o objetivo de superar as limitações das imagens da CBPM (1975) e aprimorar a caracterização antropogeomorfológica na faixa leste do município de Andorinha (BA).

Por fim, a quinta etapa compreendeu as atividades de campo, realizadas com a finalidade de verificar e validar as informações previamente mapeadas e comparar os dados obtidos nas etapas de gabinete. Nessa fase, foram definidos pontos amostrais descritos segundo a ficha de campo do Manual Técnico de Geomorfologia (IBGE, 2009). Após a verificação, os dados foram ajustados conforme necessário, o que possibilitou a finalização do mapa antropogeomorfológico com maior precisão e rigor metodológico.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Considerando o contexto ambiental do município de Andorinha (BA), evidenciou-se um cenário marcado por intensas transformações antrópicas no relevo, sobretudo na porção leste do território. Essas modificações estão representadas no mapeamento das feições antropogeomorfológicas, apresentado na Figura 1.

Figura 01 – Mapa das Feições Antropogeomorfológicas de Andorinha (BA).



Fonte: Almeida (2025).

Além disso, neste setor evidencia-se a intensidade da atividade minerária, cujos impactos aceleram os processos de degradação da paisagem natural. As feições resultantes dessas



intervenções antrópicas, como patamares em cava, colinas residuais, áreas de lavra a céu aberto e reservatórios artificiais, configuram um relevo de caráter claramente antropogênico, cuja distribuição foi identificada por meio do mapeamento antropogeomorfológico (Figura 01).

No setor norte da área minerada, observa-se a substituição do relevo natural por um conjunto de formas rebaixadas e escavadas. Nesse espaço, predominam os patamares em cava, superfícies escalonadas resultantes da retirada sucessiva de material em diferentes cotas altimétricas, caracterizadas por faces planas e declives artificiais que interrompem a uniformidade geomorfológica do pediplano (Paschoal, 2014). Acrescentam-se, ainda, as colinas residuais, formadas por fragmentos rochosos preservados que emergem como formas convexas em meio às áreas de lavra. Destacam-se também os reservatórios artificiais, instalados em antigas depressões mineradas, os quais podem alteram a dinâmica da drenagem superficial e introduzem novas feições antrópicas à paisagem.

Por outro lado, o setor sul revelou-se um relevo antrópico consolidado, onde é marcado pela funcionalidade das estruturas técnicas implantadas. Nessa área, concentram-se grande parte das feições antropogeomorfológicas, tais como, patamares em cava, colinas residuais, lagoas de rejeitos e barragens destinadas a fins logísticos e operacionais (Figura 01). Essas feições apresentam morfologias côncavas, taludes íngremes e limites bem definidos, evidenciando a criação deliberada de formas voltadas ao armazenamento de rejeitos e à regulação de volumes hídricos (Paschoal, Cunha e Conceição, 2013).

Ademais, as estruturas de alto risco, como os depósitos de rejeitos, não podem ser concebidas sem estudos detalhados de estabilidade e impacto ambiental, sendo imprescindível que a análise geomorfológica seja integrada ao planejamento territorial e à governança do risco, pois trata-se de uma exigência prevista na legislação ambiental brasileira (BRASIL, 1997).

Outrossim, as infraestruturas associadas à mineração, como galpões, áreas de estocagem e estradas construídas com fins operacionais, geram microformas planas e lineares que fragmentam ainda mais o espaço do território, reforçando a antrópica natureza do relevo. Dessa forma, a Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, assume papel central ao determinar a implementação de programas de monitoramento e compensação dos impactos geomorfológicos, bem como a obrigatoriedade de regularização das estruturas perante a Agência Nacional de Mineração (ANM) (BRASIL, 1981). Portanto, o descumprimento dessas exigências não compromete apenas a sustentabilidade do território, mas caracteriza crime ambiental, conforme prevê o art. 66 da Lei nº 9.605/1998 (BRASIL, 1998), evidenciando, assim, a importância da legislação ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribuiu para o aprofundamento das análises antrogeomorfológicas aplicadas ao planejamento territorial em ambientes semiáridos, com enfoque no município de Andorinha (BA). Por meio da cartografia geomorfológica e da integração das análises do relevo antropogeomorfológico, foi possível identificar os principais compartimentos morfodinâmicos da região e compreender as alterações provocadas pelas atividades humanas na área de mineração. Os resultados evidenciam que as feições antropogeomorfológicas, como patamares em cava, colinas residuais e reservatórios artificiais, fragmentam o território município e intensificam a modificação do relevo natural, reforçando a importância da análise geomorfológica para o planejamento territorial e a gestão ambiental.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio, incentivo e investimento voltados ao fortalecimento da pesquisa científica no âmbito acadêmico (Processo nº 5190/2024).



REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Decreto - Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. **Código de Mineração.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre o licenciamento ambiental**. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=237. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 132, p. 1, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

GOUDIE, A. **The human impact on the natural environment**. Oxford: Basil Blackwell, 1990. 388 p. ISBN 9780631161646.

MECHI, A.; SANCHES, D. L. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 209–220, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/TNzjZ3HD8K6rCvSSWPtsZgC/?format=html. Acesso em: 1 jul. 2025.

NIR, D. **Man, a geomorphological agent: an introduction to anthropic geomorphology**. Jerusalem: Keper Publishing House; Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1983.

PASCHOAL, L. G. **Estudo dos efeitos da criação de morfologias antropogênicas em área de mineração**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstreams/630863ef-f719-4198-9069-7a25e922e438/download. Acesso em: 26 maio 2025.

PASCHOAL, L. G.; CUNHA, C. M. L. da; CONCEIÇÃO, F. T. da. A cartografia geomorfológica como subsídio para a análise do relevo antropogênico em área de mineração. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, *[S. l.]*, v. 13, n. 4, 2013. DOI: 10.20502/rbg.v13i4.282. Disponível em: https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/282. Acesso em: 10 fev. 2025.

PONTES, I. C. C. Antropogeomorfologia em área de mineração: modificações na forma do relevo e impactos no município de Barcarena-PA. **Revista GeoAmazônia**, v. 11, n. 22, p. 198–219, 2023.

PELOGGIA, A. U. G.; OLIVEIRA, A. M. S. Tecnógeno: um novo campo de estudos das geociências. In: ENCONTRO DE TECNÓLOGOS, 1., 2005, São Paulo. ***Anais*** [...]. São Paulo: ABEQUA, 2005.

ROBAINA, L. E. de S., TRENTIN, R., BAZZAN, T., RECKZIEGEL, E. W., VERDUM, R. NARDIN, D. Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do Ibicuí, Rio Grande do Sul, Brasil: proposta de classificação. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 11, n. 2, 2010.

SAADI, A. A Geomorfologia como ciência de apoio ao planejamento urbano em Minas Gerais. **Revista Geonomos**, 2: 1 – 4, 1997.



TRENTIN, R.; SANTOS, L. J. C.; ROBAINA, L. E. de S. Compartimentação geomorfológica da bacia hidrográfica do rio Ituí - Oeste do Rio Grande do Sul - Brasil / Geomorphological Compartmentation the Ituí River Basin - West of Rio Grande do Sul - Brasil. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2012. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/14214. Acesso em: 28 nov. 2023.



INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS NO BATE FACHO, IMBUÍ, SALVADOR.

QUEIROZ, Débora Andrade de[1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2])

[1]Discente do Curso de Mestrado do Departamento de Ciências Exatas e da Terra / Campus I
Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET da Universidade do Estado da bahia - UNEB
[2]Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: dq.engenharia@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa o papel do planejamento urbano na redução dos riscos de alagamentos em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), tomando como estudo de caso a comunidade Bate-Facho, no bairro do Imbuí, Salvador. O objetivo é avaliar a coesão entre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e instrumentos urbanísticos correlatos frente às alterações climáticas, que intensificam a vulnerabilidade socioespacial. O método adotado foi o estudo de caso, fundamentado na análise documental de legislações. Os resultados apontam que, embora o PDDU e a LOUOS prevejam diretrizes relevantes de infraestrutura e uso do solo, há lacunas no tratamento específico das ZEIS e de seus entornos. Defende-se, portanto, maior integração normativa para subsidiar políticas urbanas que promovam cidades mais inclusivas, resilientes e seguras.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Urbano; Alagamento; Bate Facho.

1. INTRODUÇÃO

O que é a cidade? Seria apenas um espaço delimitado de acesso à moradia, serviços, educação, cultura? Para todos? Para quem, de fato, esse acesso é garantido? Quem detém o direito a cidade? Em uma sociedade marcada pela desigualdade social, na qual a busca pela lucratividade, inerente ao sistema capitalista, restringe as possibilidades de acesso universal (Fernandes, 1975), o direito à cidade torna-se um campo de disputa. Nesse contexto, políticas públicas têm sido implementadas em diversas esferas de poder como resposta às lutas e reivindicações de grupos historicamente segregados, tanto econômica quanto socialmente, visando ampliar e efetivar esse direito.

A forma de organização do crescimento da cidade vem mudando ao longo das décadas. Com a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988), foram criadas várias leis e regras que orientam o processo de crescimento urbano, mas a interferência do capital transformou o desenvolvimento urbano também numa atividade econômica (Santos, 1993), e bastante lucrativa por sinal.

O poder econômico se tornou agente de grande influência na elaboração e revisões das legislações urbanísticas e o resultado prático dessa interferência é a reserva de áreas da cidade para certos tipos de empreendimentos economicamente inacessíveis a grande parte da população, aumentando a segregação sócio espacial e destinando aos mais pobres áreas longínquas e muitas vezes ainda desprovidas dos serviços básicos como transporte, saneamento e saúde (Maricato, 2015).

A busca pelo direito à moradia tem se mostrado também na ocupação de áreas não reservadas na legislação urbanística a quaisquer empreendimentos (Rolnik, 2015), pois possuem riscos de inundações pela proximidade a rios e córregos ou movimentos de massa pela



declividade acentuada. Logo, a ocupação dessas áreas é considerada irregular frente à legislação e na ilegalidade também não há previsão da oferta de serviço básicos.

A resistência das pessoas que permaneciam nessas áreas não autorizadas, na luta pelo direito à moradia fez com que novas legislações estabelececem previsões para oferta de infraestrutura, serviços, saúde e o direito à propriedade, mais explicitamente a partir do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), que definiu que áreas irregularmente ocupadas, com possibilidade de incremento de serviços básicos, fossem definidas como zonas especiais de interesse social, as ZEIS, que após sua delimitação e implantação nos mapas de uso e ocupação do solo do município, são apoiadas em uma série de políticas públicas para promoção da melhoria da qualidade de vida da comunidade ali residente.

Mas, além das disputas e lutas sociais para garantia de uma cidade para todos, o desenvolvimento urbano começa a travar uma grande batalha com o agravamento das questões climáticas. O Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas de 2022, publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) afirma que o aquecimento da atmosfera e dos oceanos altera significativamente os padrões climáticos, interferindo diretamente na frequência, intensidade e distribuição espacial de eventos extremos (cuja intensidade, magnitude ou frequência se situam fora dos padrões estatísticos considerados normais para uma determinada região ou período).

As redes de drenagem existentes, projetadas e construídas nas cidades, consideraram como referência eventos de um clima que já não é realidade do mundo. Em 2022 houve aumento de 1,5º na temperatura terrestre (IPCC, 2022), o que aumentou recorrências e volumes de precipitações. Nesse contexto é importante considerar se as redes de drenagem até então implementadas são realmente eficientes e suficientes, para os últimos eventos de cheias e alagamentos. A CODESAL (Defesa Civil de Salvador) publicou no seu Relatório Anual 2024 que 2024 registrou o maior volume de chuva dos últimos dez anos, que foi uma média 138,40% maior que o esperado (Normal Climatológica - NC).

Vários estudiosos, como Veyret & Richemond (2007), apresentam o risco a desastres naturais não apenas como resultado de fenômenos naturais intensos, mas sim um resultado entre o fenômeno em si e a vulnerabilidade da sociedade (ou parte dela). As populações mais pobres, geralmente localizadas em áreas de risco, são as mais afetadas pelos eventos extremos.

Após o Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), as preocupações crescentes para redução da vulnerabilidade ganham mais aportes legais. Em 2012 entra em vigor a Lei 12.608, que Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC (Brasil, 2012), aprimorada em dezembro de 2023.

O planejamento do crescimento das cidades passa a ser orientado por diretrizes que visam que a garantia ao direito à cidade abranja um número maior de pessoas, diretrizes com foco na redução da vulnerabilidade, diretrizes que guiam para o desenvolvimento sustentável.

Em Salvador, no bairro do Imbuí, situa-se a comunidade do Bate-Facho, considerada pelo último censo demográfico (IBGE, 2022) como favela e pela CODESAL (Defesa Civil de Salvador) como área de risco a alagamento.

É nessa comunidade que o trabalho de pesquisa foi desenvolvido. O objetivo geral deste trabalho é evidenciar a coesão e aderência entre o PDDU e os planos específicos para gestão, prevenção e controle de eventos de alagamentos em Salvador.

A escolha deste tema se justifica pela crescente vulnerabilidade urbana associada aos eventos de alagamentos em Salvador, fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas em razão do adensamento populacional, da expansão urbana desordenada e das mudanças climáticas globais.

Além disso, a proposta de um estudo que avalie em que medida se dá a coesão e aderência entre os instrumentos urbanísticos e planos setoriais vai conseguir fomentar e ampliar



a visão crítica para o debate sobre a evolução das legislações nos seus processos de revisão para redução da vulnerabilidade e promoção de uma cidade mais segura, inclusiva e resiliente.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Nessa pesquisa utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso, por possibilitar investigação da realidade específica.

A revisão bibliográfica teve o objetivo de reunir, sistematizar e analisar a documentação existente e disponível relacionada ao tema investigado.

Para evidenciar a coesão e aderência entre o PDDU e a Lei de Uso e Ocupação quanto à gestão, prevenção e controle de eventos de alagamentos em Salvador, consideraram-se os conceitos-chave apresentados no Quadro 01, fundamentais para a análise.

Quadro 01: Conceitos-chave

Conceito	Definição
Alagamento/Inundação	Água cobrindo áreas normalmente secas; fenômeno central da análise.
Evento extremo	Ocorrência intensa ou rara com impactos significativos.
Vulnerabilidade urbana	Suscetibilidade da população e infraestrutura aos impactos.
Risco urbano	Probabilidade de ocorrência combinada à vulnerabilidade
Gestão de risco	Ações e políticas voltadas à prevenção e mitigação.
Infraestrutura urbana	Obras de drenagem e contenção que reduzem impactos
Planejamento territorial	Organização do uso do solo que influencia a gravidade do evento

Fonte: a autora

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Essa etapa buscou verificar em que medida o PDDU de Salvador orienta e faz haver a coesão com a Lei de Uso e Ocupação quanto à gestão, prevenção e controle de alagamentos, especialmente no contexto das ZEIS. Analisa-se a coerência entre diretrizes, metas e instrumentos previstos, destacando pontos de aderência e integração normativa.

A lei Nº 9.069 /2016 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016, composto, além do corpo da lei, por cinco anexos, sendo o Anexo 01 o glossário, o Anexo 02 apresenta 09 (nove) quadros, o Anexo 03 integra 12 (doze) mapas, o Anexo 04 traz a Lista de abreviaturas e siglas e o Anexo 05 a Relação de documentos que subsidiaram o PDDU.

A definição da Comunidade de Bate Facho como ZEIS está nos Art. 68 e 166 do PDDU que categoriza a localidade como ZEIS 4 (correspondente aos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda, inseridos em área de proteção ambiental - APA ou em área de proteção aos recursos naturais - APRN (...) nos quais haja interesse público em promover os meios para a regularização fundiária e recuperação ambiental) e indicada no Mapa 03 do Anexo 03.

Para sistematizar a pesquisa, primeiramente realizou-se a busca e identificação dos conceitos-chave no PDDU, apresentados no Quadro 02, considerando sua pertinência teórica e prática para a problemática investigada, funcionando como eixos estruturantes da análise documental. Essa etapa constituiu o ponto de partida para a análise crítica dos documentos, orientando a organização e a interpretação dos dados.



Quadro 02: Ocorrência dos Conceitos chave no PDDU

Conceitos chave	Tópico
Planejamento territorial	TITULO IV - DO MEIO AMBIENTE - Art. 20 TÍTULO VI - DA HABITAÇÃO - Art. 71, Art. 78 TITULO VIII - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL - Art. 151, Art. 161, Art. 285, Art. 325, Art. 352
Risco urbano	TÍTULO VI - DA HABITAÇÃO - Art.66
Alagamento/ Inundação	TÍTULO VII - DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS BÁSICOS - Art. 98
Gestão de risco	TÍTULO VII - DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS URBANOS BÁSICOS - Art. 117 Da Defesa Civil
Infraestrutura urbana	TITULO VIII - DO ORDENAMENTO TERRITORIAL - Art. 129, Art. 194, Art. 314, Art. 320

Fonte: a autora

O PDDU de Salvador abrange os conceitos-chave da pesquisa de forma indicativa, uma vez que não apresenta definições conceituais sistematizadas, mas os associa a diferentes dispositivos legais, vinculando-os a diretrizes, objetivos e instrumentos urbanísticos.

O plano abrange elementos importantes para a redução de riscos como a indicação da delimitação de bacias de drenagem, urbanização de assentamentos precários em áreas alagáveis, criação de planos preventivos de defesa civil, e políticas de drenagem e reaproveitamento de águas pluviais. Contudo, o tratamento é indicativo, carecendo de sistematização que articule habitação social, infraestrutura e mitigação de riscos.

A análise documental abarcou em seguida as repercussões das diretrizes do PDDU e a análise dos conceitos chave na Lei de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo - LOUOS, apresentados no Quadro 03.

A LOUOS, Lei 9.148/2016, dispõe sobre o ordenamento urbano de Salvador, através da divisão do território em zonas de uso e áreas especiais, e estabelece critérios e parâmetros de parcelamento e urbanização, uso e ocupação do solo, com o objetivo de orientar e ordenar o crescimento da cidade. Ela é composta, além do corpo da lei, de dois anexos, Anexo 01 com 14 (catorze) quadros e o Anexo 02 com 08 (oito) mapas.

Quadro 03: Ocorrência dos Conceitos chave na LOUOS

Conceitos chave	Tópico
Planejamento territorial	TÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 20 TÍTULO V - DA OCUPAÇÃO DO SOLO - Art. 77, Art. 84
Alagamento/ Inundação	TÍTULO IV - DO PARCELAMENTO E URBANIZAÇÃO DO SOLO - Art. 45
Infraestrutura urbana	TÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS Art. 11 Art. 13 TÍTULO VI - DO USO DO SOLO - Art. 133, Art. 134, Art. 137

Fonte: a autora

A LOUOS detalha zoneamento, índices urbanísticos e critérios de ocupação do solo. Inclui dispositivos sobre drenagem, permeabilidade, parâmetros de ocupação e definição de ZEIS, bem como exigência de Estudos de Impacto de Vizinhança para grandes empreendimentos.

Apesar de complementar o PDDU, sua ênfase está nos empreendimentos classificados como geradores de impacto urbanístico. Não há diretrizes específicas para empreendimentos menores situados no entorno de ZEIS, o que pode sobrecarregar infraestrutura e ampliar vulnerabilidades locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia, inicialmente, que tanto o PDDU quanto a LOUOS apresentam diretrizes relevantes para a avaliação da infraestrutura urbana, sobretudo no que concerne aos



empreendimentos classificados como geradores de impactos urbanísticos e ambientais, mas não tratam dos tipos de riscos a desastres naturais presentes em cada uma delas, nem da necessidade de análise de possíveis impactos que novos empreendimentos localizados no entorno delas poderiam causar.

Essa fragilidade contribui para a possibilidade de sobrecarga dos serviços e equipamentos urbanos, intensificando desigualdades e ampliando a vulnerabilidade das populações residentes nas ZEIS. Em síntese, embora PDDU e LOUOS cumpram papel central na regulação do território, a análise comparativa evidencia a necessidade de maior articulação entre ambos, de modo a contemplar diretrizes específicas para empreendimentos no entorno das ZEIS, assegurando o equilíbrio entre planejamento territorial, inclusão social e redução de riscos urbanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Essa lei institui a PNPDEC, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC).

FERNANDES, Florestan. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IBGE. Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2022.

IPCC. Mudança do Clima 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ROLNIK, Raquel. O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SALVADOR. Lei nº 9.069, de 30 de junho de 2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016. Salvador, 2016.

VEYRET, Y.; MESCHINET DE RICHEMOND, N. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.



RIOS URBANOS, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

SANTOS, Anderson Lopes; MALTA, Allef Henrique Silva; REIS, Geovan Da Silva; SILVA, Ludmylla Conceição Da; SILVA, Ricardo Luís Lopes Da; CRUZ, Suelaine Da Silva; BISPO, Tamires Dos Santos; Souza, Sirius Oliveira

Universidade Federal Do Vale Do São Francisco
anderson.lopessantos@discente.univasf.edu.br

RESUMO: As enchentes e inundações em Senhor do Bonfim (BA) afetam diretamente a população, agravadas por chuvas intensas, drenagem insuficiente e descarte inadequado de lixo, especialmente no Canal da Malária, estrutura essencial para o escoamento pluvial, mas frequentemente obstruída. O estudo teve como objetivo analisar a percepção dos moradores sobre esses problemas, por meio de questionários aplicados a 50 feirantes da área da rua da Lagoa, região mais vulnerável do município. Utilizou-se metodologia qualiquantitativa, com perguntas abertas e fechadas; as respostas foram tabuladas e analisadas segundo Bardin (1977). Os resultados mostram que 72% reconhecem a influência do lixo nas enchentes, embora muitos desconheçam medidas preventivas. Quanto à infraestrutura, 54% a avaliaram como ruim ou muito ruim. Além disso, 56% já vivenciaram enchentes e todos relataram medo durante esses eventos. Conclui-se que, embora exista consciência parcial, há necessidade urgente de políticas públicas que promovam educação ambiental, melhorias estruturais e práticas adequadas de descarte.

PALAVRAS-CHAVE: Rios; Urbanização; Enchentes; Inundações.

INTRODUÇÃO:

As enchentes e inundações são grandes problemas no cotidiano da população de Senhor do Bonfim. A enchente consiste na elevação do nível da água provocada por chuvas intensas, podendo fazê-la ultrapassar as margens naturais dos cursos d'água. Já a inundação ocorre quando a água invade áreas habitadas, como ruas e casas, causando prejuízos às vítimas. Várias são as causas das enchentes urbanas, mas, entre as principais, relacionamos as chuvas, o tipo de piso, lixo nos bueiros, erros de projeto (drenagem insuficiente) e a ocupação irregular do solo (UFRRJ, 2025). Esses acontecimentos resultam em graves impactos ambientais e sociais, afetando principalmente a população que vive em áreas de risco: pontos mais baixos da cidade e ruas ou bairros asfaltados sem a presença de bueiros para escoamento da água.

O município de Senhor do Bonfim está localizado no estado da Bahia, na região do Piemonte Norte do Itapicuru. A cidade destaca-se como um polo regional no comércio e nos serviços públicos, além de oferecer diversas opções de cursos superiores. Apesar de sua importância, enfrenta desafios urbanos típicos, como a precariedade na gestão de descarte de lixos e drenagem urbana, visível em locais como o Alto do Cigano, foco deste estudo. Na área de estudo, não há presença de rio permanente. Nesse local está o Canal da Malária, uma obra artificial feita para drenar a água da chuva, que está ligada a um rio efêmero. Porém, esse canal tem sido constantemente afetado pelo descarte incorreto de lixo, o que compromete sua funcionalidade e contribui para alagamentos durante períodos de fortes chuvas.

No dia 19 de dezembro de 2023, a Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim divulgou, em seu site oficial, uma ação de limpeza e manutenção desse canal, como forma de prevenção às



chuvas de fim de ano. As imagens divulgadas revelam a grande quantidade de sacos plásticos, garrafas e outros lixos acumulados dentro do canal (BONFIM NOTÍCIAS, 2023).

O índice de reciclagem no Brasil ainda é extremamente baixo, anualmente ultrapassando 80 milhões de toneladas, na qual apenas 10% são recicláveis, evidenciando falhas graves de políticas de reaproveitamento e campanhas de conscientização que promovam descarte correto de lixo pela população (FIGUEIREDO, 2023). A percepção dos moradores de Senhor do Bonfim sobre esses acontecimentos é um elemento chave para entender como as pessoas convivem com o espaço urbano e como reagem com desastres causados pelas inundações e enchentes.

Tendo em vista o exposto, este trabalha teve como objetivo analisar a percepção da população sobre os impactos de enchentes e inundações, e do descarte inadequado do lixo, através dos resultados dos questionários aplicados a moradores da principal área de risco da cidade.

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi baseada em uma abordagem qualiquantitativa, com objetivo de entender tanto dados exatos quanto opiniões e percepções da população sobre o Canal da Malária e os riscos de enchentes. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados questionários compostos por cinco perguntas fechadas e cinco perguntas abertas, aplicados de forma presencial a 50 feirantes voluntários. A aplicação ocorreu na Praça da Feira e na Praça da Lagoa, especificamente na Rua da Lagoa, local por onde passa o Canal da Malária que é a principal área de risco da cidade de Senhor do Bonfim.

Os dados foram coletados e organizados para a tabulação, os questionários foram enumerados para facilitar nesta parte, as questões fechadas foram tabuladas de forma quantitativa analisando apenas a alternativa escolhida pelas pessoas em cada questão, já as questões abertas foram tabuladas através da técnica de análise de Bardin (1977) que oferece várias contribuições importantes para a pesquisa qualitativa em educação, incluindo uma análise sistemática e rigorosa dos dados, uma compreensão mais profunda dos fenômenos estudados, uma abordagem flexível e adaptável, a possibilidade de identificação de lacunas na literatura e a triangulação dos dados. O método qualitativo foi essencial para observar a variação de experiências e opiniões sobre os rios, enchentes e inundações. Enquanto o método quantitativo foi utilizado para medir a percepção e o conhecimento dos moradores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES.

Os resultados obtidos na pesquisa em campo revelam a conscientização da população de Senhor do Bonfim sobre os impactos das enchentes e inundações, especialmente em relação ao descarte inadequado de lixo na cidade. Apesar disso, a pesquisa mostrou que uma parte significativa da população (entrevistados) apontou uma lacuna no conhecimento profundo sobre as causas e soluções possíveis para esses problemas urbanos.

Quando questionados sobre a infraestrutura da cidade os feirantes responderam a uma questão exata, o resultado do questionário mostrou que 41% dos entrevistados consideraram a infraestrutura da cidade boa para lidar com enchentes, enquanto 34% consideram ruim e 20% consideram muito ruim. Apenas 4% consideraram a infraestrutura muito boa. Quando perguntados sobre a relação do lixo jogado nas ruas com as enchentes e inundações, 72% dos feirantes responderam que sim, o lixo influencia diretamente as enchentes e inundações em suas localidades.



Os resultados indicaram que a maioria dos moradores reconhece a influência do lixo nas enchentes, mas ainda carece de informações mais detalhadas sobre como práticas de gestão de resíduos podem contribuir para a mitigação desses desastres. Ao serem questionados se já tinham presenciado uma enchente ou inundação, 56% dos entrevistados responderam que sim, enquanto 44% disseram nunca ter passado por esse tipo de situação. E entre todos os que já vivenciaram enchentes, 100% das pessoas relataram a experiência como assustadora, evidenciando assim o impacto emocional e psicológico causado por esses eventos.

Ao aplicar a análise de conteúdo conforme Bardin (1977), pode-se observar que as respostas dos entrevistados revelam experiencias, o que é essencial para entender a realidade vivida pelos moradores das áreas de risco. A organização e sistematização dessas respostas, permite identificar padrões de comportamentos e atitudes, bem como reconhecer estereótipos presentes na forma como os moradores percebem e reagem às enchentes. Esses dados evidenciam uma população consciente dos problemas relacionados a enchentes, inundações e descarte de lixo, porém, demonstram a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas promovam a educação ambiental, mas também implementem melhorias, o questionário demonstrou que a maioria não possui conhecimento profundo acerca do assunto, evidenciando a falta de sistemas adequados de drenagem e programas de conscientização sobre o descarte de lixo por parte da prefeitura de Senhor do Bonfim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta atividade de extensão para a disciplina de Estatística possibilitou o contato direto com a população de Bonfim que vive em áreas de risco de inundações ou enchentes. Ultrapassando os limites da teoria e mostrando de forma prática a compreensão dos impactos das inundações no dia-a-dia dos moradores. Essa atividade pode ser utilizada para favorecer políticas públicas voltadas as comunidades mais afetadas pelos alagamentos. O diálogo entre os alunos e a população contribuiu para a valorização do conhecimento prévio da população sobre o assunto e a importância de mudanças na organização estrutural da cidade para receber fortes chuvas sem afetar a qualidade de vida dos moradores de Senhor do Bonfim.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (1977). **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições, 70, 225.

BONFIM NOTÍCIAS. **Prefeitura de Senhor do Bonfim inicia limpeza do Canal da Malária para enfrentar previsão de chuvas**. Disponível em: <https://bonfimnoticias.com/site/prefeitura-de-senhor-do-bonfim-inicia-limpeza-do-canal-da-malaria-para-enfrentar-previsao-de-chuvas/>. Acesso em: 24 maio 2025.

RIBEIRO, Figueiredo, K. (2023). **DESCARTE DE LIXO INADEQUADO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**. Revista Extensão, 7(4), 138-140. Recuperado de https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9180

UFRRJ. Instituto de Tecnologia. Departamento de Engenharia. **Acidentes Urbanos: Enchentes Urbanas**. Disponível em: http://www.ufrrj.br/institutos/it/de/acidentes/mma10.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

VALLE, P. R. D., & FERREIRA, J. D. L.. (2025). **ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES PARA A PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO** . *Educação Em Revista*, *41*, e49377. https://doi.org/10.1590/0102-469849377



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E PERCEPÇÕES POPULARES EM SENHOR DO BONFIM (BA): UM ESTUDO A PARTIR DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS NA ARÉA CENTRAL DA CIDADE

SILVA, Gabriel Emerencio da [1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2]; SILVA, Fabricio Correio da[3]; COELHO, Elivelton Roque [4]; SILVA, Gabriele Borges da[5]; PEREIRA, Joctã Souza[6]; SOUZA, Maisa da Silva[7]; COELHO, Nathália Raiane da Silva[8].

[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Orientador Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco; [3]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [4]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [5]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [6]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [7]Universidade Federal do Vale do São Francisco, [8]Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Contato do autor principal: gabriel.emerencio@discente.univasf.edu.br

RESUMO

O presente estudo analisou a percepção da população sobre mudanças climáticas e seus impactos em Senhor do Bonfim – BA. Foi aplicado um questionário estruturado a 50 participantes, reunindo dados quantitativos e qualitativos sobre conhecimento, preocupação e percepção dos efeitos do fenômeno. Os resultados indicam que 50% associam mudanças climáticas a alterações de temperatura e clima, enquanto 26% relacionam a ações humanas, como desmatamento. Quanto à atuação política, 80% consideram insuficientes as medidas adotadas pelos governantes. Sobre impactos cotidianos, 46% apontam piora da qualidade do ar e escassez de água, 66% demonstraram elevada preocupação, e 36% reconhecem que a remoção de árvores urbanas afeta o clima local. O estudo evidencia entendimento razoável da população, destacando lacunas quanto aos fatores antrópicos e à importância de ações políticas efetivas, reforçando a necessidade de políticas públicas, educação ambiental e práticas comunitárias para enfrentamento das mudanças climáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Mudanças Climáticas; Climatologia; Reflexões; Pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios ambientais, sociais e econômicos da contemporaneidade, afetando ecossistemas, modos de vida e a dinâmica das cidades. Segundo o IPCC (2021), referem-se a alterações significativas e duradouras nos padrões do clima global ou regional, atribuídas principalmente às atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis, desmatamento e urbanização acelerada.

Essas transformações provocam aumento das temperaturas médias, alterações nos regimes de chuvas, eventos extremos e impactos sobre saúde e disponibilidade hídrica (BRASIL, 2020; IPCC, 2021). Em Senhor do Bonfim, BA, as variações climáticas já influenciam o cotidiano da população, sobretudo em relação ao calor e irregularidade das chuvas, tornando relevante investigar como os moradores percebem e vivenciam esses efeitos.



Este estudo tem como objetivo analisar as percepções populares sobre as mudanças climáticas em Senhor do Bonfim, contribuindo para a compreensão da interface entre ciência climática e saberes locais e ressaltando a importância das percepções sociais na formulação de políticas públicas e estratégias de adaptação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no calçadão da cidade de Senhor do Bonfim (BA), local de grande circulação popular. Foram aplicados 50 questionários de forma presencial, com o objetivo de investigar as percepções da população sobre as mudanças climáticas e suas relações com o cotidiano, o poder público e as desigualdades sociais.

O questionário foi composto por perguntas fechadas, elaboradas em formato de múltipla escolha, para levantar dados objetivos e facilitar a comparação entre as respostas. Essas perguntas abordaram temas como: o grau de conhecimento sobre mudanças climáticas, percepção de seus efeitos na cidade, confiança nas ações do poder público e hábitos relacionados ao meio ambiente.

As questões abertas foram formuladas para permitir que os participantes expressassem, com suas próprias palavras, opiniões, sentimentos e experiências relacionadas ao tema. Elas buscaram aprofundar a compreensão sobre como as mudanças climáticas são percebidas no cotidiano, quais impactos são notados e que soluções os moradores acreditam ser necessárias.

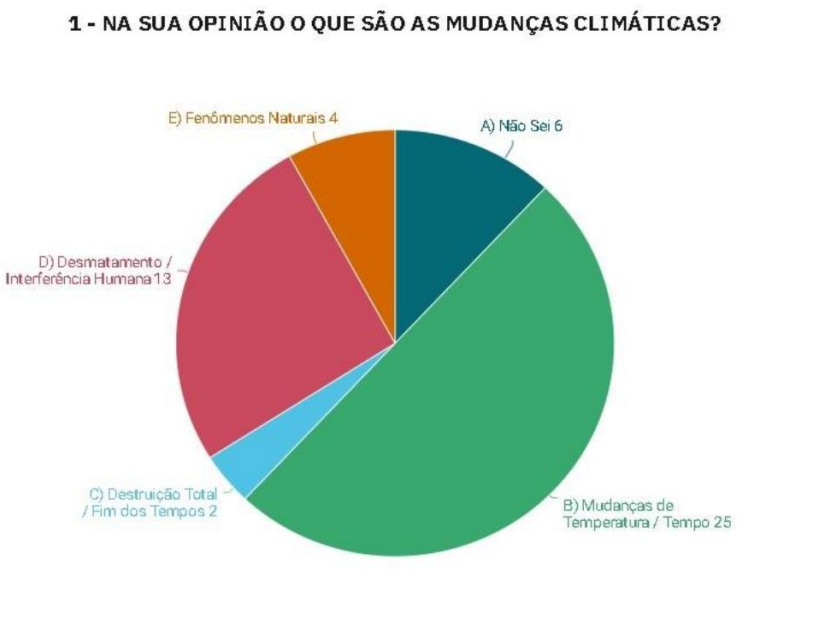
As respostas das questões fechadas foram organizadas em planilhas eletrônicas e analisadas de forma quantitativa, com o apoio de gráficos descritivos. Já as respostas abertas foram tratadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin, que inclui três etapas: Pré-análise (leitura e organização das respostas), exploração do material (identificação de temas e categorias), e tratamento e interpretação dos resultados (análise dos sentidos e significados atribuídos pelos participantes). Esse método permitiu reunir dados numéricos e interpretações qualitativas, oferecendo uma visão mais completa das percepções da população sobre as mudanças climáticas.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise das percepções da população de Senhor do Bonfim sobre as mudanças climáticas revela diferentes níveis de compreensão e preocupação com o tema. Na Figura 1, observa-se que 50% dos participantes associam as mudanças climáticas a alterações de temperatura e clima, enquanto 26% relacionam o fenômeno às ações humanas, como desmatamento e interferência ambiental. Apenas 24% apresentaram respostas diversas ou não souberam opinar.

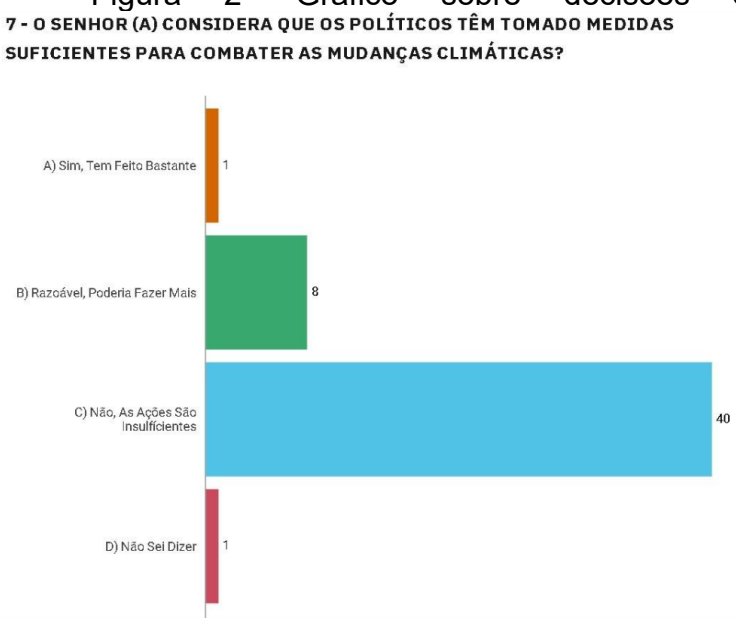
Esses resultados expostos na Figura 1 indicam que, embora haja uma percepção razoável dos efeitos climáticos, a compreensão das causas antrópicas ainda é limitada. Esse padrão está alinhado a estudos nacionais que mostram que, apesar de ampla divulgação científica sobre mudanças climáticas, a população ainda associa predominantemente o tema a fenômenos naturais perceptíveis, como calor excessivo ou estiagem, sem necessariamente relacionar a fatores humanos (IPCC, 2021; Loureiro, 2020).

Figura 1- Gráfico sobre mudanças climáticas.



Em relação à atuação política, os dados apresentados na Figura 2 indicam que 80% dos participantes consideram insuficientes as medidas adotadas pelos governantes para enfrentar as mudanças climáticas. Apenas 20% reconheceram alguma ação política ou não souberam opinar. Esse resultado evidencia uma percepção de ineficácia das políticas públicas, refletindo um sentimento de descrença na capacidade do poder público de implementar medidas eficazes. Tal percepção pode influenciar diretamente a disposição da população em adotar práticas individuais de mitigação, reforçando a necessidade de comunicação clara sobre políticas ambientais e de participação social.

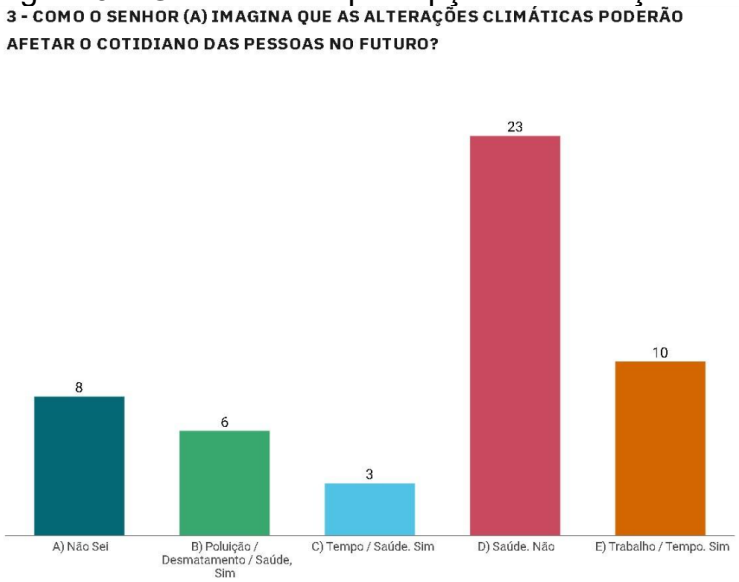
Figura 2- Gráfico sobre decisões de combate a mudanças climáticas.



Outro aspecto importante discutido é o impacto percebido das mudanças climáticas no cotidiano. Conforme mostra a Figura 3, 46% dos participantes identificaram consequências

diretas, como piora da qualidade do ar e escassez de água potável. Simultaneamente, 66% dos respondentes manifestaram elevado nível de preocupação com o tema, atribuindo nota máxima (5) em uma escala de 1 a 5. A consciência ambiental local, ainda que parcial, é reforçada pelo dado de que 36% dos participantes reconhecem que a remoção de árvores na cidade contribui para alterações climáticas locais, indicando que práticas humanas podem afetar diretamente o microclima urbano. Esses resultados sugerem que a população sente os efeitos das mudanças climáticas, embora a compreensão das causas e das soluções possíveis ainda seja limitada.

Figura 3 – Gráfico sobre percepção de alterações das mudanças climáticas.



De forma geral, os dados indicam que a população possui um entendimento básico sobre mudanças climáticas, demonstrando preocupação significativa, especialmente em relação aos efeitos que impactam diretamente a vida cotidiana, como a disponibilidade de água e a qualidade do ar. Ao mesmo tempo, a percepção de insuficiência das ações governamentais revela um gap entre conhecimento, percepção de risco e confiança em políticas públicas, reforçando a importância de estratégias educativas e participativas para o enfrentamento das mudanças climáticas em nível local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados indicam que a população de Senhor do Bonfim demonstra conhecimento básico sobre mudanças climáticas e relaciona o tema diretamente com problemas locais, como aumento do calor, doenças e dificuldades de acesso à água. Além disso, percebem a ausência de ações eficazes do poder público e apontam que os mais pobres serão os mais afetados.

Esse tipo de escuta popular é essencial para pensar políticas públicas mais próximas da realidade. O estudo mostra que, mesmo com desafios informacionais, há interesse e preocupação por parte da população, o que pode ser um ponto de partida para ações educativas e participativas na construção de uma cidade mais resiliente.



REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional sobre Mudanças do Clima. Brasília: MMA, 2020.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Relatório Síntese. Genebra: IPCC, 2021.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Relatório Síntese. Genebra: IPCC, 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: contribuições para a construção de uma pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.



IMAGENS QUE REVELAM A CAATINGA: MUDANÇAS NA VEGETAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS ENTRE ESTIAGEM E CHUVA

OLIVEIRA, Josieli Queiroz[1]SOUZA, Sirius Oliveira[2]
[1]Universidade Estadual da Bahia; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Contato do autor principal: josyqueiroz1305@gmail.com

RESUMO: A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, que ocupa 11% do território nacional, apresenta uma dinâmica marcada por intensos períodos de estiagem intercalados com curtos períodos de chuva. Essas variações sazonais influenciam diretamente a paisagem e a vegetação, que desenvolvem estratégias específicas de adaptação. O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de registros fotográficos, as transformações da Caatinga entre os períodos chuvosos e de estiagem, utilizando fotografias previamente registradas em duas propriedades rurais no município de Filadélfia-Bahia. A metodologia adotada foi qualitativa, exploratória e descritiva, com fundamentação teórica em Bardin (2011), Flick (2015) e Pink (2013), que defendem o uso de imagens e análises visuais em pesquisas de caráter interpretativo. Os resultados evidenciaram mudanças significativas na coloração e cobertura vegetal, bem como na disponibilidade hídrica, destacando a resiliência da flora diante da escassez ou abundância de recursos. Conclui-se que o registro visual constitui uma ferramenta eficaz tanto para a pesquisa científica quanto para a educação ambiental, contribuindo para a valorização da Caatinga e para a sensibilização acerca da necessidade de sua conservação frente às mudanças climáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Caatinga; Sazonalidade; Registros fotográficos; Mudanças climáticas; Educação ambiental.

INTRODUÇÃO

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, onde a grande parte de sua extensão territorial situa-se no sertão semiárido da região Nordeste do Brasil. Este bioma abrange uma área que se estende por 844.453 Km², sendo equivalente a 11% do território nacional (Andrade, et al., 2005).

Uma de suas características é ter chuvas extremamente irregulares, podendo assim variar a cada ano, o que possibilita secas severas periódicas (Krol, et al., 2001) a precipitação pluviométrica, média anual sofre variação entre 240 e 1.500 mm, mas metade da região recebe menos de 750 mm e algumas áreas centrais menos de 500 mm (Sampaio, 1995; Prado, 2003), tendo o seu período chuvoso com duração de três a cinco meses, entre os meses de janeiro a maio. A distribuição de chuvas anual é extremamente concentrada, sendo que o período de estiagem pode durar até nove meses.

Essa dinâmica climática impõe desafios à vegetação, que apresenta adaptações específicas, como folhas caducas, armazenamento de água em caule e raízes e estratégias de florescimento sazonal (Carvalho, 2010). A compreensão dessas transformações é fundamental para estudos de ecologia, conservação e educação ambiental, especialmente em face das mudanças climáticas que ampliam a variabilidade hídrica e impactam a biodiversidade do bioma (Leal et al., 2005).

A utilização de registros visuais, como fotografias, permite capturar e documentar de forma detalhada as alterações na paisagem e na vegetação ao longo do tempo, oferecendo uma perspectiva complementar às observações de campo tradicionais (Flick, 2015; Pink, 2013).



Fotografias possibilitam identificar padrões sazonais de crescimento, florescimento e resiliência das espécies, além de destacar elementos relacionados à disponibilidade hídrica, como açudes, rios e solo exposto. Essa abordagem contribui não apenas para a pesquisa científica, mas também para a sensibilização e educação ambiental, proporcionando registros concretos das transformações da Caatinga frente aos ciclos de chuva e estiagem.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar as transformações visuais da Caatinga entre períodos de chuva e estiagem por meio de fotografias, buscando compreender as respostas adaptativas da vegetação e a dinâmica hídrica do bioma, bem como evidenciar a relevância de registros visuais como ferramenta de investigação científica e educativa.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, exploratório e descritivo, pautado na análise visual das transformações da Caatinga entre períodos de chuva e estiagem. Flick (2015), destaca a relevância da análise visual e de registros fotográficos na observação de mudanças contextuais e sazonais. As fotografias utilizadas, previamente registradas na galeria pessoal da autora, onde foram registradas em duas propriedades rurais do município de Filadélfia Bahia, entre os períodos de novembro de 2023 á Setembro de 2025, foram selecionadas por representarem áreas do bioma em condições climáticas distintas.

As imagens foram classificadas em dois grupos: período chuvoso e período de estiagem, permitindo uma comparação direta das alterações observadas na paisagem. A análise concentrou-se em aspectos visuais, como coloração da vegetação, florescimento, presença de água, folhas secas ou caídas, e exposição do solo, alinhando-se às discussões de Carvalho (2010) sobre os indicadores de resiliência ecológica e adaptação das espécies da Caatinga às variações climáticas. Os dados foram organizados de forma narrativa, conforme recomenda Bardin (2011) para análise de conteúdo qualitativa, ressaltando as diferenças entre os períodos e destacando elementos indicativos da adaptação da flora à escassez ou abundância hídrica.

Além disso, a utilização de imagens como fonte de análise está respaldada por Pink (2013), onde aponta que registros visuais permitem capturar nuances que não seriam perceptíveis em observações diretas pontuais, sendo instrumentos valiosos para estudos sobre biodiversidade, conservação e educação ambiental. Dessa forma, a metodologia busca integrar observação, análise comparativa e interpretação teórica, fornecendo subsídios para compreender a dinâmica sazonal da Caatinga.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise das fotografias evidenciou transformações significativas na paisagem da Caatinga entre os períodos de chuva e de estiagem. Durante o período chuvoso, as imagens revelam uma vegetação mais densa e verdejante. Tanques e represas aparecem com uma boa disponibilidade de recursos hídricos, e a regeneração do solo e da fauna local. Entretanto nas imagens referentes ao período de estiagem, sendo levado em consideração o curto período de tempo de uma foto para a outra, observa-se uma paisagem marcada pelo solo ressecado, uma vegetação adormecida, evidenciando a escassez de água e os mecanismos biológicos de adaptação das plantas.



Figura1: Acervo pessoal
Fazenda Espinho
12/11/2023



Figura2: Acervo pessoal
Fazenda Espinho
25/02/2024



Figura3: Acervo pessoal
Fazenda Espinho
20/09/2025



Figura4: Acervo pessoal
Fazenda Espinho
27/07/2025





Essa comparação visual evidencia a resiliência do bioma Caatinga, que, apesar das condições adversas e a disposição de recursos hídricos, mantém características que permitem a sobrevivência das espécies adaptadas. Os registros fotográficos também demonstram que a Caatinga não é homogênea: diferentes áreas apresentam respostas variadas à ausência ou abundância de chuva, reforçando a importância da diversidade e conservação das espécies e estratégias adaptativas. Além disso, a documentação visual permite compreender como as mudanças sazonais influenciam não apenas a vegetação, mas também a disponibilidade de recursos hídricos.

Por fim, a análise das fotografias ressalta a relevância de registros visuais. A utilização de imagens torna perceptíveis transformações que, muitas vezes, passam despercebidas em observações esporádicas, consolidando-se como instrumento de análise científica e conscientização ambiental.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas a partir das fotografias evidenciam a dinâmica sazonal da Caatinga, demonstrando como a vegetação e a paisagem respondem às variações de chuva e estiagem. Observou-se que, durante o período chuvoso, a vegetação apresenta maior densidade, folhas verdes e florescimento, enquanto na estiagem predominam solos expostos, folhas secas e menor cobertura vegetal, evidenciando estratégias adaptativas das espécies ao estresse hídrico (Carvalho, 2010; Leal et al., 2005).

Os registros visuais revelaram-se uma ferramenta eficaz para compreender essas transformações, permitindo documentar nuances que muitas vezes passam despercebidas em observações pontuais, corroborando a importância da análise fotográfica em estudos qualitativos e educacionais (Flick, 2015; Pink, 2013). Além disso, a abordagem visual contribui para a sensibilização ambiental, oferecendo subsídios concretos para práticas de conservação e educação sobre a resiliência do bioma frente às mudanças climáticas.

Portanto, este estudo evidencia que a Caatinga, apesar das adversidades impostas pela seca, apresenta uma capacidade de recuperação e adaptação notável. O uso de registros fotográficos não apenas fortalece a pesquisa científica sobre o bioma, mas também constitui uma estratégia valiosa para a educação ambiental, destacando a necessidade de preservação e manejo sustentável dos ecossistemas semiáridos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. A.; PEREIRA, I. M.; LEITE, U. T.; BARBOSA, M. R. V. Análise da cobertura de duas fitofisionomias de caatinga, com diferentes históricos de uso, no município de São João do Cariri, estado da Paraíba. **Cerne**, Lavras, v. 11, n. 3, p.253-262, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011.

CARVALHO, A. M. P. (2010). **Ecologia e Conservação da Caatinga: Estratégias de Adaptação da Flora**. Recife: EDUFRPE.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed. 2015.

KROL, M.S., A. Jaegar, A. Bronstert & J. Krywkow. 2001. The semiarid integrated model (SDIM), a regional integrated model assessing water availability, vulnerability of ecosystems and society in NE-Brazil. **Physics and Chemistry of the Earth** (B) 26:529-533.

LEAL, I. R., Silva, J. F., Tabarelli, M., & Lacher,T. E. **Changing the Course of Biodiversity Conservation in the Caatinga of Northeastern Brazil**. Conservation Biology, 19(3), 701–706. 2005.

PINK, S. **Doing Visual Ethnography. London**: SAGE. 2013.

PRADO, D. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, I. R.; TABARELLI, M.;SILVA, J. M. C. (Coordenadores). **Ecologia e Conservação da Caatinga.** Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2003, 73 p.

SAMPAIO, E.V.S.B. Overview of the Brazilian Caatinga. In: S.H. Bullock, H.A. Mooney; E. Medina (eds.). **Seasonally dry forests.** pp. 35-58. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido. 1995.



PANORAMA DA DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

RODRIGUES, Julia de Carvalho[1]; SOUZA, Sirius Oliveira[2]; CAVALCANTI, Airton de Deus Cysneiros[3]; NEGREIROS, Gustavo Hees de[4]; SOUZA, Cristiano Marcelo Pereira de[5].

[1]Discente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[2]Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[3]Professor Doutor do Curso de Bacharelado em Ecologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[4]Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco;
[5]Professor Doutor do Curso de Bacharelado em Geologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Contato do autor principal: julia.carvalho@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a temática da desertificação a partir de um levantamento bibliográfico fundamentado em dados científicos. Para tanto, trata-se de um estudo de caráter exploratório que resgata o histórico das primeiras concepções sobre o fenômeno no Brasil e no mundo, utilizando bases teóricas como publicações em periódicos, artigos e dissertações, além de destacar as principais políticas instituídas para sua discussão e mitigação. A disseminação de informações acerca da desertificação configura-se como instrumento essencial para a criação de mecanismos mitigadores que, desenvolvidos no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, podem contribuir para a construção de um futuro mais equitativo, pautado na coexistência sustentável entre sociedade e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Região semiárida; Degradação Ambiental; Programas de Ação.

1. INTRODUÇÃO

A desertificação constitui-se como um processo de degradação dos solos em regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas (UNCCD, 1994), resultante da interação entre fatores climáticos e da intensa pressão das atividades humanas sobre os ecossistemas. Presente em todos os continentes, manifesta-se como resposta tanto às mudanças climáticas quanto ao uso inadequado dos recursos naturais, comprometendo a resiliência ambiental e as condições de vida das populações.

No Brasil, as áreas ameaçadas por esse fenômeno foram identificadas como Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASDs), cuja delimitação foi sistematizada a partir da publicação do Atlas das Áreas Susceptíveis à Desertificação no Brasil (MMA, 2007). Esse documento diagnosticou a vulnerabilidade de aproximadamente 1.340.863 km², abrangendo 1.488 municípios da região semiárida, e impulsionou a formulação de políticas públicas de relevância socioeconômica e ambiental, como a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, instituída pela Lei nº 13.153/2015 (BRASIL, 2015). A partir desse marco, as ASDs passaram a ocupar lugar central na agenda política e científica, subsidiando a criação de estratégias e planos de ação estaduais (PAEs) destinados ao enfrentamento da problemática e à promoção do desenvolvimento sustentável regional.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir acerca do processo de desertificação no semiárido brasileiro, com ênfase no histórico das discussões, nas problemáticas ambientais associadas e nas estratégias de mitigação desenvolvidas ao longo das últimas décadas. A relevância desta investigação se reforça no atual processo de revisão dos PAEs, conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em parceria com a



Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o que destaca a importância de articular conhecimento científico, políticas públicas e ações de enfrentamento diante desse desafio socioambiental.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

No tocante à metodologia utilizada para alcance do objetivo deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica baseada na análise de artigos, publicações e periódicos disponíveis em bancos de dados como relatórios institucionais, Google Acadêmico e Scielo. A seleção dos artigos ocorreu em duas etapas: análise de títulos e ano de publicação, seguida da leitura dos resumos. O Quadro 1, dispõe as principais referências utilizadas na fundamentação teórica desta pesquisa.

Quadro 1 – Material Bibliográfico Analisado

AUTORES	TÍTULO	ANO
António José Pequito Toureiro	Estudo da Desertificação no Alantejo: Causas, Consequências e Estratégias Atenuadoras - O caso do Conselho de Arraiolos	2006
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Atlas Nacional das Áreas Suscetíveis à Desertificação no Brasil	2007
Pedro C G da Silva; Magna S B de Moura; Lucia Helena P Kill; Luiza T de Lima Brito; Lucio A Pereira; Iedo B Sa; Rebert C Correia; Antonio H de C Teixeira; Tony J F Cunha; Clóvis G Filho	Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos	2010
Iedo B Sa, Tony J F Cunha, Antoniio H de Teixeira, Francislene Angelotti, Marcos A Drumond	Processos de desertificação no semiárido brasileiro	2010
Suzana Maria Gico Lima Montenegro	Desertificação no Brasil: a exploração não planejada dos recursos naturais e as mudanças climáticas acarretam danos irreversíveis ao meio ambiente	2023

Quadro 1 – Material Bibliográfico Analisado, com indicação de autor, título e ano de publicação.
Fonte: Os autores (2025).

Para aquisição de dados quanti-qualitativos relevantes ao tema, foram considerados artigos nas línguas portuguesa e inglesa, publicados entre 1994 e 2024, escolhidos conforme a qualidade e relevância do conteúdo para elaboração do trabalho integrados neste levantamento. Após a delimitação dos textos analisados, procedeu-se à leitura crítica e integral dos materiais selecionados, buscando identificar conceitos-chave, recorrências temáticas e lacunas de pesquisa. Os dados extraídos foram organizados em categorias de análise, possibilitando a sistematização das informações e a construção de uma narrativa coerente acerca do processo de desertificação no semiárido brasileiro e das estratégias de mitigação registradas na literatura científica e institucional.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO



Os resultados dessa revisão foram organizados em três eixos centrais: Histórico da Discussão, Problemáticas Ambientais e Estratégias de Mitigação.

No primeiro eixo, o histórico da discussão acerca do processo da desertificação, destaca o processo para diagnóstico e estabelecimento de medidas mitigadoras iniciado após a realização da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro em 1992.

As discussões sobre o tema extrapolaram o evento, e em 1994, foi instituída a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação do Efeito das Secas (UNCCD). Atualmente, organização é composta por 192 países engajados na temática comprometidos em reduzir seus efeitos e erradicar a pobreza em todo o mundo (Valadares, 2013). Nesse contexto, as diretrizes da UNCCD passaram a coordenar as ações para prevenir, controlar e reverter a desertificação visando o enfrentamento da pobreza e da degradação ambiental em expansão sobretudo nos países onde há maior risco de desertificação de áreas povoadas e agricultáveis.

No Brasil, a desertificação começou a ser discutida formalmente pela comunidade acadêmica na década de 1970 através do professor e pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) João Vasconcelos Sobrinho, pioneiro nos estudos sobre desertificação e seus respectivos núcleos no Brasil (Angelotti *et al.,* 2009).

No segundo eixo, evidenciam-se as problemáticas ambientais que contribuem para o agravamento da desertificação no Brasil e para a expansão das ASDs em toda a região do clima semiárido e subúmido seco (Lima *et al.,* 2011). No país, a região semiárida abrange 11 estados do país e apresenta a maior incidência de ASDs em sua extensão. Com precipitação média de aproximadamente 800mm/ano, a região enfrenta recorrentes estiagens e longos períodos de seca acompanhados de chuvas irregulares e altas temperaturas.

Nesse aspecto, a desertificação de regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas trazidas para o contexto do semiárido, revela uma cadeia histórica, climática, socioeconômica e ambiental intrínseca que se arrasta ao longo dos séculos no país e submete a região à constante necessidade de adaptação às condições voláteis do clima (Da Silva *et al.,* 2010).

O diagnóstico da desertificação no Brasil, fomentou a instituição de estratégias de mitigação, incorporadas em políticas públicas e programas, como o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil) instituído em 2004 como resposta à Política Nacional de Combate à Desertificação através do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (Brasil, 2006).

Por fim, como desdobramento das estratégias nacionais, os governos de dez estados com áreas suscetíveis à desertificação elaboraram seus próprios Programas de Ação Estadual de Combate à Desertificação (PAEs) entre 2009 e 2014. Esses programas incluem planos de intervenção específicos para as Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASDs) nos estados do Ceará, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Piauí e Minas Gerais.

Em 2024, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) deu início ao Programa de Ação contra a Desertificação, os Efeitos da Seca e a Revisão dos Planos Estaduais (PROADES), uma iniciativa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em parceria com os governos estaduais e financiamento do MMA, com o objetivo de atualizar e fortalecer os Planos de Ação Estaduais (PAEs), ampliando a articulação entre governos, instituições e comunidades afetadas.

A metodologia do programa visa contemplar instituições governamentais e não-governamentais, representantes, porta-vozes e sociedade civil afetada.

Para que isto seja possível, o programa vem realizando atividades em etapas: 1. Diagnóstico e revisão dos PAEs; 2. Reuniões estaduais; Realização de seminários de escuta nos



estados; 3. Entrega e validação dos PAEs e 5. Captação de recursos para implementação de novos projetos e programas voltados para a temática da desertificação.

Atualmente, já foram realizados 10 seminários estaduais, respectivamente nos estados do Ceará, Espírito Santo e Paraíba. Ambos exitosos no diálogo e interação entre variadas frentes no combate e convívio com a desertificação. Segundo o cronograma do PROADES, está prevista a realização dos demais seminários nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Alagoas.

Tendo em vista a amplitude da questão, observa-se a necessidade da articulação entre ensino, pesquisa e sociedade para promoção do tema de forma intersetorial, com o objetivo de incentivar a aplicação das políticas e programas já existentes e fomentar a criação de mais estratégias para mitigação dos efeitos da seca e da desertificação no Brasil e no mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade e da amplitude dos efeitos da desertificação, evidencia-se que sua reversão demanda esforços contínuos, articulados e interinstitucionais. As experiências já desenvolvidas demonstram que é possível mitigar seus impactos quando há compromisso coletivo, gestão sustentável dos ecossistemas e mudança nos padrões de exploração dos recursos naturais.

Nesse sentido, no semiárido brasileiro, torna-se fundamental adotar medidas preventivas e adaptativas que contemplem não apenas a mitigação dos efeitos da seca e da degradação ambiental, mas também o fortalecimento da resiliência das comunidades locais. A promoção da conscientização nas instituições de ensino e pesquisa representa um ponto de partida estratégico, capaz de difundir conhecimento e sensibilizar a sociedade, ampliando a capacidade de resposta e favorecendo a construção de políticas públicas integradas e duradouras.

AGRADECIMENTOS: Os autores agradecem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA) pelo financiamento e apoio administrativo que possibilitou a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

ANGELOTTI, F.; SÁ, I. B.; MENEZES, E. A.; PELLEGRINO, G. Q. (Ed.). **Mudanças climáticas e desertificação no Semi-Árido brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semi-Árido; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2009. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil**. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpct/dcde/cartilha-conhecendo-o-pan-brasil-2006.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

DA SILVA, Pedro Carlos Gama et al. **Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos**. 2010. Disponível em: https://www.sidalc.net/search/Record/dig-alice-doc-861906/Description. Acesso em: 18 jul. 2025.

LIMA, Ricardo da Cunha Correia Cavalcante; PEREZ-MARIN, Arnóbio de Mendonça; MARTIN, Aldrin (Ed.). **Desertificação e mudanças climáticas no semiárido brasileiro**. Campina Grande:



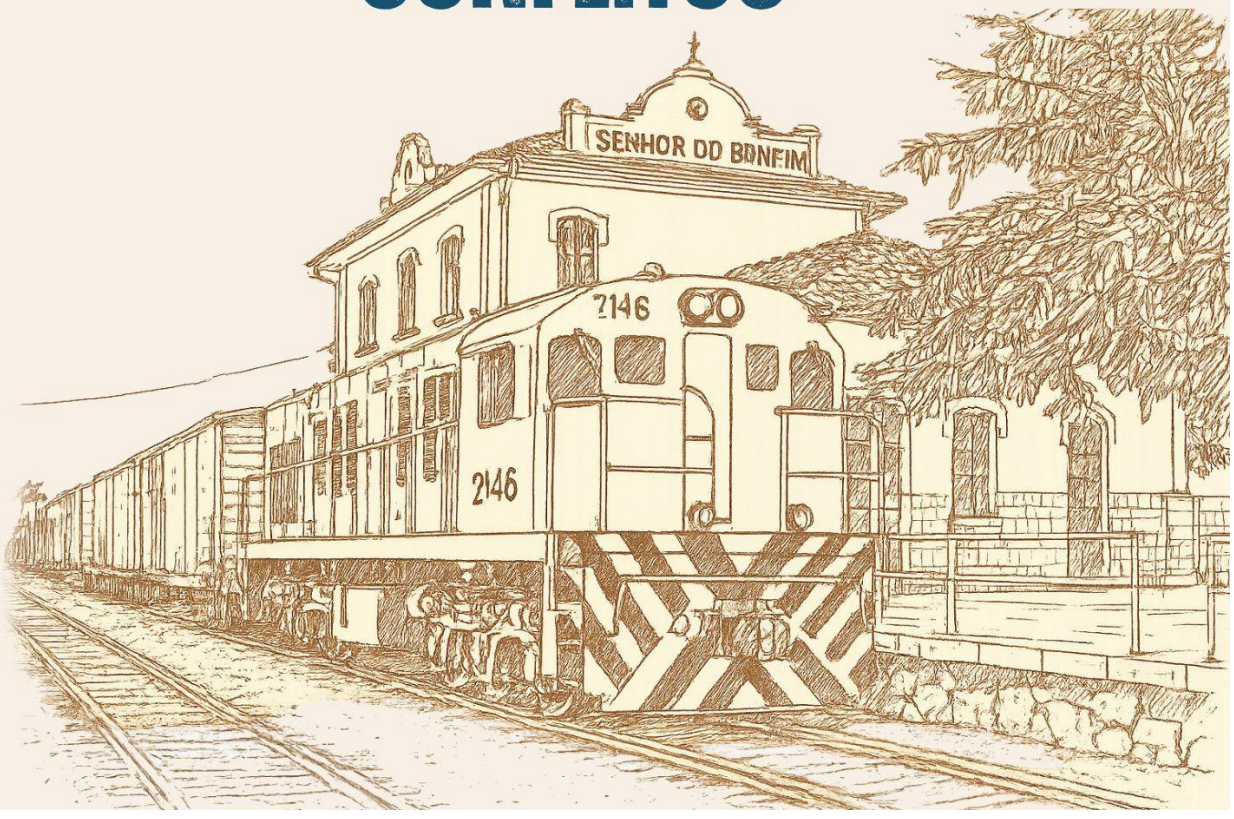
INSA, 2011. Disponível em: https://bibliotecasemiaridos.ufv.br/jspui/handle/123456789/2546. Acesso em: 8 ago. 2025.

UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION (UNCCD). **Article 1 – *Use of terms***. In: *United Nations Convention to Combat Desertification*. París: UNCCD, 1994. Disponível em: https://www.unccd.int/article-1-use-terms. Acesso em: 8 ago. 2025.

VALADARES, Luciana Hemétrio. **Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza para a convivência com o Semiárido**. 2013. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3225/1/Luciana%20Hem%c3%a9trio%20Valadares.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

EIXO 3

CAPITAL, TRABALHO E CONFLITOS





O PAPEL DAS MULHERES QUILOMBOLAS NA GESTÃO ASSOCIATIVISTA E NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMUNITARIO: UMA PESQUISA PARTICIPANTE NO QUILOMBO URBANO ALTO DA MARAVILHA E ADJACÊNCIAS - SENHOR DO BONFIM BA.

JUSTINO, Paula Danielly França Aleixo[1], *LIMA, Átila de Menezes*[2], *JUSTINO, Paula Jeane França*[3]

[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Estadual Do Céara[2], Universidade Federal do Vale do São Francisco[3]
paula.danielly@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O presente trabalho tem como tema o papel das lideranças femininas quilombolas no Quilombo Urbano Alto da Maravilha e Adjacências, em Senhor do Bonfim, Bahia. O objetivo principal é compreender como essas mulheres conciliam suas responsabilidades familiares, profissionais e comunitárias, destacando sua atuação associativista e a importância na produção do espaço comunitário. A pesquisa busca identificar desafios enfrentados pelas mulheres na gestão associativa, bem como analisar os efeitos de suas ações na preservação cultural, na inclusão social e no desenvolvimento da comunidade. Para tanto, será utilizada a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa participante, com aplicação de questionários e rodas de conversa, além de revisão bibliográfica. Espera-se que as lideranças femininas, mesmo diante de dificuldades para conciliar múltiplos papéis, contribuam de forma decisiva para a valorização cultural, o fortalecimento da organização comunitária e a busca por melhorias sociais e econômicas.

PALAVRAS CHAVE: Quilombos, associativismo, lideranças femininas

1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o papel das lideranças femininas quilombolas no Quilombo Urbano Alto da Maravilha e Adjacências, localizado na cidade de Senhor do Bonfim, ao norte do estado da Bahia, com ênfase em sua atuação associativista e na produção do espaço comunitário, cujo trabalho beneficia e abrange toda uma comunidade, agindo de forma igualitária e buscando melhorias para os moradores. As comunidades tradicionais quilombolas possuem fortes características ancestrais baseadas na formação de coletivos que visam organizar a sua população para diversas finalidades. Os quilombos foram a primeira forma de organização territorial negra no Brasil, distinguindo-se dos quilombos como o de Palmares, que optavam por áreas distantes ou isoladas, surgem também quilombos urbanos próximos às grandes cidades, servindo de abrigo e resistência para negros fugidos que trabalhavam nos mercados urbanos (Campos, 2006).

O Quilombo Urbano Alto da Maravilha e Adjacências foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares – FCP como sendo uma comunidade remanescente de quilombo, certificada na portaria 51/2007, publicada no Diário Oficial no dia 16/05/2007 (FCP, 2024). A sede da Associação fica situada na Rua Dom Antônio Monteiro, S/N, no Centro Social Urbano (CSU), bairro Alto da Maravilha, na cidade de Senhor do Bonfim – BA.



A Associação Quilombola Urbana do Alto da Maravilha e Adjacências – ACQUMA se destaca pela predominância de lideranças femininas desde a sua fundação, sendo também observada uma maior participação ativa de mulheres associadas, que dispõem da mão de obra voluntária em prol das ações associativistas, tais como reuniões, palestras, cursos, minicursos, feiras culturais e festejos tradicionais. Tais práticas são realizadas tanto pela liderança quanto pelos associados (seja como ouvintes ou voluntários), juntamente às funções domésticas comumente atribuídas às mulheres, e ao seu papel social como pertencentes à classe trabalhadora. Quebrando paradigmas e legitimando as mulheres como líderes, como era comumente visto nos costumes africanos, firmados por mulheres como Aqualtune, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Mariana Crioula e Tereza Benguela, mulheres negras que enfrentaram a luta por liberdade, pelos seus direitos e garantia de suas terras, construindo um legado perpetuado, que mantém a forma organizacional de seus antepassados (Martinho,2018).

Desde então, iniciou-se o trabalho associativista e comunitário, que objetiva reconhecer, abordar e buscar melhorias acerca desta comunidade, agindo de forma solidária, realizando um trabalho voluntário e sem fins lucrativos.

Dado o contexto, segue a problemática: Como as lideranças femininas da comunidade conciliam os seus papéis como chefes de família e trabalhadoras com suas responsabilidades na gestão associativista e na criação de um espaço comunitário no Quilombo Urbano Alto da Maravilha e adjacências? Nota-se a dificuldade encontrada na conciliação das atividades domésticas, historicamente ligadas às mulheres, com o trabalho remunerado e as atividades voluntárias associativistas.

2- MATÉRIAS E MÉTODOS

Para o presente resumo, foi utilizada a abordagem qualitativa, a metodologia escolhida foi a pesquisa participante “A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (Queiroz, et. Al, 2007, p. 278).

Este trabalho incluiu uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática, com base em autores como Lima (2014) Moura (2020) e Justino (2022), além de oferecer uma reflexão sobre a importância do papel das mulheres quilombolas como lideres comunitárias, tendo como suporte para atingir os objetivos propostos na pesquisa o questionário semiaberto e rodas de conversas com as lideranças da Associação Quilombola Alto da Maravilha e Adjacências (ACQUMA)

3- DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir dos dados coletados através do questionário semiestruturado será feita uma análise de dados qualitativa levando em consideração o contexto e as teorias já existentes, essa etapa envolve a reflexão sobre os resultados obtidos, a identificação de conexões e relações. Espera-se que a pesquisa revele de que forma as lideranças femininas do Quilombo Urbano Alto da Maravilha conciliam seus múltiplos papéis como chefes de família, trabalhadoras e líderes comunitárias. Pretende-se identificar estratégias utilizadas pelas mulheres para equilibrar as responsabilidades domésticas, profissionais e associativas, evidenciando a importância da organização coletiva e da participação comunitária na construção de um espaço inclusivo e colaborativo. Espera-se, ainda, que os resultados mostrem o impacto positivo das ações associativistas na valorização cultural, na preservação de tradições quilombolas e na promoção



de melhorias sociais e econômicas para toda a comunidade. Contudo, é importante ressaltar que a pesquisa, assim como a sua coleta de dados, está em processo de construção.

4- CONSIDERAÇOES FINAIS

Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão aprofundada do papel das lideranças femininas no Quilombo Urbano Alto da Maravilha e Adjacências, evidenciando como essas mulheres equilibrarão suas responsabilidades familiares, profissionais e associativas. Pretende-se que os resultados revelem estratégias efetivas de conciliação de múltiplos papéis e demonstrem o impacto positivo das ações comunitárias na valorização cultural, na preservação das tradições quilombolas e na promoção de melhorias sociais e econômicas. Além disso, espera-se que a pesquisa inspire outras comunidades e lideranças, fortalecendo o reconhecimento da importância da participação feminina na gestão comunitária e na construção de espaços coletivos mais inclusivos e colaborativos. Contudo, é importante ressaltar que as pesquisas, assim como a coleta de dados, se encontram em processo de construção.

REFERENCIAS

CAMPOS, Andrelino de O. **O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio espacial na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2006.

MARTINHO, Neudson Johnson; OLIVEIRA, Lígia Bauer; OSTI, Pietra Andrade de; PASSOS, Beatriz Santos dos. Mulheres quilombolas e liderança feminina. In: **Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX)**, 9., 2018, Rio Verde. Anais... Rio Verde: UniRV, 2018.

QUEIROZ, D. T. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83. Disponivel em: https://encr.pw/MFuac. Acesso em: 05 set. 2024.



URBANIZAÇÃO FRAGMENTADA E RURALIDADES PERSISTENTES: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO URBANO DE BAIXIO-CE

AUGUSTO, Giulia Frade Ricarte[1]; SILVA, João Pedro Araújo e[2]; ARAÚJO, Giselle Augusto de[3]; BARROS, Jeyziana Galdino[4]; BRASIL, Maria Ana Santana[5]; AGUILAR, Brendo de Lima[6]; CÂNDIDO, Valéria Dantas[7]; ARAÚJO, Luciana Medeiros de[8].

[1]Universidade Federal de Campina Grande; [2]Universidade Federal de Campina Grande; [3]Universidade Federal de Campina Grande; [4]Universidade Federal de Campina Grande; [5]Universidade Federal de Campina Grande;[6]Universidade Federal de Campina Grande;[7]Universidade Federal de Campina Grande;[8]Universidade Federal de Campina Grande
Contato do autor principal:giulia.frade@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO: Este trabalho analisa o processo de urbanização do município de Baixio, no semiárido do Ceará, caracterizado por uma dinâmica fragmentada e marcada pela persistência das ruralidades no espaço urbano. Com população estimada em 5.704 habitantes, Baixio configura-se como um centro local onde as relações entre campo e cidade se entrelaçam, resultando em um espaço híbrido e multifuncional. Historicamente baseado na produção agrícola de algodão, goiaba e mel, o município passou por declínio dessas culturas e hoje mantém uma agricultura de subsistência aliada à pecuária diversificada. A expansão urbana acompanhou melhorias na infraestrutura e implantação de conjuntos habitacionais populares, enquanto práticas rurais, como hortas e criação de animais, permanecem presentes no cotidiano urbano. O turismo local é impulsionado principalmente pela religiosidade, e a cidade apresenta carência de espaços públicos para lazer. O estudo contribui para a compreensão das particularidades das pequenas cidades do semiárido e da complexa interação entre o rural e o urbano.
PALAVRAS-CHAVE: Urbanização fragmentada; Ruralidades; Desenvolvimento urbano; Baixio-CE.

INTRODUÇÃO

A cidade enquanto fenômeno social e espacial, vai além de suas dimensões físicas, como construções e fluxos de circulação, apresentando-se como um espaço onde se entrelaçam a cultura, diversidade e múltiplas ações produzidas por atores sociais ao longo do tempo (SPOSITO, 2006). Essa complexidade é especialmente visível nas pequenas cidades, que segundo Corrêa (1999, 2011),geralmente não transcendem 20 a 30 mil habitantes e, em geral, não passam de 50 mil. Para esse autor, é essencial entender as pequenas cidades a partir de uma perspectiva relativa e transitória, pois, mesmo em processo de crescimento, elas preservam traços estruturais e culturais próprios do meio rural, refletidos em sua organização espacial e dinâmica social.

O município de Baixio, localizado no centro-sul do Ceará, foi inicialmente habitado pelos povos indígenas Kariri. A cidade começou a se desenvolver quando uma fazenda foi instalada



e cresceu ainda mais com a construção de uma linha de trem da Rede de Viação Cearense (RVC) na década de 1920.A ferrovia conectava o local a outras regiões, estimulando o crescimento populacional e econômico. A ferrovia, atualmente está parada e com a maior parte da linha danificada por falta de cuidado das administrações, não consegue mais cumprir sua função importante na história e na infraestrutura. Mesmo assim, Baixio se firmou como um ponto importante na comunidade, com a praça central e a igreja principal sendo partes essenciais da vida social e cultural. (CORRÊA, 2011). Em 2024, a cidade possui uma população estimada em 5.832 habitantes e apresenta baixa densidade demográfica. Ela conserva as características comuns das pequenas cidades do semiárido, com áreas urbanas divididas e uma forte influência do modo de vida rural na organização do espaço (SILVA; TOLEDO, 2023).

A ruralidade é essencial para entender as pequenas cidades, pois traz costumes do campo para a área urbana (Silva; Toledo, 2023). Essas cidades são lugares mistos onde o campo se mistura com praças, áreas urbanas e beiras de rios. Isso acontece por meio de atividades como criação de animais, cultivo de plantas, feiras e eventos culturais. As praças abrigam casas, lojas e eventos, o que ajuda a criar laços entre as pessoas (Silva, 2000). Já as ruas e os bairros mostram as identidades das comunidades, que são definidas por suas culturas e pelo ambiente ao redor (Silva, 2000).

A forma como as cidades são construídas mostra as relações sociais, econômicas e políticas na sociedade capitalista. De acordo com Lefebvre (2008), o espaço é algo que se forma ao longo da história e da sociedade, sendo afetado por características locais e relações de poder. Em pequenas cidades do semiárido, como Baixio, a forma como as áreas urbanas estão organizadas mostra que ainda existe uma forte ligação com o campo. Isso cria uma interação complicada entre a vida rural e a urbana, que influencia o dia a dia e as relações sociais das pessoas.

Diante desse contexto, este trabalho se objetiva em analisar como a urbanização fragmentada e a permanência das ruralidades em Baixio influenciam a organização social, econômica e espacial da cidade. A relevância dessa pesquisa está em ampliar o debate acadêmico sobre as especificidades das cidades pequenas do semiárido, que, apesar de sua importância regional, muitas vezes são deixadas de lado em debates sobre urbanização e planejamento territorial. Ao trazer à tona essas questões, buscamos contribuir para uma compreensão mais profunda e humanizada das realidades que moldam a vida em Baixio.

METODOLOGIA

A pesquisa valorizou uma vertente bibliográfica e o levantamento e produção de dados secundários. Em primeiro momento foi realizada uma revisão bibliográfica em obras, artigos científicos e produções acadêmicas que discutem cidades pequenas, processos de urbanização e ruralidades no espaço urbano, com destaque para autores como Corrêa, Silva, Sposito, Lefebvre, Maia, Lindner e Silva & Toledo.

Em seguida, foram analisados dados secundários por meio de plataformas oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o portal da Prefeitura Municipal de Baixio-CE, com foco em informações populacionais, econômicas e territoriais. Além disso, foram utilizados registros históricos sobre a formação do município, com ênfase no papel da ferrovia e sua posterior desativação.

A análise do espaço urbano de Baixio contou ainda com observações indiretas baseadas nas vivências dos autores, considerando elementos culturais, simbólicos e sociais presentes no cotidiano da cidade, como a centralidade da praça, os modos de vida com traços rurais e a



identidade das ruas. A articulação entre os dados coletados e o referencial teórico permitiu o entendimento acerca da urbanização local como um processo fragmentado, marcado pela presença persistente das ruralidades.

RESULTADOS

A análise do processo de urbanização do município de Baixio-CE evidencia uma dinâmica fragmentada, na qual permanecem visíveis as marcas da ruralidade no espaço urbano. Com uma população estimada em 5.704 habitantes (IBGE, 2022), distribuída de forma equilibrada entre homens (2.884) e mulheres (2.820), e densidade demográfica aproximada de 39,19 habitantes por km², o município configura-se como centro local típico das pequenas cidades do semiárido, nas quais as relações campo-cidade se manifestam de forma contínua e intrínseca. Baixio está situado na microrregião de Lavras da Mangabeira, mesorregião do Centro-Sul Cearense, ocupando uma área territorial de 145,556 km². O clima é tropical quente semiárido, com precipitação média anual de 888,7 mm concentrada nos primeiros meses do ano, e vegetação predominante de caatinga arbustiva e cerradão, características que influenciam diretamente as dinâmicas socioeconômicas locais.

O município começou a se formar com a construção da linha de trem na década de 1920. Ele se desenvolveu principalmente pela agricultura, especialmente com o cultivo de algodão. Depois que essa cultura diminuiu nos anos 1970, a agricultura de subsistência, como o cultivo de milho, feijão e goiaba, e a criação de animais se tornaram mais comuns. A urbanização progrediu com a construção de infraestrutura e moradias, como o “Conjunto Rafaela Quaresma” e o “Conjunto Mãe Gilza”. Essa apropriação social do espaço é evidenciada também pela toponímia popular, que reforça as identidades locais. Práticas rurais permanecem fortemente presentes no cotidiano urbano, expressas por hortas caseiras, criação livre de aves e circulação eventual de gado nas ruas, consolidando um espaço híbrido que articula elementos rurais e urbanos. A feira livre semanal é um espaço central para trocas econômicas e relações sociais, embora a predominância de feirantes de municípios vizinhos limite o fortalecimento da agricultura familiar local. No que se refere ao lazer, Baixio carece de espaços públicos estruturados, evidenciando uma lacuna nos equipamentos destinados à recreação e cultura. O turismo local é fortemente pautado na religiosidade, com destaque para manifestações e festas religiosas que atraem visitantes e sustentam uma importante dimensão econômica e social da cidade.

Esses elementos corroboram as análises de Silva e Toledo (2023), que apontam as pequenas cidades do semiárido como espaços híbridos, nos quais a vivência rural se mantém presente mesmo em contextos urbanos. De acordo com Lefebvre (2008), a produção desses espaços resulta das complexas relações sociais, políticas e econômicas, marcadas por contradições e dinâmicas específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que o município de Baixio-CE apresenta um processo de urbanização fragmentado, onde persistem elementos rurais que se manifestam no meio urbano. A convivência entre práticas como a criação de animais, hortas nos quintais, feiras livres e o trânsito ocasional de gado pelas ruas revela que a ruralidade não apenas resiste, mas também relaciona a configuração do espaço urbano. Essa coexistência reafirma a ideia de



um território híbrido, onde formas urbanas e rurais se sobrepõem, dialogam e envolvem as dinâmicas locais de sociabilidade, produção e apropriação do espaço.

Além disso, a desativação da ferrovia, o crescimento urbano desordenado e a falta de políticas públicas de valorização da identidade local reforçam a condição periférica do município e a negligência com seu patrimônio histórico e territorial. Nesse sentido, entender a urbanização de Baixio exige ir além das métricas quantitativas, reconhecendo suas singularidades espaciais e culturais. Estudos como este contribuem para evidenciar a complexidade das pequenas cidades do semiárido nordestino e apontam para a necessidade de políticas de planejamento mais sensíveis às realidades locais e às múltiplas formas de viver e produzir na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. L. de. *Geografias possíveis: cidade, campo e outras mediações*. São Paulo: Contexto, 2016.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. *Sobre pequenas cidades*. Revista Geográfica, v. 1, n. 2, p. 5-10, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados: Baixio (CE)*. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/baixio/panorama. Acesso em: ago. 2025.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

LINDNER, C. *Ruralidades nas cidades: um olhar a partir da realidade urbana*. Revista NERA, v. 15, n. 20, p. 23-44, 2012.

MAIA, M. L. *Os espaços rurais na metrópole: interfaces com o urbano*. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, n. 6, p. 209-225, 1999.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, R.; TOLEDO, M. *Os espaços urbanos e as ruralidades das cidades pequenas da região imediata de São João del-Rei/MG*. Revista Urbano, Recife, v. 8, n. 2, p. 105-126, 2023. Acesso em: ago. 2025.

SILVA, R. T. *Apropriação do espaço urbano e cultura popular nas cidades pequenas*. Revista de Geografia, v. 2, n. 1, p. 73-88, 2000.

SPOSITO, M. E. B. *Cidadania e cidade: o urbano e o político nas cidades médias*. Revista Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-27, 2006.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.



O USO DAS TECNOLOGIAS DOS SUJEITOS VELHOS SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO NO MUNICÍPIO DE SENHOR DO BONFIM - BA

SILVA, Moisés dos Santos[1]; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha [2];
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: moises.s@discente.univasf.edu.br

RESUMO: Este estudo investiga o uso das tecnologias por sujeitos idosos a partir da perspectiva da Geografia do Envelhecimento, analisando como a inclusão digital impacta suas vidas e sua relação com o espaço no município de Senhor do Bonfim, Bahia. Utilizando uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas, a pesquisa demonstra que a tecnologia é uma ferramenta de dupla face. Ela atua como agente de autonomia e conexão, reconfigurando o espaço social e do trabalho, mas também se apresenta como fonte de exclusão e frustração, enraizada em barreiras socioemocionais. Os resultados reforçam que a verdadeira inclusão é um desafio social, não individual, que exige políticas públicas e uma mudança de mentalidade coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Inclusão Digital; Geografia; Tecnologia; Bahia.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que redefine as dinâmicas sociais e espaciais. A relação dos sujeitos idosos com as tecnologias digitais surge como um tema central na contemporaneidade, prometendo superar barreiras e promover a participação social, ao mesmo tempo em que cria formas de exclusão e marginalização. Neste contexto, este trabalho se ancora na Geografia do Envelhecimento, que, conforme Nóbrega (2017), analisa como os fatores espaciais, sociais e culturais impactam a vivência e a qualidade de vida da população idosa.

O objetivo é investigar a complexa interação entre o envelhecimento e a inclusão digital no município de Senhor do Bonfim, Bahia, uma cidade situada entre uma condição de pequeno e médio porte, analisando como a tecnologia remodela o espaço de vida e as relações sociais dos sujeitos idosos. Justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de compreender as barreiras e os benefícios da apropriação tecnológica por esse público em um contexto específico, contribuindo para o debate sobre políticas de inclusão social e digital.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, centrada na Geografia do Envelhecimento. A escolha do município de Senhor do Bonfim, Bahia, justifica-se pela sua relevância regional e pela existência de programas locais de inclusão digital direcionados à população idosa (Silva et al., 2019). O referencial teórico envolve a análise da marginalização dos idosos (Beauvoir, 1990), a necessidade de políticas públicas (Camarano e Pasinato, 2007) e as dinâmicas da cultura digital, que oferece tanto potencial de inclusão (Lemos, 2007) quanto



novas formas de exclusão (Lévy, 1996). A relação entre digitalização e qualidade de vida é complementada por Lima et al. (2022).

A metodologia de coleta de dados foi baseada em entrevistas semiestruturadas, seguindo a abordagem de Gaskell (2002), que permite uma interação mais rica com os entrevistados. A pesquisa também se alinha à perspectiva de Damiani (2002), que enfatiza a importância de ir além dos dados numéricos para compreender a complexidade e a individualidade das experiências humanas. Para a análise do material textual, foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), que permitiu a identificação e interpretação de categorias temáticas, como a autonomia e as barreiras socioemocionais, à luz dos conceitos da Geografia do Envelhecimento. O estudo foi conduzido com rigor ético, em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A privacidade e a confidencialidade dos participantes foram asseguradas, e todos assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A análise das entrevistas revela que a relação das pessoas idosas com a tecnologia é uma experiência de dualidade. A tecnologia atua como um agente de transformação espacial, reconfigurando tanto o espaço do trabalho quanto o espaço social. As falas evidenciam que, para muitos, a apropriação tecnológica resulta em autonomia e protagonismo. O depoimento de um entrevistado ilustra como a tecnologia redefine a geografia das rotinas diárias: “Foi uma experiência muito boa, porque a gente batia ponto através do e-mail” (Sujeito 1). Essa prática desmaterializa a necessidade de um deslocamento físico diário, alterando a relação entre o sujeito e o espaço laboral. Paralelamente, a tecnologia remodela o espaço social, permitindo a superação de barreiras geográficas e o fortalecimento de laços. Um dos participantes destaca: “a tecnologia me ajuda bastante, principalmente na interação com outras pessoas” (Sujeito 4). Essa capacidade de se conectar a redes sociais e familiares distantes combate o isolamento e cria um “lugar” de pertencimento, independente da proximidade física.

Contudo, a pesquisa também revelou que a jornada não é isenta de profundas frustrações e barreiras emocionais, como a autopercepção negativa e o estigma social, que, conforme Bosi (1994) e Peixoto (2005), transformam a inclusão digital em um desafio que vai além da simples aquisição de dispositivos. A fala de um dos sujeitos exemplifica perfeitamente a raiz do problema: "Tem que parar com essa coisa de “curso pra idoso”. Como se idoso fosse uma coisa diferente. Gente é gente. Eu conheço menino de 15 anos que não sabe usar um caixa eletrônico, e conheço velho de 80 que resolve tudo no celular" (Sujeito 6). Essa percepção desconstrói o preconceito de que a tecnologia é um domínio exclusivo da juventude e ressalta que a competência digital é uma questão de acesso e experiência individual, e não de idade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que a inclusão digital dos idosos de Senhor do Bonfim é um processo complexo e dual. A tecnologia é tanto uma ferramenta que gera autonomia e reconfigura o espaço de vida e as relações sociais, quanto uma força que, na ausência de suporte adequado, aprofunda a exclusão e a frustração. A experiência dos sujeitos demonstra que as barreiras não são apenas de letramento, mas, principalmente, de natureza emocional e social, enraizadas no estigma de que o universo digital é exclusivo dos jovens. Portanto, a verdadeira inclusão



tecnológica não se resolve com o simples fornecimento de acesso, mas com políticas públicas e uma mudança de mentalidade coletiva que reconheçam a sabedoria e as singularidades da velhice. Este trabalho sugere a necessidade de mais pesquisas que explorem como iniciativas de inclusão digital podem ser desenhadas de forma a considerar as dimensões socioespaciais e emocionais da experiência dos sujeitos idosos.

AGRADECIMENTOS: Gostaria de expressar meu profundo agradecimento à FAPESB pelo incentivo e apoio à pesquisa. Agradeço também ao Laboratório de Geografia Humana da UNIVASF pelo suporte essencial, e aos entrevistados pela valiosa contribuição.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina. Papeles de Población, v. 13, n. 52, p. 9-45, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 22 ago. 2025.

DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEMOS, André (Org.). Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA, Raimundo Ferreira et al. Inclusão digital para velhos: uma revisão integrativa da literatura, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV191_MD1_ID3337_TB1055_10102023085256.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Revisão e aportes sobre a geografia do envelhecimento. Revista Formação (ONLINE), v. 1, n. 24, jan-abril/2017, p. 34-62. ISSN: 2178-7298. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/4856/3780/17637. Acesso em: 21 jan. 2025.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SILVA, Emanuel Ueliton Carvalho Vieira da et al. Oficina de inclusão digital para idosos do quilombo urbano do Alto da Maravilha em Senhor do Bonfim – Bahia. Anais VI CONEDU, Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61815. Acesso em: 21 jan. 2025.



A APICULTURA COMO COMPLEMENTAÇÃO DA RENDA DOS MORADORES DO POVOADO DO LIMOEIRO NO MUNICÍPIO DE CAMPO FORMOSO/BA

SILVA, Cristiane Nascimento da[1]; LIMA, Átila de Menezes[2]; NASCIMENTO, Flávia Josiane Silva[3]

[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [2]Universidade Federal do Vale do São Francisco; [3]Universidade Federal do Vale do São Francisco
Contato do autor principal: cristiane.nascimento@discente.univasf.edu.br

RESUMO: A atividade apícola vem se tornando cada vez mais relevante para os agricultores devido ao baixo investimento, fácil manutenção e bom aproveitamento dos produtos a partir da produção do mel e seus derivados. O trabalho objetivou verificar a importância socioeconômica da apicultura na geração de renda no Povoado de Limoeiro, Campo Formoso-BA, e compreender a concepção dos produtores sobre o cultivo de abelhas africanizadas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a doze agricultores/apicultores da Cooperativa Apícola e Pesqueira de Campo Formoso Ltda-COOAPCAF. A análise dos dados obtidos foi conduzida utilizando a Pré-Análise da metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (1977). Os resultados demonstraram o grande potencial econômico da prática apícola no Povoado de Limoeiro, Campo Formoso/BA.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultores. Apicultura. Mel.

1. INTRODUÇÃO

A criação de abelhas de forma sustentável é uma atividade relativamente nova na região Nordeste, porém, está se tornando uma fonte significativa de renda para pequenos agricultores, especialmente na área semiárida, que possui condições climáticas ideais para a apicultura devido à baixa umidade do ar e à baixa incidência de doenças. Além disso, a ampla variedade de flores e microclimas, juntamente com extensas áreas ainda não exploradas e livres de atividades agropecuárias intensivas, tornam essa região a mais promissora para a produção de mel orgânico em todo o mundo (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2005).

O semiárido brasileiro é considerado uma das regiões com maior potencial para a apicultura (Khan *et al*., 2014). Em Campo Formoso na Bahia, o Povoado de Limoeiro tem se destacado nesse setor que está associada a agricultura familiar da região, e tem sido uma alternativa para geração de renda e para a preservação da vegetação através da polinização.

Dessa forma, a investigação deste trabalho foi realizada no povoado de Limoeiro que abriga a Cooperativa Apícola e Pesqueira de Campo Formoso Ltda- COOAPCAF. Limoeiro pertence ao município de Campo Formoso e está localizado na Mesorregião Centro-Norte da Bahia e compõe um dos nove municípios do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI) (IBGE, 2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Campo Formoso possui uma população de 71.377 habitantes e densidade demográfica de 9.97 hab/km² (IBGE, 2022).



A escolha do tema da pesquisa foi motivada pela convivência com agricultores familiares e apicultores do Povoado e pelo desenvolvimento econômico notável da região a partir da prática apícola. Dado que a apicultura é uma prática em crescimento no meio rural da Bahia, e que em sua maioria, são os agricultores familiares os principais agentes desse desenvolvimento, buscou-se responder a seguinte questão-problema: Por que a apicultura não é a principal fonte de renda para os agricultores familiares do Povoado de Limoeiro, localizado na cidade de Campo Formoso estado da Bahia? Assim, objetivo geral do estudo foi examinar a relevância socioeconômica da criação de abelhas com ferrão na produção de mel como uma atividade adicional para aumentar a renda no Povoado de Limoeiro, Campo Formoso-BA, e averiguar a concepção dos produtores quanto à importância econômica da produção de mel.

Estudar a apicultura no Povoado do Limoeiro é essencial no campo da geografia agrária, pois ilustra o papel do agricultor na sociedade capitalista e ajuda a preservar os modos de vida tradicionais. A prática oferece diversos benefícios para a economia local, incluindo a geração de empregos, que vai desde a produção até a venda do produto, além de trazer reconhecimento para a cidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e a situação em análise envolveu a avaliação dos conhecimentos práticos, teóricos e percepções dos apicultores. Neste estudo, buscou-se atender aos seguintes objetivos específicos: a) Identificar qual a principal fonte de renda dos agricultores e apicultores do povoado de Limoeiro, b) Examinar como ocorre o fornecimento de água e sua alimentação, c) Entender quais os métodos utilizados para a coleta de mel, d) Analisar a produção anual, a lucratividade e a comercialização.

Os dados foram reunidos através de documentos, fotografias e conversas com os cooperados, e ainda, uma entrevista semiestruturada contendo dez perguntas aplicadas a doze agricultores/apicultores familiares associados à COOAPCAF. Dos entrevistados, 58,33% são agricultores familiares, 25% são aposentados, e 16,6% possuem empregos formais, e utilizam a apicultura como renda complementar. A análise dos dados obtidos foi conduzida utilizando a Pré-Análise, da metodologia da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A produção de mel da COOAPCAF concentra-se, tradicionalmente, entre os meses de novembro e março; contudo, no ano de 2024, o período produtivo estendeu-se até maio, conforme demonstrado no livro-caixa da cooperativa (Tabela 3), apresentado após as Tabelas 1 e 2. Observa-se que parte do mel comercializado pela COOAPCAF é proveniente de outros povoados e municípios pertencentes ao Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, como o povoado de Quixaba, em Caldeirão Grande-BA. Tal dinâmica revela a consolidação de um fluxo comercial intermunicipal e o fortalecimento de uma cadeia produtiva regional, que promove intercâmbio econômico e contribui significativamente para o incremento da renda das comunidades rurais envolvidas, reafirmando o papel da cooperativa como agente de desenvolvimento socioeconômico local.



A produção é influenciada pela quantidade de colmeias de cada apicultor e pela ocorrência de chuvas, que interferem na florada, conforme afirma a entrevistada:

> Tem safras que a gente tira bom. Esse ano mesmo, graças a Deus ta bom. Eu tenho 43 colméias, em cada colmeiia eu tiro 10 quilos por melgueira, que tem mais ou menos 3 melgueiras, e nessa mesma colmeia em tempo de florada dá para colher o mel em média 3 vezes (Produtora1).

Tabela 1 - Renda anual no varejo

Período de extração	Novembro a Março
Quantidade de Colmeia	43
Quantidade de Kg por Colmeia	30
Total Kg	1290
Valor/Kg	R$ 10,00
Valor por Colmeia	R$ 300,00
Valor total por colheita	R$ 12.900,00
Valor considerando 3 colheitas	R$ 38.700,00

Fonte: Autoria própria, 2024.

Tabela 2 - Livro caixa COOAPCAF 2023

MEL COOPERATIVA 2023					
APICULTORES	PRODUÇÃO (KG)	VALOR/KG (R$)	VALOR (R$)	RENDA MENSAL	
A	115,80	R$ 11,00	R$ 1.273,80	R$	106,15
B	458,20	R$ 11,00	R$ 5.040,20	R$	420,02
C	280,00	R$ 11,00	R$ 3.080,00	R$	256,67
D	246,50	R$ 11,00	R$ 2.711,50	R$	225,96
E	661,40	entre 11,00 e 12,00	R$ 7.453,90	R$	621,16
F	40,00	R$ 11,00	R$ 440,00	R$	36,67
G	1101,80	R$ 11,00	R$ 12.119,80	R$	1.009,98
H	317,10	R$ 11,00	R$ 3.488,10	R$	290,68
I	653,10	R$ 11,00	R$ 7.184,10	R$	598,68
J	879,20	R$ 11,00	R$ 9.671,20	R$	805,93
K	300,70	R$ 11,00	R$ 3.307,70	R$	275,64
L	142,00	R$ 11,00	R$ 1.562,00	R$	130,17
M	663,30	R$ 11,00	R$ 7.296,30	R$	608,03
N	365,90	entre 11,00 e 12,00	R$ 4.198,80	R$	349,90
O	659,20	entre 11,00 e 12,00	R$ 7.680,40	R$	640,03
P	816,00	R$ 11,00	R$ 8.976,00	R$	748,00
Q	290,60	entre 11,00 e 12,00	R$ 3.309,20	R$	275,77
R	64,70	R$ 11,00	R$ 711,70	R$	59,31
S	108,80	entre 11,00 e 12,00	R$ 1.246,80	R$	103,90
T	107,00	entre 11,00 e 12,00	R$ 1.217,00	R$	101,42
U	655,20	R$ 11,00	R$ 7.207,20	R$	600,60
V	172,00	R$ 11,00	R$ 1.892,00	R$	157,67
W	45,00	R$ 11,00	R$ 495,00	R$	41,25
X	44,50	R$ 11,00	R$ 489,50	R$	40,79
Y	281,50	R$ 11,00	R$ 3.096,50	R$	258,04
Z	218,70	R$ 11,00	R$ 2.405,70	R$	200,48
A1	840,00	R$ 11,00	R$ 9.240,00	R$	770,00
B1	170,90	R$ 11,00	R$ 1.879,90	R$	156,66
C1	143,80	R$ 11,00	R$ 1.581,80	R$	131,82
D1	261,00	R$ 7,50	R$ 1.957,50	R$	163,13
E1	251,60	R$ 11,00	R$ 2.767,60	R$	230,63
F1	159,40	R$ 11,00	R$ 1.753,40	R$	146,12
G1	1932,50	R$ 7,50	R$ 14.493,75	R$	1.207,81
H1	2306,90	R$ 7,50	R$ 17.301,75	R$	1.441,81
I1	286,00	R$ 7,50	R$ 2.145,00	R$	178,75
J1	784,00	R$ 7,50	R$ 5.880,00	R$	490,00
K1	586,00	R$ 7,50	R$ 4.395,00	R$	366,25
L1	225,00	R$ 7,50	R$ 1.687,50	R$	140,63
M1	1105,00	R$ 7,50	R$ 8.287,50	R$	690,63
N1	1079,00	R$ 7,50	R$ 8.092,50	R$	674,38
O1	285,00	R$ 7,50	R$ 2.137,50	R$	178,13
TOTAL	20104,30		R$ 191.155,10		

Fonte: Adaptado a partir do livro caixa da COOAPCAF 2023.

A Tabela 1 foi baseada nas informações da entrevistada (Produtora1) e demonstra a renda anual a varejo, além dos rendimentos obtidos pela atividade. De acordo com a tabela, o valor obtido com a apicultura em período de florada pode chegar a R$ 1.075,00 mensais, que equivale a aproximadamente 76% do salário mínimo de 2024. Se levarmos em consideração o valor de 3 colheitas, quando esta, assim ocorrer, o valor obtido sobe para R$ 3,225 mensais, mais de dois salários mínimo. É válido lembrar que a entrevistada (Produtora1) está há pouco mais de dois anos no ramo e possui um número razoável de colmeias. Existem, contudo, produtores que possuem mais de 100 colmeias, o que contribui para o aumento da complementação da renda da agricultura familiar. Entre eles, destaca-se um casal que mantém 126 colmeias, outro produtor que possui 81, e um cooperado, cujo apiário está localizado no povoado vizinho de Gameleira, que mantém 101 colmeias. Como se pode observar, a produção e a renda dependem dessa variável e da disponibilidade de tempo dedicada à atividade.

Conforme dados extraídos do livro caixa da cooperativa (Tabela 2), os apicultores representados pelas letras do alfabeto e pela combinação desta com números (codificação necessária para diferenciar os produtores) entregaram a produção (kg) a cooperativa obtendo ganhos proporcionais a cotação do kg mel na ocasião. Vale ressaltar, que esses mesmos apicultores forneceram o produto em outro momento em quantidade e cotações diferentes no mesmo ano. Por exemplo, os



Tabela 3 - Livro caixa COOAPCAF 2024

MEL COOPERATIVA 2024				
APICULTORES	PRODUÇÃO (KG)	VALOR/KG (R$)	VALOR (R$)	RENDA MENSAL
O	1573,40	entre 7,5 e 10,00	R$ 13.313,80	R$ 1.109,48
Q	168,90	entre 8,0 e 10,00	R$ 1.555,20	R$ 129,60
A1	1897,90	entre 8,0 e 10,00	R$ 18.272,60	R$ 1.522,72
G	1070,60	entre 8,0 e 10,00	R$ 10.421,00	R$ 868,42
P1	777,00	entre 8,0 e 10,00	R$ 7.386,80	R$ 615,57
N	682,70	entre 7,5 e 10,00	R$ 5.652,80	R$ 471,07
Q1	561,30	entre 8,0 e 10,00	R$ 5.093,40	R$ 424,45
I	1179,00	entre 7,5 e 8,00	R$ 9.207,40	R$ 767,28
S	180,90	entre 8,0 e 10,00	R$ 1.679,20	R$ 139,93
E	769,00	entre 8,0 e 10,00	R$ 6.277,20	R$ 523,10
T	235,80	entre 8,0 e 10,00	R$ 2.080,00	R$ 173,33
A	55,00	R$ 10,00	R$ 550,00	R$ 45,83
V	338,35	entre 7,5 e 8,00	R$ 2.613,73	R$ 217,81
Y	228,25	entre 7,5 e 8,00	R$ 1.783,08	R$ 148,59
Z	403,60	entre 7,5 e 8,00	R$ 3.182,55	R$ 265,21
W	177,80	entre 7,5 e 8,00	R$ 1.364,40	R$ 113,70
R1	76,10	R$ 8,00	R$ 608,80	R$ 50,73
S1	450,00	R$ 8,00	R$ 3.600,00	R$ 300,00
T1	505,60	R$ 8,00	R$ 4.044,80	R$ 337,07
H1	568,40	R$ 8,00	R$ 4.547,20	R$ 378,93
E1	271,70	R$ 8,00	R$ 2.173,60	R$ 181,13
N1	580,00	R$ 8,00	R$ 4.640,00	R$ 386,67
U1	387,90	R$ 8,00	R$ 3.103,20	R$ 258,60
B1	292,80	R$ 8,00	R$ 2.342,40	R$ 195,20
V1	460,70	R$ 8,00	R$ 3.685,60	R$ 307,13
W1	126,60	R$ 8,00	R$ 1.012,80	R$ 84,40
F1	159,50	R$ 8,00	R$ 1.276,00	R$ 106,33
TOTAL	14178,80		R$ 121.467,56	

Fonte: Adaptado a partir do livro caixa da COOAPCAF 2024.

apicultores E, N, O, Q, S e T ao longo do ano entregaram sua produção com valores diferentes, os quais variaram entre 11 e 12 reais.

Por outro lado, verificou-se que alguns produtores comercializaram sua produção a um valor inferior, isto é, R$ 7,50 totalizando uma diferença de R$ 3,50 e 4,50 em relação aos demais, como é o caso da maioria dos apicultores representados pelas letras do alfabeto e número. Dessa forma, podemos perceber que o apicultor H1, apesar de comercializar em um período em que a cotação estava mais baixa obteve ganhos acima dos demais, chegando a entregar 2.306,90 Kg de mel, que gerou o valor de R$ 17.301,75, em contrapartida o apicultor F entregou 40,00 Kg de mel, gerando a receita de R$ 440,00.

Podemos assim estabelecer que a renda mensal do produtor H1 durante os 12 meses do ano é de R$ 1.441,81 reais, mais de um salário mínimo, em contraposição ao produtor F que foi de R$ 36,00 reais por mês. O primeiro tem uma considerável renda da atividade, já o segundo, quase irrisória. Deduzimos que o produtor H1 deve ter bastante colmeias e uma boa extensão de terras para a produção, assim como uma dedicação maior a atividade. O produtor F talvez tenha poucas colmeias e terras ou se dedique pouco a atividade. Pegamos inicialmente os dois casos extremos, mas vamos esboçar um pouco mais.

Além desses, é possível elencar outros casos em que a renda mensal foi mais significativa, como a do produtor G1 (R$1.207,81), a do produtor F (R$ 1.009,98), J (R$ 805,93), A1 (R$ 770,00), P (R$ 748,00), por outro lado, alguns produtores tiveram uma renda menor, como o produtor X (R$40,79), W (R$ 41,25) e R (R$ 50, 31), nesse caso, eles precisam exercer uma outra atividade para completar a renda. A Tabela 3 apresenta a relação do livro caixa no ano de 2024, onde é possível identificar a repetição de produtores do ano anterior, como apresenta a produção de novos apicultores em relação ao ano anterior.

A mesma análise pode ser feita em relação ao livro caixa 2024 (Tabela 3), onde o apicultor A1 obteve ganhos acima dos demais, chegando a entregar 1897,9 Kg de mel, que gerou o valor de R$ 18.272,6, tendo então uma renda mensal R$ 1.522,72, em contrapartida o apicultor A entregou 55,00 Kg de mel, gerando a receita de R$ 550,00 nos 12 meses, em média R$ 45, 83 no mês. Cabe destacar que a renda mensal do produtor A1 praticamente dobrou em relação ao ano anterior que foi de R$ 770,00, aumentando em mais R$ 752,72 mesmo diante da queda do valor médio do kg.



Comparando os dados das tabelas é possível observar um aumento substancial da renda mensal da maioria dos produtores, por exemplo, o produtor O em 2023 entregou 669,20 kg, uma renda de R$ 640,03 mensal, já no ano seguinte entregou 1573,40 kg obtendo uma renda mensal de R$ 1.109,48, quase metade, entretanto para chegar esse valor, a produção foi mais que o dobro do ano anterior. Por outro lado, o produtor A teve uma queda na quantidade de mel entregue, como também da sua renda, que passou de R$ 106,15 para R$ 45,83, o mesmo ocorreu com o produtor H1 que em 2023 foi o maior produtor e em 2024 sua renda diminuiu significativamente, de R$ 1.441,81 para R$ 378,93 por mês. Como já citado acima os motivos podem estar relacionados a dedicação do produtor, a quantidade de colmeias e o tamanho da propriedade, o produtor O por exemplo, pode ter aumentado o número de colmeias e o produtor A pode ter perdido, ou mesmo priorizado outra fonte de renda.

Os livros caixas representados acima, demonstram que os valores de ganhos não são fixos, a variação segundo os cooperados depende da produção e do valor da venda por quilo de mel. Comparando os Livros Caixas da Tabela 2 e 3 com os dados estimados da renda anual no varejo da Tabela 1, podemos perceber que o apicultor H1 e A1 possuem colmeias em quantidade superior 26 e 21, respectivamente. Essas informações evidenciam que apicultura complementa a renda dos agricultores familiares do Povoado do Limoeiro.

Os dados demonstram que é possível ter uma renda significativa a partir da apicultura, entretanto, é necessário que outras condições estejam garantidas, por exemplo, o acesso à terra por parte dos apicultores, pois ela é necessária, neste caso, para a instalação do apiário. Entretanto, a maioria das propriedades do município são pequenas. Conforme demonstrado pelo Geografar (2020) com base no Censo Agropecuário de 2017 e dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no município os estabelecimentos de mais de 0 a menos 10 hectares são iguais a 3.280, de um total de 5.840, os quais ocupam uma área de 9.936 hectares, de um total de 223.868. Outro fator limitante é a instabilidade do valor do kg do produto, característica do modelo econômico dominante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa demonstraram o grande potencial econômico da prática apícola no Povoado de Limoeiro, Campo Formoso-BA, onde vários integrantes do povoado conseguiram incrementar suas rendas com recursos retirados da apicultura, embora alguns outros produtores ainda **necessitassem** de maiores investimentos ou estivessem vinculados a outras atividades relegando a apicultura a segundo ou terceiro plano. É importante destacar que os ganhos de cada apicultor dependem da sua produtividade e variam de acordo a cotação de preço do kg, com base na análise dos dados do livro caixa da COOAPCAF de 2023 e 2024, o preço médio do kg girou entorno de R$ 9,70. Constatou-se, ainda, que maiores incentivos por parte do Estado e uma melhor distribuição de terras para os produtores poderia melhorar a condições de vida dos moradores do Povoado.

Assim, evidenciou-se que a apicultura no Povoado de Limoeiro apresenta potencial para gerar renda suficiente para que os apicultores não precisem de vínculo empregatício para alcançar o orçamento familiar. No entanto, como em qualquer emprego, há exigência de comprometimento e dedicação do tempo para o manejo das abelhas, se torna um fator determinante para o sucesso da produção, além de um maior auxílio estatal para o



desenvolvimento da atividade, assim como um processo de melhor distribuição das terras via reforma agrária.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

GEOGRAFAR. Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária de Campo Formoso (BA) 1920 – 2017. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/campo_formoso_-_ba.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2022). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/campo-formoso.html. Acesso em 13/12/2023

KHAN, Ahmad Saeed et al. Perfil da apicultura no Nordeste brasileiro. 2014.

Marques, J.; Zenha, L.; Monta, P. (2021) **Amputação das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia**, v. 2. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.

SEBRAE Nacional, gestão orientada para resultados – A experiência da rede apis, 2005.



A CLT, O ESPAÇO-TEMPO E A SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO TRABALHO PÓS-PANDEMIA

ARAUJO, Eleneuma Fernandes[1]
[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco.
Contato do autor principal: eleneuma.fernandes@discente.univasf.edu.br

RESUMO: Este trabalho analisa a relação entre modalidades de trabalho, espaço-tempo laboral e saúde mental no Brasil pós-pandemia. A partir da predominância do regime CLT e da expansão de formatos como o home office e o trabalho autônomo, investigou-se de que forma essas dinâmicas influenciam o bem-estar psicológico dos trabalhadores. A pesquisa, de abordagem mista, aplicou questionário estruturado a 53 participantes e utilizou análise de conteúdo (Bardin, 2011) para as respostas qualitativas. Os resultados indicam que o regime CLT presencial continua predominante (55%), mas que as jornadas prolongadas e a intensificação das demandas favorecem sintomas de ansiedade (49% relataram frequência elevada) e burnout (26% já diagnosticados). As falas evidenciam dificuldade de separar vida pessoal e profissional no home office e insegurança financeira entre autônomos. Conclui-se que as transformações do espaço-tempo laboral pós-pandemia não eliminaram o risco de adoecimento mental, apenas modificaram suas expressões.
Palavras-chave: Trabalho; CLT; Saúde mental; Espaço-tempo; Pós-pandemia.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças estruturais provocadas pela pandemia de COVID-19 impactaram diretamente a organização do trabalho, redefinindo as relações entre espaço, tempo e saúde mental. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) segue como principal reguladora, mesmo diante do avanço de novas modalidades, como o home office e o trabalho autônomo. Embora apresentem flexibilidade, tais formas podem intensificar a precarização (ANTUNES, 2020) e o adoecimento (DEJOURS, 2007; MASLACH, 1982).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar, sob uma perspectiva geográfica, a relação entre modalidades de trabalho, espaço-tempo e saúde mental no Brasil pós-pandemia.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa mista, de caráter exploratório e descritivo. Foram aplicados **questionários estruturados** (Google Forms) a 53 trabalhadores de diferentes setores, contemplando variáveis sobre jornada, condições de trabalho e saúde mental. Os dados quantitativos foram tratados por estatística descritiva. As respostas abertas foram analisadas por meio da **Análise de Conteúdo** (BARDIN, 2011), permitindo a categorização de percepções relacionadas a ansiedade, burnout sobrecarga, autonomia e espaço-tempo laboral

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados evidenciam predominância do regime CLT presencial (29 participantes, 55%), seguido de autônomos presenciais e remotos (12 no total). A jornada média concentra-se entre 5 e 8 horas diárias (39 participantes, 73%), mas 17% relataram trabalhar acima de 9 horas.



Em relação à saúde mental, 49% afirmaram sentir ansiedade frequentemente, enquanto 26% já receberam diagnóstico médico de burnout ou esgotamento emocional. A maioria (58%) reconhece que o trabalho afeta sua vida pessoal "um pouco" ou "bastante". Nas respostas qualitativas, emergem categorias como:

- Pressão por produtividade (CLT presencial em multinacionais);
- Dificuldade de separar vida pessoal e profissional (home office);
- Insegurança financeira e sobrecarga de responsabilidades (autônomos).
  Esses achados dialogam com Harvey (2005), sobre a intensificação do espaço-tempo no capitalismo flexível, e com Dejours (2007), ao destacar a perda de autonomia como fator de sofrimento psíquico

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que o modelo CLT, embora central, não assegura condições de bem-estar mental, reforçando a intensificação da exploração no pós-pandemia. O home office trouxe flexibilidade, mas gerou sobreposição entre vida pessoal e trabalho, enquanto o trabalho autônomo apresentou riscos de precarização e instabilidade. Conclui-se que as novas dinâmicas laborais **não eliminam o risco de adoecimento mental**, apenas transformam suas formas e expressões.

Sugere-se que futuros estudos aprofundem a análise espacial das relações entre saúde mental, organização produtiva e território, ampliando o diálogo entre geografia do trabalho e psicodinâmica laboral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael. *Burnout: The Cost of Caring*. New York: Routledge, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.



FOTOGRAFIAS, REPRESENTAÇÕES E REALIDADE: UM OLHAR DAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM-BA DE 1940 A 2020: ELEMENTOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

CASTRO, Thiago Farias[1], LIMA, Átila de Menezes[2]; JUSTINO, Paula Jeane França [3]

[1]Universidade Federal do Vale do São Francisco[1], Universidade Estadual Do Ceará[2], Universidade Federal do Vale do São Francisco[3]
thiago.fariascastro@discente.univasf.edu.br

RESUMO: O presente projeto terá como objetivo analisar fotografias históricas da cidade de Senhor do Bonfim-BA, produzidas entre as décadas de 1940 e 2020, a fim de compreender as representações e transformações espaciais, urbanas e socioculturais registradas ao longo do tempo. A fotografia será considerada não apenas como fonte documental, mas também como recurso metodológico e pedagógico, capaz de articular memória, cultura e espaço no processo de construção do conhecimento geográfico. A pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com análise interpretativa e comparativa das imagens selecionadas no acervo pessoal do fotógrafo Mauro Coelho. Pretende-se identificar de que forma essas fotografias poderão contribuir para a preservação da memória urbana, para a compreensão das dinâmicas de reorganização do território e para a valorização das práticas culturais locais. Espera-se, ainda, que os resultados possam oferecer subsídios ao ensino de Geografia, favorecendo a reflexão crítica sobre o espaço vivido.

PALAVRAS-CHAVE: Fotografia; Representações; Espaço Urbano

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar fotografias históricas da cidade de Senhor do Bonfim – Bahia, produzidas entre as décadas de 1940 e 2020, a fim de compreender as representações do espaço e as transformações urbanas, paisagísticas e socioculturais registradas ao longo do tempo. A fotografia, entendida não apenas como fonte histórica, mas também como recurso metodológico de análise, constitui-se como instrumento capaz de registrar, preservar e revelar elementos da memória coletiva, bem como de evidenciar os processos de mudança que marcaram o território ao longo das décadas.

As imagens selecionadas para compor o corpus da pesquisa foram obtidas a partir do arquivo pessoal do fotógrafo Mauro Coelho, de registros de instituições locais e de bancos digitais, sendo adotados critérios de temporalidade, abrangendo o recorte de 1940 a 2020, e de relevância quanto à sua contribuição para a compreensão das dinâmicas espaciais da cidade. Esse conjunto de documentos visuais possibilita examinar não apenas aspectos físicos e urbanísticos, mas também práticas sociais, culturais e modos de vida que se expressam no espaço urbano. A análise está sendo desenvolvida por meio da leitura iconográfica e



comparativa, permitindo identificar permanências, rupturas e reconfigurações espaciais registradas nos diferentes períodos históricos. Paralelamente, a investigação fundamenta-se em uma revisão bibliográfica que busca sustentar teoricamente a compreensão da fotografia como representação, memória e discurso. Autores como Chartier (1993), Mauad (2005) e Kossoy (2007) têm contribuído de forma significativa para esse embasamento, fornecendo elementos que orientam a interpretação das imagens não apenas como registros objetivos da realidade, mas como construções sociais e culturais.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte problemática: de que maneira as fotografias históricas de Senhor do Bonfim, no intervalo de 1940 a 2020, podem revelar as transformações espaciais e culturais da cidade, e como essas imagens podem ser incorporadas como recurso pedagógico no ensino de Geografia? Reconhece-se o desafio de compreender a fotografia para além de sua dimensão documental, valorizando-a como construção simbólica e representativa, capaz de ampliar a leitura crítica do território e de sua historicidade. Assim, este trabalho, ainda em desenvolvimento, busca avançar na sistematização das análises e no aprofundamento teórico, com o propósito de contribuir tanto para os estudos sobre a memória e as representações urbanas quanto para a prática pedagógica no campo da Geografia.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho seguirá uma abordagem qualitativa, de caráter documental e interpretativo, voltada para a análise das transformações espaciais registradas em fotografias históricas da cidade de Senhor do Bonfim – Bahia. Serão selecionadas imagens provenientes do arquivo pessoal do fotógrafo Mauro Coelho, de registros de instituições locais e de bancos digitais. O critério de seleção considerará a temporalidade, abrangendo o período de 1940 a 2020, bem como a relevância das fotografias para representar diferentes aspectos da configuração espacial da cidade. O método de análise será desenvolvido a partir da leitura iconográfica e comparativa, com o objetivo de identificar elementos paisagísticos, urbanísticos e socioculturais expressos nas imagens, permitindo compreender permanências, mudanças e ressignificações ocorridas ao longo das décadas. Paralelamente, será realizada uma revisão bibliográfica que fundamentará teoricamente a investigação, tendo como base autores como Chartier (1993), Mauad (2005) e Kossoy (2007), cujas contribuições discutem a fotografia em suas dimensões de memória, representação e interpretação do espaço.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir dos dados coletados, constituídos pelas fotografias históricas selecionadas, será realizada uma análise voltada à identificação das transformações ocorridas no espaço urbano de Senhor do Bonfim ao longo do recorte temporal de 1940 a 2020. Essa análise buscará



evidenciar mudanças significativas, entre as quais se destacam a expansão da malha urbana, a alteração do traçado das ruas, a substituição de edificações coloniais por construções modernas e a redefinição dos espaços de convivência. Também serão observadas transformações relacionadas aos usos do solo e à paisagem cultural, aspectos que permitirão compreender de que maneira memória, identidade e território se articulam na construção da cidade.

Contudo, é importante ressaltar que a coleta e a sistematização dos dados ainda se encontram em processo de construção, sendo necessário avançar na organização das imagens e no aprofundamento da análise comparativa. Assim, os resultados a serem obtidos deverão contribuir tanto para a compreensão das dinâmicas espaciais e culturais da cidade quanto para a utilização da fotografia como instrumento pedagógico no ensino de Geografia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a pesquisa em desenvolvimento possibilitará uma compreensão mais ampla do uso da fotografia como instrumento de registro, memória e análise das transformações espaciais e culturais ocorridas em Senhor do Bonfim – Bahia. Pretende-se que os resultados revelem como as imagens históricas, produzidas entre 1940 e 2020, evidenciam as transformações urbanas, paisagísticas e socioculturais, permitindo compreender a relação entre memória, identidade e território. Além disso, espera-se que a pesquisa demonstre a relevância do uso da fotografia no ensino de Geografia, possibilitando a construção de uma aprendizagem significativa, fundamentada na observação crítica e na valorização da memória urbana. Ao serem incorporadas ao ambiente escolar, as fotografias poderão contribuir para a compreensão das transformações do território, para o fortalecimento dos vínculos identitários e para a consciência acerca da importância da preservação do patrimônio histórico e cultural.

Dessa forma, o estudo buscará não apenas ampliar a leitura crítica sobre o espaço vivido, mas também incentivar práticas pedagógicas que promovam a aproximação entre os estudantes e sua realidade local. Espera-se, ainda, que os resultados inspirem novas pesquisas que reconheçam o valor das imagens como fonte de conhecimento geográfico e como instrumento de formação cidadã.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1993.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história: possibilidades de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.